



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta

Capital social: € 133 000 000,00

Pessoa colectiva e matrícula número 500 077 797

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira

Apartado 20 - Rua de Meladas, nº 380 – 4536-902 MOZELOS VFR CODEX

**Propostas para discussão em Assembleia
Geral, designadamente os documentos de
prestação de contas do exercício de 2006**

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 30 DE MARÇO DE 2007 – 12 HORAS

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Accionistas deliberem aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício de 2006.

Meladas – Mozelos – Santa Maria da Feira
26 de Fevereiro de 2007

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 30 DE MARÇO DE 2007 – 12 HORAS

SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Accionistas deliberem aprovar o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 2006.

Meladas – Mozelos – Santa Maria da Feira
26 de Fevereiro de 2007

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 30 DE MARÇO DE 2007 – 12 HORAS

TERCEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

Tendo em conta que o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 2006, é negativo no valor de € 2.668.809,32 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e nove euros e trinta e dois cêntimos) e a existência de reservas distribuíveis no montante de € 7.315.000,00 (sete milhões, trezentos e quinze mil euros),

propõe

1. que os Senhores Accionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido negativo, no valor de € 2.668.809,32 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e nove euros e trinta e dois cêntimos), seja transferido para a conta “Resultados Transitados”.
2. que seja distribuído como dividendos o montante de € 7.315.000,00 (sete milhões, trezentos e quinze mil euros), parte do existente na rubrica “Reservas Livres”, a que corresponde a um valor de € 0,055 (cinco cêntimos e meio de euro) por acção.

Meladas – Mozelos – Santa Maria da Feira
26 de Fevereiro de 2007

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 30 DE MARÇO DE 2007 – 12 HORAS

QUINTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe,

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artº 319º do Código das Sociedades Comerciais, a aquisição pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

- a) Número máximo de acções a adquirir: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efectuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de aquisição: aquisição na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição das acções deverá conter-se entre o valor mínimo de 50 (cinquenta) cêntimos e máximo de 5 (cinco) euros.

Meladas – Mozelos – Santa Maria da Feira
26 de Fevereiro de 2007

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,
O Conselho de Administração

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 30 DE MARÇO DE 2007 – 12 HORAS

SEXTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe,

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artº 320º do Código das Sociedades Comerciais, a alienação pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

- a) Número de acções a alienar: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efectuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de alienação: alienação na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de € 1,00 (um euro) por acção.

Meladas – Mozelos – Santa Maria da Feira
26 de Fevereiro de 2007

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,
O Conselho de Administração



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

**CONTAS CONSOLIDADAS
(Auditadas)**

Ano 2006

CORTICEIRA AMORIM; S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta

Capital Social: EUR 133 000 000,00
Registo C.R.C. Sta. Maria da Feira n.º 554
NIPC: PT 500 077 797

Edifício Amorim I
Rua de Meladas, n.º 380
Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR
PORTUGAL

Tel.: 22 747 54 00
Fax: 22 747 54 07

Internet: www.amorim.com/cortica.html
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Senhores Accionistas,

No cumprimento do artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais e nos termos do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, nomeadamente nos termos do seu artigo 4.º que prevê a adopção das referidas normas na elaboração das contas consolidadas das sociedades cujos títulos são negociados publicamente, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão, as contas do Exercício de 2006 e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos à sociedade CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., sociedade aberta (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM).

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA EM 2006

APRECIÇÃO GLOBAL

A **Economia Mundial** terá registado em 2006 um crescimento forte, sustentado e com reduzidas pressões inflacionistas, estimando-se que tenha atingido uma taxa de 5,1%. Foi o quinto ano consecutivo de crescimento acima de 4,0%, garantindo assim o período mais longo de crescimento acentuado e contínuo da história mundial. Embora registando uma evolução positiva, não antecipada, nos últimos três meses do ano, a economia dos Estados Unidos abrandou ao longo de 2006 como era previsto. A economia japonesa, por outro lado, consolidou os ganhos anteriores, beneficiando de um aumento acentuado do Investimento e ter-se-á libertado do contexto deflacionista que a assolava. Mas foi a Zona Euro que surpreendeu, pela positiva, ao registar um crescimento acima do seu potencial de médio e longo prazo, quando há um ano atrás nada o faria supor. A Ásia Emergente continuou a registar elevadas taxas de crescimento, determinando uma alteração na ordem económica mundial. O Comércio Internacional manteve as fortes taxas de incremento dos últimos anos (8,9% em 2006, segundo o FMI), tendo ultrapassado 30% do PIB mundial. Na generalidade das economias, a política monetária pautou-se pela anulação gradual das condições expansionistas. A inflação mostrou-se estruturalmente moderada apesar da forte valorização de todas as *commodities*, estimando-se que tenha registado 2,6% nas economias desenvolvidas e 5,2% nas economias emergentes e/ou em desenvolvimento.

ZONA EURO

O ano de 2006 foi o ano da retoma na Zona Euro - o crescimento surpreendeu os mais optimistas, tendo atingido, estima-se, uma variação homóloga de 2,7%. Na prática, quase o dobro do ritmo de crescimento registado em 2005. Observou-se um comportamento diferenciado a nível das suas principais economias, com liderança clara para a Alemanha e maior lentidão a nível de França. A recuperação económica foi liderada pela Procura Externa (ganho estimado de 0,3%) e pelo Investimento (variação em torno de 4,3%) mas à medida que se avançou no ano começou a estender-se ao próprio Consumo Privado. A Procura Doméstica terá registado incremento de 2,5%. A evolução favorável do Emprego, condição essencial à propensão ao consumo por parte das famílias, foi outra das realidades de 2006, projectando-se que a taxa de Desemprego tenha caído dos 8,6%, há um ano atrás, para 8,0%, agora. Os esforços de consolidação fiscal e o aumento das receitas fiscais inerente à melhoria do enquadramento económico ficaram patentes na redução do Défice Orçamental de 2,5% para 2,3% do PIB entre 2005 e 2006. Os Gastos Públicos terão observado comportamento altista ainda que moderado, em torno de 2,0%. O BCE manteve a política de redução gradual do suporte monetário, tendo incrementado a *Refi Rate* para 3,5%

no final do ano. De novo, e pelo sétimo ano consecutivo, a inflação ficou acima da meta definida para a estabilidade de preços, tendo registado 2,2%.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos terão crescido em 2006 a uma taxa estimada de 3,3%, reflectindo, a partir do 2º trimestre do ano, os efeitos conjugados da correcção a nível do sector Imobiliário, da contracção no sector Automóvel e também do incremento continuado das taxas de juro - um movimento ascendente a nível da taxa *Fed Funds* que se iniciou em Julho de 2004 e que a Reserva Federal conduziu até um máximo de 5,25% em Agosto de 2006, optando pela manutenção de condições desde então. A expansão atingiu a fase madura do ciclo económico e os sinais de abrandamento tornaram-se visíveis. Apesar do impacto do aumento dos preços dos combustíveis na confiança dos agentes económicos, o Consumo Privado (variação estimada de 3,2%) e o Investimento Não-Residencial (incremento de 7,6%, suportado em bons resultados empresariais) foram as forças motrizes do crescimento, com a Procura Externa a contribuir menos negativamente para o avanço económico (terá retirado 0,1% ao PIB). O défice orçamental terá diminuído para 2,2% do PIB reflectindo o bom desempenho das receitas fiscais. O défice externo terá atingido 6,6% do PIB mas entrou em fase de estabilização. A Inflação seguiu tendência ascendente tendo terminado o ano a registar 3,3%. O Mercado de Trabalho registou evolução favorável permitindo à economia norte-americana registar uma Taxa de Desemprego de 4,7%.

PORTUGAL

Em 2006, Portugal terá registado um crescimento de 1,2%, triplicando o ritmo de expansão do PIB face ao ano anterior, e dando início à recuperação económica. Ainda assim, o País cresceu abaixo da média europeia, algo que se repete pela sétima vez consecutiva desde a introdução do Euro. Em contraste com anos anteriores, a Procura Externa foi a força motriz do crescimento económico. O Investimento, Público e Privado, terá registado contracção superior à observada em 2005 e condicionado negativamente a performance económica, enquanto a nível do Consumo Privado se terá observado desaceleração para níveis próximos de 1,0%. As Contas Públicas deverão ter evoluído de acordo com as metas oficiais presentes no PEC, obedecendo a um esforço de consolidação, pelo que o Défice Orçamental deverá ter registado 4,6% do PIB. Contrariamente ao antecipado (em face da evolução nos primeiros seis meses de 2006), o Desemprego terá registado aumento, terminando o ano com uma taxa de 7,7%. Por sua vez, a Inflação deverá ter registado uma aceleração para uma taxa próxima de 3,0%, reflectindo o impacto do aumento do Imposto sobre o Tabaco e os efeitos desfasados do aumento da taxa normal do IVA em 2005. A Balança Básica, agregado que junta a Balança Corrente e a Balança de Capitais, terá registado um défice de 7,6%, uma evolução ainda assim positiva face a 2005 mas que espelha a fragilidade e dependência do exterior.

2. ACTIVIDADES OPERACIONAIS

As empresas que integram o perímetro da CORTICEIRA AMORIM encontram-se estruturadas por Unidades de Negócios (UN), com referências às quais se dá conta dos aspectos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2006.

MATÉRIAS-PRIMAS

Esta UN congrega a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as actividades da CORTICEIRA AMORIM que é a matéria-prima (cortiça).

Em termos de política de compras, a UN prosseguiu em 2006 com uma estratégia de compra sustentada e contínua de forma a assegurar, quantitativa e qualitativamente, a matéria-prima necessária à actividade das (UN) a jusante.

Tal como se perspectivava, a quantidade de cortiça extraída no ano de 2006 foi excepcional, dado que, para além da quantidade que seria, em condições normais, extraída no ano – sendo a extracção de 2006 uma das mais elevadas do ciclo de nove anos –, verificou-se um incremento excepcional resultante da cortiça da tiradia de 2005 que permaneceu na árvore (pelo efeito da seca que atingiu nesse ano a Península Ibérica).

No entanto, a expectável descida de preço da cortiça, decorrente do carácter excepcional da quantidade extraída, não se verificou, tendo mesmo havido um ligeiro aumento do preço médio da campanha em relação a 2005, parcialmente justificado pelo reforço nas melhores classes de cortiça.

É de salientar que, em 2006, foi concluída a centralização da produção de discos nas unidades industriais do Sul de Portugal, com impacto no incremento da eficiência industrial já visível no ano em apreço.

A missão desta UN passa por uma optimização da compra da matéria-prima bem como pela sua melhor aplicação. Desta forma, a rentabilidade de uma área tão estratégica como esta não pode ser medida da forma tradicional, ou seja, apenas pelo resultado líquido obtido. O grande objectivo desta UN é fornecer as matérias-primas para serem rentabilizadas na cadeia de valor da CORTICEIRA AMORIM, pelo que, tratando-se de uma actividade transversal a toda a Organização, o desempenho desta unidade acaba por influenciar igualmente o desempenho das restantes UN.

Esta UN começou a transformar no 2T06 a cortiça adquirida na campanha de 2005. Este facto proporcionou um aumento superior a 15% na margem bruta do ano, efeito de um binómio qualidade/preço francamente positivo e que evidencia o bom desempenho nas compras de 2005. O EBITDA e EBIT tiveram assim um crescimento assinalável, cerca de 19% e 28%, respectivamente.

ROLHAS

Durante o exercício, foram adquiridos os restantes 50% da Equipar, passando a CORTICEIRA AMORIM a deter o controlo integral desta entidade, tendo sido ainda adquiridos 50% da Trescases. Estas aquisições representam um reforço da presença industrial junto da produção florestal (Coruche) e um reforço na distribuição junto do maior mercado mundial de rolhas (França), com especial ênfase nos vinhos topo-de-gama.

De salientar, pelo seu impacto potencial nos níveis de eficiência industrial, a conclusão no final de Julho da reestruturação industrial da UN, a qual possibilitou a especialização, por produto, das unidades industriais bem como a modernização dos respectivos processos de fabrico.

Com a entrada em laboração a verificar-se no início de Setembro, é possível afirmar-se que no final do exercício estavam reunidas as condições para o pleno aproveitamento dos benefícios planeados para este projecto iniciado em 2005.

Após um bom desempenho no 1S06, com crescimento de volume e valor, as vendas de UN Rolhas foram adversamente afectadas por um fraco 3T06, afectado por problemas, entretanto resolvidos, no arranque das novas unidades industriais. O bom desempenho das rolhas naturais e Neutrocork® com aumentos de 5% e 24%, respectivamente, permitiram compensar aquele efeito, bem como o esperado abrandamento verificado ao nível das rolhas Twin Top®, em especial no mercado australiano.

Ao nível dos mercados, é de salientar o bom desempenho registado em França, Estados Unidos e Chile. Em virtude das condições políticas existentes na zona, as vendas para a República Moldova foram severamente afectadas.

Assim, as vendas do exercício apresentam uma quebra de 1,3% face a 2005, tendo sido também negativamente influenciadas pela descida de vendas de mercadorias, de baixo valor acrescentado, facto que justifica a totalidade daquele desvio.

Embora os custos da reestruturação industrial tenham incidido em 2006, com os efeitos positivos a serem visíveis na sua plenitude nos anos subsequentes, o bom desempenho ao nível do *mix* de vendas e dos principais custos operacionais, permitiu registar um aumento do EBIT de 4,6%. De salientar que esta variação não considera a empresa Trescases que, a partir de 2006, passa a consolidar pelo método da equivalência patrimonial e que contribui com 0,2 M€ para os resultados consolidados.

O capital investido no final de 2006 evidencia um aumento de 1,3% face a Dezembro de 2005, como consequência sobretudo dos investimentos associados à reestruturação industrial, que originaram um nível global de investimentos em Activo Fixo bastante superior às amortizações do exercício.

REVESTIMENTOS

Confirmando a evolução do exercício anterior a UN Revestimentos apresentou ao longo dos trimestres um conjunto de indicadores que suportam a apreciação bastante positiva desta UN. As vendas atingiram os 121,6 M€ (+7,6%), tendo as vendas dos produtos nobres de cortiça (revestimentos de solo de cortiça e decorativos de parede) apresentado um crescimento ainda mais elevado (+9,7%). Este aumento está suportado em partes iguais por volume, preço e *product mix*. Os revestimentos de solo não cortiça (madeiras e laminados) registaram um aumento mais modesto (+2%), tendo os restantes produtos (vernizes, colas e produtos de outras UN) apresentado uma estabilização.

A melhoria das Vendas e dos Resultados decorreu, também, em parte importante, da introdução dos novos produtos Wicanders® Xtreme WRT® de alta resistência, produto inovador lançado na feira Domotex 2006.

Suportado pelo crescimento das vendas do seu produto nobre e pela manutenção de margens elevadas, o EBIT da UN atingiu os 11,2 M€, um crescimento de 34% face a 2005.

AGLOMERADOS TÉCNICOS

Esta UN registou em 2006 um crescimento de 4,5% nas vendas, reflectindo, assim, o reforço da presença comercial nos principais mercados, face a 2005. Este reforço da actividade foi particularmente visível nos produtos e aplicações destinados a clientes externos.

Por outro lado, o fornecimento de granulados à UN Rolhas sofreu um, já esperado, decréscimo no 2S06, em virtude da maior capacidade de produção que ela própria, entretanto, adquiriu. Este factor implicou, face a 2005, a redução das vendas neste segmento específico que, no entanto e conforme já referido, não impediu o crescimento global das vendas da UN (em valor e em quantidade).

De uma forma geral, os segmentos da Construção e Calçado mantiveram a trajectória ascendente verificada nos últimos anos, com crescimentos significativos nos principais mercados. O segmento das restantes aplicações industriais evidenciou igualmente um desempenho positivo face a 2005, repondo a perda registada nesse ano face a períodos transactos, enquanto que o negócio de produtos destinados ao grande consumo (Casa e Escritório) manteve-se relativamente estável no período em análise.

Numa análise por linhas de produtos, destaca-se o crescimento na venda de aglomerados, que é efectivamente o grande motor do aumento global verificado, o qual contrasta com a manutenção da actividade ao nível dos granulados e de artigos de cortiça para casa e escritório.

No que concerne à margem bruta, e apesar do aumento das vendas, não foi possível evitar uma quebra de alguma expressão no indicador. Mais do que a pressão competitiva sobre os preços nos mercados ou do que o próprio *mix* de vendas, foi, sobretudo, o aumento do custo médio dos componentes, matérias-primas e subsidiárias incorporadas nos processos de fabrico que mais contribuiu para esta evolução desfavorável.

Não obstante o mencionado aumento da actividade, os custos operacionais mantiveram-se praticamente ao nível de 2005 devido, em grande parte, aos Custos com o Pessoal que apresentaram uma redução superior 4,5%.

Face ao exposto, o EBIT desta UN, que ascendeu aos 4,9 M€ em 2005, diminuiu para 2,4 M€ no presente exercício.

O capital investido no final de 2006 regista um aumento de 1,8% face ao ano anterior e resulta sobretudo do aumento do capital investido em *stocks*.

CORTIÇA COM BORRACHA

As vendas da desta UN apresentaram, em 2006, um importante aumento de 6,6% face ao ano anterior, sendo de realçar:

- a manutenção das vendas de cortiça com borracha, com o decréscimo nas vendas para o sector automóvel a ser compensado pelo crescimento nas vendas para outras aplicações (principalmente de isolamento acústico e de vibrações e aplicações industriais);
- o aumento das vendas de aglomerados brancos;
- o crescimento das vendas de produtos feitos a partir de borracha reciclada, sobretudo em aplicações geradoras de melhor margem.

Ao nível da margem bruta, há que destacar o aumento significativo da margem bruta percentual, como consequência, sobretudo, de um *mix* de vendas mais favorável e do aumento da eficiência dos processos industriais, com melhores índices de aproveitamento de materiais. Desta forma, o valor da margem bruta registou em 2005 um aumento de, aproximadamente 6% face ao ano anterior.

Não obstante o bom desempenho registado ao nível da margem bruta, é nos custos operacionais (e na sua forte redução) que se encontra a explicação para a significativa melhoria do EBIT. Em consequência da reorganização efectuada durante 2005 e 2006, que passou em especial por uma forte redução dos custos de operação, a UN Cortiça com Borracha recuperou de um EBIT fortemente negativo em 2005, cerca de -4,1 M€, para um valor quase equilibrado no presente exercício (-0,3 M€).

O capital investido no final de 2006, apesar do já referido aumento de actividade, manteve-se praticamente ao nível Dezembro de 2005.

ISOLAMENTOS

As vendas desta UN apresentaram, no ano de 2006, um aumento de 8,3% face ao ano anterior, dando continuidade ao crescimento significativo evidenciado em exercícios anteriores.

Este crescimento traduz a forte e crescente apetência da generalidade dos mercados pelos produtos ecológicos que integram a oferta desta UN.

Em termos de áreas geográficas, esta evolução é suportada pelo bom desempenho nos principais mercados da Europa, Ásia e Médio Oriente.

Como consequência do aumento da actividade, a margem bruta do exercício registou um crescimento de 11,4%, face a 2005.

Com o maior nível de actividade assistiu-se, naturalmente, ao aumento dos principais custos indexados à produção, nomeadamente dos custos energéticos, o que não impediu a UN de registar um crescimento significativo no EBITDA e EBIT de, aproximadamente, 24% e 32%, respectivamente.

Apesar do aumento da actividade, o capital investido no final de 2006 apresenta uma diminuição de 6,3% face a igual período do ano anterior e resulta sobretudo da redução do capital investido em clientes e em stocks.

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O compromisso estratégico permanente da CORTICEIRA AMORIM com a Inovação foi reafirmado em 2006, com o reforço dos recursos canalizados para a Investigação & Desenvolvimento (I&D) e com a obtenção de resultados que claramente diferenciam os produtos da CORTICEIRA AMORIM e que reforçam a sua liderança na Inovação e Desenvolvimento Tecnológico.

O estabelecimento de uma rede de conhecimento na CORTICEIRA AMORIM tem vindo a permitir o aumento das sinergias na I&D, através da partilha e transferência de conhecimentos entre UN, sendo um bom exemplo disso alguns dos novos produtos lançados em 2006.

Desenvolvimento de Novas Aplicações/Produtos em/com Cortiça (DNAPC)

Este núcleo de investigação foi constituído em 2004 com o propósito estratégico de conceber e desenvolver para a cortiça, novas aplicações e novos produtos, para além do que actualmente é fabricado pela indústria da cortiça. Dos projectos desenvolvidos em 2006, cumpre salientar os seguintes:

- a conclusão do projecto de absorção: os estudos até agora desenvolvidos evidenciaram a potencialidade da cortiça ser usada como material absorvente de diversos tipos de óleos. Num trabalho conjunto com a UN Aglomerados Técnicos, foi identificado o parceiro e deu-se início ao desenvolvimento de soluções funcionais de embalagem, tendo sido submetida a registo uma patente sobre esta nova aplicação da cortiça;
- a valorização de componentes extraídos da cortiça: tendo-se desenvolvido um conjunto de actividades que visaram por um lado otimizar a extracção de componentes da cortiça e, por outro, proceder à sua caracterização com vista à sua transformação para aplicações de elevado valor acrescentado;
- as actividades associadas ao projecto Europeu STREP WaCheUp, com conclusão prevista para Maio de 2008: envolvendo oito parceiros europeus, este projecto visa transformar os resíduos (e subprodutos) das indústrias de cortiça e polpa de madeira em produtos químicos de alto valor acrescentado, e, simultaneamente, desenvolver métodos ecológicos e integrados no ciclo produtivo da cortiça/polpa para a obtenção dos referidos produtos, bem como estudar as aplicações possíveis dos componentes assim obtidos. As actividades associadas a este projecto terão continuidade em 2007;

- o estudo de colas e adesivos a obtidos a partir de cortiça: pretende-se desenvolver uma cola mais natural, obtida a partir de componentes extraídos da cortiça, que depois poderá ser utilizada na própria indústria da cortiça. As actividades associadas a este projecto terão continuidade em 2007.

ROLHAS

As actividades de I&D da UN Rolhas mantiveram como enquadramento as seguintes orientações estratégicas:

1. resolver a questão do TCA;
2. melhorar a *performance* do produto;
3. aumentar o conhecimento do produto;
4. otimizar os processos produtivos;
5. desenvolver novos tipos de rolhas de cortiça.

No que respeita à “resolução da questão do TCA”, há a salientar, no domínio das acções curativas, os progressos registados no processo ROSA®*Evolution*, nomeadamente os bons resultados obtidos com o protótipo. Esta evolução do sistema ROSA® para aplicação em rolhas naturais, permite não só melhorar o índice de desempenho mas, acima de tudo, não deformar as rolhas naturais evitando a etapa de rectificação posterior. É, conseqüentemente, de realçar a importância deste processo pelo seu impacto potencial no ganho quota de mercado, nomeadamente no segmento dos vinhos topo-de-gama. Perante os bons resultados obtidos, proceder-se-á no início de 2007 à instalação do primeiro equipamento industrial.

Dos projectos em curso com vista à obtenção de novas colas, sob a orientação estratégica “melhorar a *performance* do produto”, resultou o desenvolvimento de uma nova cola para colagem de discos, a ser utilizada em 2007 numa das unidades industriais.

Foi intensificada a pesquisa de novas colas de aglomeração, permitindo que no final de 2006 se encontrassem diversas soluções em fase de testes.

No que concerne ao “aumento do conhecimento do produto”, há a realçar, pelo impacto que teve nos principais mercados, a publicação de mais um artigo¹ sobre a permeabilidade comparativa entre vedantes sintéticos, cápsulas de alumínio e rolhas naturais, de onde resultam claras vantagens na utilização das rolhas de cortiça.

Os estudos de permeabilidade terão continuidade em 2007, com o intuito de reforçar a liderança no conhecimento sobre a interacção entre o vinho e os diferentes tipos de vedante. Com este intuito, foi contratado em 2006 um novo doutorado para o departamento I&D desta UN e decidiu-se patrocinar em 2007 um novo aluno de doutoramento.

Em 2006 iniciaram-se também estudos profundos sobre o impacto do tipo de garrafa (gargalo) e a importância da composição da rolha, na *performance* das rolhas de champanhe. Este projecto, desenvolvido em parceria com uma importante cave, terá continuidade em 2007.

Na vertente de “otimização de processos produtivos”, há a destacar o projecto para o desenvolvimento de novos processos de cozer a cortiça. Perante os bons resultados obtidos com o protótipo, este projecto terá continuidade em 2007.

Ao nível do “desenvolvimento de novos tipos de rolhas de cortiça”, há a salientar a conclusão da segunda fase – identificação de formulações viáveis – de um projecto desenvolvido em parceria com um centro de investigação do Reino Unido. Prosseguir-se-á em 2007 com a realização de testes às formulações desenvolvidas.

¹ Lopes, P.; Saucier, C.; Teissedre, P.L.; Glories, Y. Impact of Storage Position on Oxygen Ingress through Different Closures into Wine Bottles . J. Agric. Food Chem. 2006, 54(18); 6741-6746.

REVESTIMENTOS

A I&D realizada por esta UN tem vindo a atender às tendências globais do mercado de revestimentos, bem como às especificidades de determinadas áreas geográficas, tendo o ano de 2006 evidenciado os efeitos de alguns dos projectos desenvolvidos. Assim, das actividades e projectos desenvolvidas no exercício em apreço são de destacar os seguintes:

- o lançamento, em Janeiro de 2006, das novas colecções de visuais de cortiça (Nuances) e de madeira (Vintage) para os revestimentos de solos, e a nova colecção Ambiance para revestimentos de parede;
- a conclusão do projecto de aumento da resistência aos ultravioletas, do qual resultou um upgrade à colecção Ambiance que passou a apresentar um acabamento de superfície com aumento da resistência àquelas radiações, pela introdução de UV absorbers;
- a conclusão do projecto de desenvolvimento de pisos com dimensões inovadoras, do qual resultará o lançamento, no início de 2007, de uma nova colecção;
- a conclusão do estudo das propriedades dos revestimentos de solos em cortiça, que traduzem o grau de conforto percebido pelos utilizadores, através do estudo das suas propriedades biomecânicas. Numa primeira fase identificaram-se os aspectos relativos ao conforto percebido, no curto e médio prazo, e posteriormente estabeleceram-se relações entre esse conforto percebido e as propriedades biomecânicas. Este estudo, ao permitir aumentar o conhecimento técnico do produto, poderá potenciar o desenvolvimento de novos produtos e o reforço das características distintivas;
- o desenvolvimento de um novo verniz HPS – High Performance Surface -, para aplicação sobre PVC, o qual, para além de conferir ao produto um aspecto natural, aumenta a resistência ao risco, às manchas e marcas de sapatos. Esta nova solução será apresentada ao mercado no início de 2007;
- o projecto de aumento da resistência ao fogo, com vista à obtenção de uma solução que reforce a resistência à abrasão e ao fogo, o qual terá continuidade em 2007;
- o projecto Ecobinders que conta com vários parceiros europeus, nos quais se inclui a Amorim Revestimentos e Amorim & Irmãos (UN Rolhas) e que visa a obtenção de um aglomerante ecológico, utilizando componentes da cortiça como agente aglomerante. Este projecto terá continuidade em 2007.

AGLOMERADOS TÉCNICOS

Das actividades e projectos de I&D desenvolvidos pela UN durante 2006, destacam-se sobretudo os dirigidos aos segmentos da Construção e da Indústria, nomeadamente:

Construção

- as parcerias desenvolvidas com universidades portuguesas, as quais têm permitido reforçar a informação técnica sobre os produtos e a sua divulgação junto de arquitectos, engenheiros civis e potenciais clientes;
- o desenvolvimento e lançamento de novos produtos de backing para pisos flutuantes, com três soluções disponíveis - uma de cortiça aglomerada e duas de cortiça com borracha -, que registam excelentes desempenhos na redução de ruídos de impacto e de passos;
- a conclusão do desenvolvimento de uma membrana de cortiça à prova de água. Deste projecto resultou o lançamento no início de 2006 - na feira Surfaces - da waterproof membrane, que além de ser estanque à água, permite amortecer as

vibrações provocadas pela movimentação das placas tectónicas evitando, conseqüentemente, fissuras nos pisos, nomeadamente cerâmicos;

- o lançamento de novo underlay compósito de aglomerado branco, cortiça com borracha e MDF para o segmento do-it-yourself (DIY). Esta solução teve por base o underlay de aglomerado branco com coco, o qual está posicionado no topo de mercado em termos de performance acústica, mas que exige um knowhow na aplicação que não é compatível com o segmento do DIY. Desta forma, a UN passou a dispor de uma oferta com elevada performance no isolamento acústico, quer para o segmento profissional quer para o segmento do DIY;
- o parecer técnico ETA (European Technical Approval) para três dos principais underlays da UN. Este parecer veio validar que, na aplicação em pisos cerâmicos - os mais exigentes em termos de estabilidade mecânica -, os produtos possam vir a ostentar a marca CE, já exigida em vários projectos de construção no mercado europeu;
- o desenvolvimento do novo underlay acústico ProfileCORK®, com uma estrutura ondulada que melhora significativamente o isolamento aos ruídos de impacto, permitindo a circulação de ar entre o pavimento e a betonilha. O ProfileCORK® pode ser utilizado em diferentes tipos de revestimentos, tais como pavimentos flutuantes ou madeira colada.

Indústria

- caracterização da cortiça, de acordo com as especificações da Agência Espacial Europeia (ESA), tendo sido identificado o parceiro industrial para o desenvolvimento de nova aplicação/sistema com cortiça;
- participação no Projecto ATPI (High Performance Damping Technology for Aircraft Vibration Attenuation and Thermo-Phonic Insulation), tecnicamente orientado pela AIRBUS, com vista ao desenvolvimento de um isolamento vibrático e termo-fónico, para aviões, baseado em cortiça;
- desenvolvimento do projecto para utilização de cortiça aglomerada como *core material* para materiais compósitos, em parceria com o Instituto Superior Técnico;

CORTIÇA COM BORRACHA

Da actividade de I&D desenvolvida pela UN Cortiça com Borracha, destaca-se sobretudo a homologação e desenvolvimento de novos produtos, nomeadamente:

- o desenvolvimento e aprovação, da quarta junta moldada para Heavy Duty Diesel (quarta junta no prazo de três anos de cooperação com o cliente);
- o alargamento da gama de produtos de isolamento acústico para meios de transporte terrestres e marítimos, com a introdução de materiais de elevada performance e com características de resistência ao fogo;
- o desenvolvimento da gama de produtos CPGC (Cork Pu Gel Composite), visando a sua utilização em aplicações médicas;
- a continuação do desenvolvimento de componente para integração no módulo "Assentos" em desenvolvimento pelo Agrupamento Complementar de Empresas ACECIA: este projecto demonstrou que a cortiça permite reduzir o volume dos assentos para menos de metade, oferecendo o mesmo conforto, com vantagens ecológicas e ambientais relevantes já que, além da cortiça ser reciclável, contribui para reduzir o consumo e as emissões dos automóveis. Este projecto terá continuidade em 2007, já numa fase de execução de protótipo funcional.

De destacar também o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Investigação & Desenvolvimento da UN na estruturação e consolidação de *knowhow* relativo às vantagens da cortiça com borracha face a tecnologias alternativas utilizadas em aplicações industriais de selagem e aplicações acústicas. Este *knowhow* é uma mais-valia competitiva e comparativa essencial para suporte do desenvolvimento de novos negócios nestas aplicações.

4. Sistema de Gestão Integrado

Qualidade, Ambiente, Segurança e Sustentabilidade Florestal

O ano de 2006 caracterizou-se pela consolidação da integração dos processos nas perspectivas estratégicas do *balanced scorecard*, reforçando o desenvolvimento sustentado da Organização através do alinhamento de diferentes subsistemas de gestão promotores de eficiência. Assim, e relativamente ao ano de 2006, cumpre salientar:

- a certificação Forest Stewardship Council (FSC) da Amorim & Irmãos, S.A. – unidade industrial PTK, sendo a terceira unidade da CORTICEIRA AMORIM a ser certificada por esta Organização Internacional. Esta certificação reveste-se de grande importância, uma vez que possibilita dar aos Clientes garantias acrescidas de ética empresarial em toda a cadeia de custódia: da floresta ao produto final, com preservação do montado de sobro;
- a Amorim Isolamentos renovou a certificação ecológica ICEA - Istituto per la Certificazione Etica e Ambientale (Itália) -, tendo obtido o certificado "R", marca que identifica a composição predominante do produto, atribuindo ao aglomerado negro de cortiça a classificação de produto ecológico;
- a certificação das quatro principais unidades de distribuição da Amorim & Irmãos, S.A. pela norma NP EN ISO 22000 (Sistema de Gestão de Segurança Alimentar) e manutenção pela unidade "Amorim Distribuição" da certificação pela norma NP EN ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental);
- a Corticeira Amorim – Indústria, S.A. implementou um Sistema de Gestão Ambiental e um Sistema de Gestão de Segurança e Higiene no Trabalho, alinhados com as normas NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente.
- a certificação CIPR (boas práticas rolheiras) da Corticeira Amorim – Indústria, S.A., tendo em vista a produção de granulados para rolhas;
- a Amorim Cork South Africa manteve a acreditação pela Wine Industry Ethical Trade Association (WIETA), bem como pelas normas ISO 9001/2000 e HACCP 0330;
- a manutenção e melhoria dos sistemas de gestão da qualidade de acordo com a norma ISO 9001:2000 das restantes unidades industriais;
- a manutenção da certificação CIPR em todas as unidades de produção de Rolhas.

5. RECURSOS HUMANOS

Qualificar e Valorizar

Num ano de mudanças, caracterizado pela reestruturação de algumas actividades industriais, reiterou-se a aposta no desenvolvimento e na valorização das competências dos colaboradores. Destacam-se aqui os dois ciclos de Reconhecimento, Valorização e Certificação de Competências (RVCC), nas UN Revestimentos e Rolhas, registando-se uma forte adesão dos colaboradores.

Ainda no âmbito da qualificação dos Recursos, a formação na área da Higiene e Segurança no Trabalho continua a ser a área prioritária e dominante da formação nas áreas operacionais.

Na prossecução de uma política de desenvolvimento de conhecimentos, de competências e de troca de experiências entre os colaboradores das diversas empresas, é de realçar a realização da primeira edição de um Curso de Gestão Geral, em colaboração com a Universidade Católica Portuguesa, adaptado às necessidades específicas da CORTICEIRA AMORIM.

Quer no âmbito técnico, quer no âmbito comportamental, o esforço de formação continua a ser intenso, traduzindo-se em 2006 em cerca de 40 500 horas de formação, o que representa, face a 2005, um crescimento superior a 19%.

Ao nível do desenvolvimento das competências, há ainda que salientar a definição de um modelo de competências transversais de gestão e comportamentais, modelo este que suportará, no futuro, os processos de formação e de análise de desempenho dos quadros superiores da CORTICEIRA AMORIM, com vista à consolidação e desenvolvimento de uma cultura que fomente a adopção dos estilos de liderança e de gestão adequados ao desenvolvimento harmonioso do negócio.

Comunicar e Desenvolver

Em 2006 procurou-se definir orientações estratégicas para o desenvolvimento da comunicação interna, como ferramenta potenciadora de partilha de boas práticas e de reforço transversal dos valores que caracterizam a Organização. A realização anual dos inquéritos de clima organizacional, bem como a implementação dos planos de acção que lhes estão associados, são práticas recorrentes em três UN (Rolhas, Revestimentos e Aglomerados Técnicos).

Assumem também cada vez maior importância as diferentes formas de informar e sensibilizar todos os colaboradores sobre os objectivos e resultados da CORTICEIRA AMORIM e das suas UN: desde as reuniões trimestrais com os quadros superiores, passando pelo investimento na informação afixada nos diferentes locais de trabalho, até às missivas individuais enviadas a todos os colaboradores, são utilizados diversos meios com vista a permitir a informação e o alinhamento da actuação de todos os colaboradores com a estratégia da empresa.

Adaptar e Melhorar

Efectivo

Fruto das reestruturações industriais e societárias, das evoluções tecnológicas e de mercado, as variações no número de efectivos das diferentes UN foram distintas, umas no sentido da racionalização do seu efectivo (Rolhas) e outras acompanhando o incremento da actividade, com um aumento de efectivo (Revestimentos).

No cômputo geral das empresas que compõem o perímetro da CORTICEIRA AMORIM, o número de colaboradores no final de 2006 foi de 3847 (versus 3880 em 2005).

Absentismo

O índice global de absentismo apresenta uma recuperação de cerca de 0,5% relativamente ao ano de 2005. De destacar que esta recuperação se fez, fundamentalmente, nas UN Rolhas, Revestimentos, que recuperaram para os melhores níveis de anos anteriores, Cortiça com Borracha e Isolamentos que, relativamente ao seu histórico, atingem níveis notáveis.

Prevenção, Higiene e Segurança

Nas áreas de Higiene e Segurança investiu-se em formação e na evolução/adaptação dos equipamentos. Os resultados das acções implementadas traduziram-se numa diminuição de 19% no número de dias perdidos por acidente de trabalho e na redução dos índices de sinistralidade.

6. MERCADO ACCIONISTA

A) Mercado Accionista

O ano de 2006 confirmou a recuperação sustentada que se vinha observando nos mercados accionistas. De facto, as acções foram a classe de activos cuja evolução foi mais favorável, graças à conjugação de vários factores: o bom desempenho económico das empresas, a manutenção das baixas taxas de juro de longo prazo, o aparente controlo das pressões inflacionistas e o efeito positivo dos inúmeros movimentos de concentração.

Nos **EUA**, a manutenção das taxas de juro em níveis reduzidos e o controlo da inflação contrabalançaram o efeito negativo do abrandamento económico previsto.

Ao contrário de 2005, os principais índices bolsistas registaram ganhos relevantes em 2006: o S&P 500 ganhou 13,6% e o NASDAQ 100 valorizou 6,8%. O DOW JONES encerrou o ano com uma valorização de 16,3%.

Tal como em 2005, a **Europa** evidenciou em 2006 um forte dinamismo a nível empresarial, tendo os mercados accionistas, em particular os mercados ibéricos, beneficiado dos processos de fusão e aquisição, nomeadamente nos sectores eléctrico, energético, financeiro e da construção.

Apesar da subida das taxas de juro directoras, as mesmas mantiveram-se ainda em níveis historicamente baixos, tornando os mercados accionistas mais apelativos. Os principais índices europeus registaram valorizações assinaláveis face aos valores registados no final de 2005. Em termos anuais, o FOOTSE 100 valorizou 10,7%, o DAX-XETRA valorizou 22%, o CAC 40 fechou a subir 17,5% e o EUROSTOXX50 valorizou 15,1%.

Em **Portugal**, a bolsa fechou positiva, com o seu principal índice, o PSI-20, a registar uma valorização de 29,9%, atingindo assim os 11.197,59 pontos no último dia de negociação em 2006. Esta expressiva valorização ilustra a euforia registada ao longo do ano, suportada quer pela evolução positiva dos resultados apresentados pelas empresas, quer pelo interesse gerado pelas ofertas públicas de aquisição lançadas ao longo de 2006.

A capitalização bolsista do mercado de capitais cresceu 34%, registando no final do ano 238,3 mil milhões de euros. Apesar do volume de transacções ter diminuído 2,4% em 2006, ascendendo a 196 mil milhões de euros, as transacções de acções registaram uma subida de 51,1%, assim se demonstrando claramente o interesse por este segmento, que registou uma das mais notáveis *performances* em termos mundiais.

B) Comportamento Bolsista das Acções da CORTICEIRA AMORIM

Actualmente, o capital social da CORTICEIRA AMORIM cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

A admissão à negociação na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. das acções emitidas no âmbito da operação de aumento de capital ocorreu em 19 de Dezembro de 2000, juntando-se estas às restantes acções da Sociedade já cotadas na BVLP desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991.

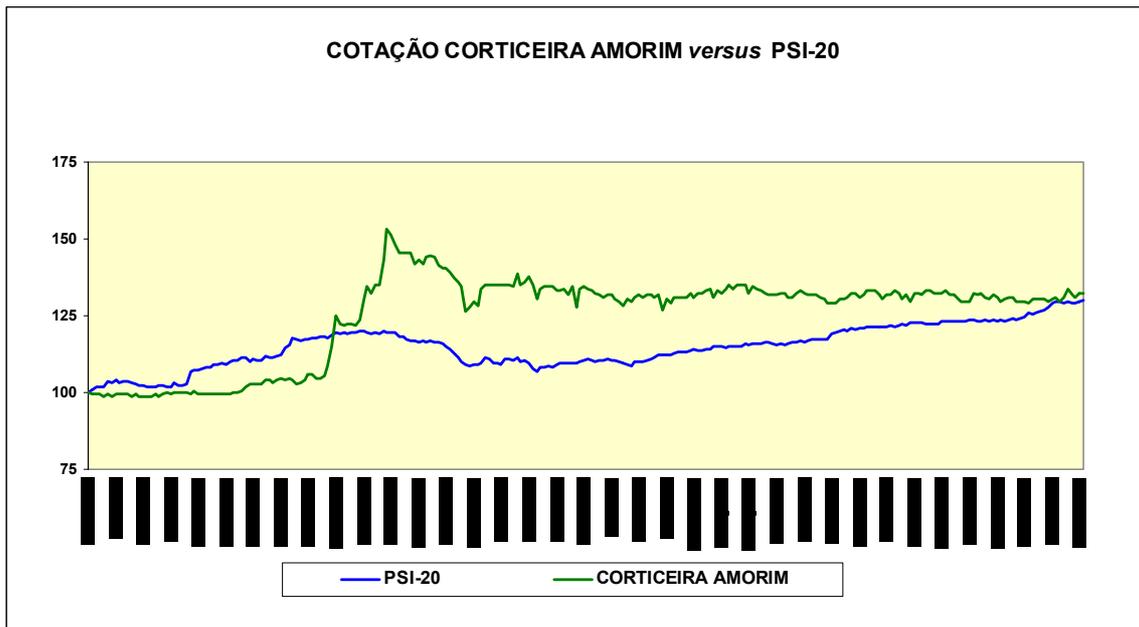
Em 29 de Dezembro as acções da CORTICEIRA AMORIM terminaram a sessão a negociar a 1,96 euros, cotação de fecho de ano, o que representa uma valorização de cerca de 31,5% em relação à cotação análoga registada no ano transacto, tendo-se transaccionado em bolsa cerca de 10,6 milhões de acções em de 4.480 negócios, que ultrapassaram os 19,6 milhões de euros.

Assim, para o título CORTICEIRA AMORIM, o ano fica marcado por um excelente desempenho, sempre em crescendo em termos de valorização do título, apesar da redução do volume de transações.

A cotação máxima atingida durante o referido período foi de 2,32 euros por acção, em 20 de Abril; a mínima foi de 1,44 euros e ocorreu durante a sessão do dia 9 de Janeiro, tendo a média de transacção no ano sido 1,85 euros por acção.

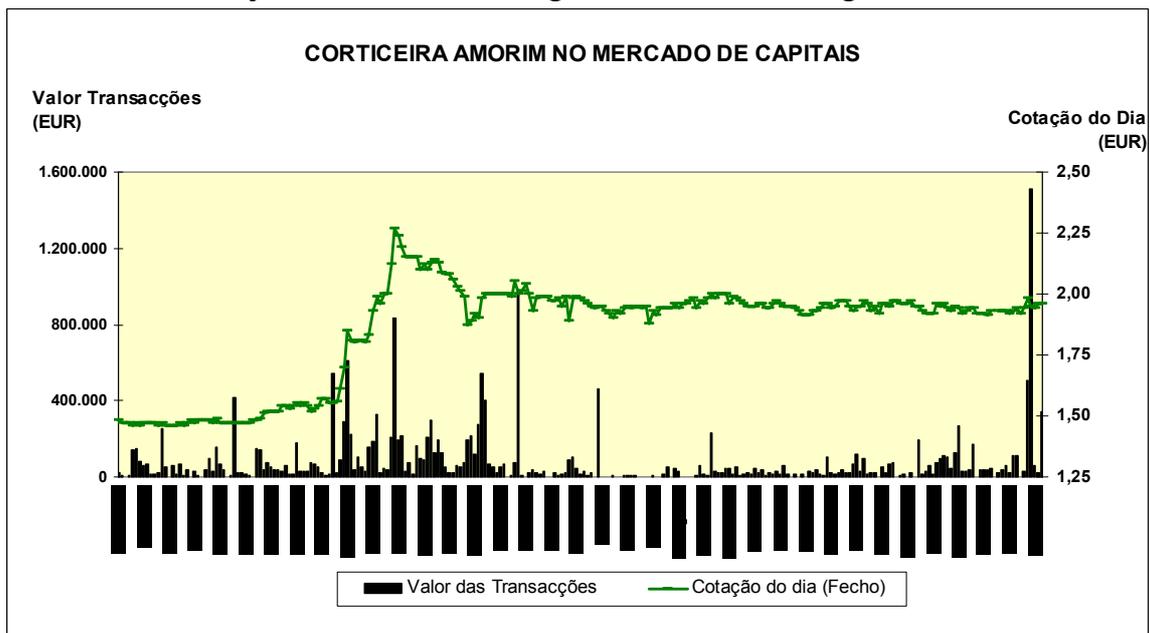
Os gráficos abaixo ilustram a *performance* bolsista da CORTICEIRA AMORIM:

B.1) Evolução da cotação em 2006:



Fonte: Euronext Lisbon

B.2) Valor das transacções em mercado regulamentado ao longo de 2006:



Fonte: Euronext Lisbon

B.3) Evolução de indicadores bolsistas nos últimos anos:

	2006	2005	2004	2003
Qt. de acções Transaccionadas	10.564.708	35.132.019	22.716.018	21.617.313
Cotações:				
Máxima	2,32	1,50	1,30	1,15
Média	1,85	1,23	1,17	0,74
Mínima	1,44	1,03	1,05	0,64
De fecho do ano	1,96	1,48	1,06	1,15
Frequência Negocial	99,6%	100%	99,6%	99,2%
Capit. bolsista no fecho do ano (€)	260.680.000	196.840.000	140.980.000	152.950.000

Fonte: Euronext Lisbon

7. CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Como conclusão pode afirmar-se que os bons resultados alcançados no exercício de 2006 foram o culminar de um intenso trabalho levado a cabo pela equipa de gestão da CORTICEIRA AMORIM nos últimos anos.

Relativamente à actividade, de salientar que o segundo semestre, e em especial o quarto trimestre, contribuiu de forma bastante positiva para os resultados anuais da CORTICEIRA AMORIM. Esta tendência, já observada no exercício anterior, dever-se-á, entre, certamente, outras razões, ao maior peso que a UN Revestimentos tem vindo a apresentar nas vendas e, conseqüentemente, nos resultados consolidados. Dado que as vendas desta UN se apresentam distribuídas pelos diferentes trimestres de uma forma mais homogénea, o seu crescente peso nas vendas totais permite compensar a conhecida variação entre as vendas da primeira metade e a segunda metade do ano que tradicionalmente ocorre na UN Rolhas. Como se sabe a estação de engarrafamento nos países vinícolas do Hemisfério Norte, ainda os mais importantes, decorre durante o primeiro semestre. De notar que estas duas UN representam em conjunto cerca de 80% das vendas consolidadas da CORTICEIRA AMORIM.

Dada a sua enorme relevância, de salientar a conclusão no final de Julho, da reestruturação industrial da UN Rolhas. A entrada em laboração deu-se no início de Setembro, podendo afirmar-se que no final do exercício estavam reunidas as condições para o pleno aproveitamento dos benefícios planeados para este projecto iniciado em 2005.

Ainda de referir que, durante o exercício, conforme divulgação apropriada, foram adquiridas os restantes 50% da Equipar, tendo sido ainda adquiridos 50% da Trescases, dos quais 18,75% foram concretizadas em Janeiro de 2007. Estas aquisições representam um reforço ao nível da produção florestal (Coruche) e um reforço na distribuição junto do maior mercado mundial de rolhas (França).

A UN Matérias-Primas, actuando na origem do ciclo de negócios da CORTICEIRA AMORIM, tem como principal cliente a UN Rolhas. Conforme referido no relatório de actividade do 1S06, esta UN começou a transformar durante o 2T06 a cortiça adquirida na campanha de 2005. Este facto proporcionou uma melhoria considerável na Margem Bruta efeito de um binómio qualidade/preço francamente positivo, efeito esse que se prolongou durante todo o 2S06. O EBIT teve assim um crescimento assinalável, cerca de 28%, em linha com o consolidado, atingindo os 11,4 milhões de euros (M€).

Após um bom desempenho no 1S06, com crescimento de volume e valor, as vendas de UN Rolhas foram adversamente afectadas por um fraco 3T06, afectado por problemas, entretanto resolvidos, no arranque das novas unidades industriais. O bom desempenho das rolhas naturais e Neutrocork® permitiram compensar aquele efeito, bem como o esperado abrandamento verificado ao nível das rolhas Twin Top®, em especial no mercado australiano. Bom desempenho ao nível dos mercados de França, Estados Unidos e Chile. Em virtude das condições políticas existentes na zona, as vendas da CORTICEIRA AMORIM para a República Moldova foram severamente afectadas.

As vendas atingiram os 236,7 M€ (-1,3%), tendo sido também negativamente influenciados pela descida de vendas de mercadorias, de baixo valor acrescentado, facto que acaba por justificar a totalidade daquele desvio!

Em termos de EBIT o desempenho da UN compensou a estagnação verificada na venda de rolhas, tendo o seu valor atingido os 11,1 M€, um crescimento de 4,6% face a 2005.

Confirmando a evolução do exercício anterior a UN Revestimentos apresentou ao longo dos trimestres um conjunto de indicadores que suportam a apreciação bastante positiva desta UN. As vendas atingiram os 121,6 M€ (+7,6%), tendo as vendas dos produtos nobres de cortiça (revestimentos de solo de cortiça e decorativos de parede) apresentado um crescimento ainda mais elevado (+9,7%). Este aumento está suportado em partes iguais por volume, preço e *product mix*. Os revestimentos de solo não cortiça (madeiras e laminados) registaram um aumento mais modesto (+2%), tendo os restantes produtos (vernizes, colas e produtos de outras UN) apresentado uma estabilização.

A melhoria das Vendas e dos Resultados decorreu, também, em parte importante, da introdução dos novos produtos Wicanders® Xtreme WRT® de alta resistência, produto inovador lançado na feira Domotex 2006.

Suportado pelo crescimento das vendas do seu produto nobre e pela manutenção de margens elevadas, o EBIT da UN atingiu os 11,2 M€, um crescimento de 34% face a 2005.

Relativamente às outras UN, há a destacar a actividade da UN Isolamentos, a qual confirmou durante o exercício os bons indicadores já alcançados durante 2005. Representando apenas cerca de 2% da actividade consolidada, esta UN ao registar crescimentos de 8,2% nas suas vendas (8,2 M€) de 32% no seu EBIT (1,2 M€) finalizou o exercício com um impacto na CORTICEIRA AMORIM bem superior à sua dimensão. O continuado enfoque num nicho de mercado altamente especializado (isolamento acústico e térmico 100% natural) tem dado os respectivos frutos, em especial em mercados tão exigentes como os mercados francês e italiano.

As UN Cortiça com Borracha e Aglomerados Técnicos apresentaram crescimento de vendas de 6,6% e 4,5%, tendo atingido os 29,2 M€ e 61,4 M€ respectivamente. A evolução do EBIT não foi, porém, idêntica nestas duas UN. Em consequência da reorganização efectuada durante 2005 e 2006, que passou em especial por uma forte redução dos custos de operação, a UN Cortiça com Borracha recuperou de EBIT fortemente negativo em 2005, cerca de 4 M€, para um valor quase equilibrado no presente exercício (-0,3 M€). Já em termos da UN Aglomerados Técnicos, a subida de preço das várias matérias-primas de incorporação, foi a razão principal para uma variação desfavorável no seu EBIT, o qual viu reduzido o seu valor de 4,9 M€ em 2005, para 2,4 M€ no presente exercício.

Em termos consolidados as vendas atingiram os 442,6 M€, tendo registado um aumento de 3,4%. A Margem Bruta percentual ficou ligeiramente abaixo de verificada em 2005, influenciada adversamente por uma variação de produção positiva em cerca de 6 M€. Em termos absolutos, e dado o aumento das vendas aquela Margem registou um acréscimo de cerca de 10 M€. Para um

aumento de actividade de 6% (vendas + variação produção), os custos operacionais subiram somente 1,3% (2,4 M€), influenciados pelo decréscimo observado ao nível dos custos com pessoal (cerca de 2,2 M€).

Em consequência do bom andamento verificado em Vendas, Margem Bruta e Custos Operacionais, os valores do EBITDA e EBIT, registaram uma subida de 13% e 27,4%, ao atingirem os 56 M€ e 34,2 M€ respectivamente.

Os juros suportados foram influenciados pela subida de cerca de 1% registada na taxa média de juro, subida essa que foi, quase exclusivamente, o factor responsável pelo acréscimo de 1,6 M€ nesta rubrica de custos.

Os resultados antes de impostos (RAI) atingiram os 25,4 M€ (+30,7%). Após uma estimativa de 4 M€ de imposto sobre as sociedades que compõem o universo de consolidação, e após 1,3 M€ de Interesses Minoritários, o resultado líquido atribuível aos accionistas da CORTICEIRA AMORIM atingiu os 20,1 M€, um acréscimo de 27,6% face ao valor de 15,7 M€ atingido no exercício de 2005.

Valores consolidados a 31 de Dezembro (IFRS)

	4T06	4T05	Variação	12M06	12M05	Variação
Vendas	106 999	99 822	+ 7,19%	442 552	428 010	+ 3,40%
Margem Bruta – Valor	53 412	48 914	+ 9,20%	217 424	207 749	+ 4,66%
1) 47,10%	49,42%	-2,32 p.p.	48,45%	49,09%	-0,64 p.p.	
Custos Operacionais	2) 42 331	42 539	- 0,49%	183 273	180 937	+ 1,29%
EBITDA	15 557	12 240	+ 27,10%	55 948	49 510	+ 13,00%
EBIT	11 081	6 375	+ 73,82%	34 151	26 812	+ 27,37%
Resultado Líquido	7 550	4 653	+ 62,26%	21 397	16 519	+ 29,53%
Resultado Líquido (atribuível aos accionistas)	7 261	4 406	+ 64,80%	20 104	15 747	+ 27,67%
Resultado por acção	3) 0,0557	0,0338	+ 64,67%	0,1541	0,1207	+ 27,65%
EBITDA/juros líquidos (x)	6,04	6,49	- 0,44 X	6,19	6,66	- 0,47 X
Autonomia Financeira	4) -	-	-	41,09%	40,04%	+1,05 p.p.
Dívida Remunerada Líquida	-	-	-	225 331	218 683	+ 3,04%

1) Sobre o valor da produção

2) Inclui custos e proveitos financeiros que não juros e custos e proveitos extraordinários

3) Resultado Líquido do Período/nº médio acções (euros/ acção) (exclui acções próprias)

4) Capitais Próprios / total Balanço (no final do período)

8. BALANÇO CONSOLIDADO

O Activo consolidado atingiu os 562 M€, um aumento de cerca de 12 M€ em relação ao final de 2005. O crescimento da actividade, ao implicar naturalmente crescimento das necessidades de fundo de maneio, clientes (+4,5 M€) e inventários (+6,8 M€), justifica por si só a evolução referida. Para além desta constatação, há outras variações que acabam por se compensar em termos gerais, mas que não podem deixar de ser referidas. O Activo Fixo tangível registou um crescimento de 5,3 M€, consequência de um acréscimo proveniente dos investimentos realizados (25,9 M€) e da natural diminuição provocada pelas depreciações do exercício (21,7 M€), sendo o remanescente da variação o resultado de vários outros movimentos que afectam aquela rubrica (diferenças de conversão cambial, abates e outras).

Os investimentos realizados no período estão cerca de 10 M€ acima do que é considerado o CAPEX usual da CORTICEIRA AMORIM, sendo este acréscimo o resultado dos investimentos do exercício relativos ao processo de reestruturação industrial levados a cabo na UN Rolhas.

Compensando este acréscimo no Activo Fixo Tangível há a referir as diminuições registadas ao nível dos Impostos Diferidos Activos (consequência do custeio em IRC do resultado registado ao nível do consolidado fiscal da generalidade das empresas portuguesas) e a diminuição de Caixa e Equivalentes.

O Passivo total manteve o valor registado em 2005, 330 M€, o que significa que o aumento do Activo e o pagamento de dividendos foi todo financiado pelos meios gerados pela actividade. De referir ainda no Passivo o reforço em cerca de 30 M€ da Dívida Remunerada a médio e longo prazo por correspondente diminuição da Dívida de curto prazo.

O valor dos Capitais Próprios (incluindo Interesses Minoritários) ascendeu, no final do exercício, a 230 M€ um aumento de 10 M€ face ao final de 2005. Esta variação veio reforçar ainda mais a solidez financeira da CORTICEIRA AMORIM, expressa no rácio de Autonomia Financeira, o qual passou de 40,0% em 2005, para 41,1% no final de 2006.

9. PERSPECTIVAS PARA 2007

ENVOLVENTE MACRO-ECONÓMICA

APRECIAÇÃO GLOBAL

O ano de 2007 deverá pautar-se pela consolidação da tendência de crescimento forte e sustentado que caracteriza a evolução mundial desde 2002. As estimativas apontam para um crescimento em torno de 5,0%, com contribuições mais equilibradas por parte dos diferentes blocos económicos e diminuição dos pontos de tensão. Apesar do fracasso das negociações do *Doha Round* no ano transacto, os desenvolvimentos recentes fazem crer na recuperação do processo e no crescimento do Comércio Mundial. A Zona Euro deverá abrandar face ao ritmo vivo que observou em 2006, mantendo um crescimento próximo do seu potencial de médio prazo, que se estima rondar os 2,0%. Tal como referido há um ano atrás, perspectiva-se um abrandamento moderado no crescimento dos EUA, enquanto o Japão deverá evidenciar um período de desaceleração ligeira, reflectindo a queda na procura externa e no ritmo de investimento. De novo, os países emergentes com maior potencial, especialmente na Ásia, deverão seguir um ritmo de expansão robusto, liderando o crescimento mundial. As condições monetárias tornar-se-ão, gradualmente, mais restritivas. Pressões inflacionistas moderadas pautarão o novo exercício, reflectindo uma moderação do preço dos factores energéticos.

ZONA EURO

Estima-se que a economia da Zona Euro cresça 2,1% em 2007, moderando ligeiramente face ao ritmo alcançado no ano transacto. Os constrangimentos decorrentes de uma política fiscal mais agressiva na Alemanha e, sobretudo, em Itália, acrescidos dos efeitos desfasados da subida de juros que se iniciou em Dezembro de 2005 e ainda de um crescimento mundial marginalmente menor, condicionarão a evolução económica. Esta situação será contrabalançada pelas alterações estruturais que se observam a nível do Mercado de Trabalho – registam-se efeitos positivos a nível do aumento da produtividade e da queda da taxa natural de desemprego - e pela folga existente a nível da capacidade para aumentar o Consumo Privado por via de diminuição de poupanças e aumento de endividamento. A melhoria da confiança de consumidores e empresários deverá validar as perspectivas optimistas, ainda que inferiores ao registado em 2006, para a evolução do Consumo Privado (1,6%) e Investimento (3,0%). O Consumo Público deverá aumentar cerca de 1,4%, evidenciando um ritmo menor face a 2006. A Procura Externa Líquida, antecipa-se, dará contributo menor para o crescimento económico (0,2%). O Défice Público manterá a tendência de decréscimo que regista há 2 anos, desta feita

via restrição a nível das despesas, e deverá terminar 2007 a um nível de 2,0% do PIB. O Desemprego, por sua vez, deverá manter tendência descendente, aproximando-se de 7,7%. O BCE poderá promover a subida da taxa de juro directora para níveis neutrais, em torno de 4,0%. A Inflação deverá seguir tendência descendente na primeira metade do ano, ainda que negativamente afectada pela subida de três p.p. na taxa do IVA na Alemanha no primeiro dia do ano, regressando a níveis marginalmente acima de 2,0% na segunda metade. Estima-se que, globalmente, registre 2,1% em 2007.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A economia norte-americana deverá crescer em torno de 2,3% em 2007, o valor mais baixo desde 2002. Será um ano de moderação e de ajustamentos macro-económicos, em que os efeitos da correcção do sector Imobiliário deverão surgir visíveis nos restantes sectores de actividade – a evolução económica dependerá, no extremo, do grau de correcção deste sector e dos efeitos que este processo venha a ter sobre a restante economia. O crescimento deverá ser mais significativo à medida que nos aproximarmos do final do ano. O Consumo Privado, o motor da economia nos últimos anos, tenderá a evidenciar o *negative wealth effect* decorrente da queda do valor dos imóveis, o que se traduzirá, estima-se, num intervalo de crescimento entre 2,4% e 3,0%. O Investimento registará menor ritmo de incremento em face dos aspectos acima mencionados (estima-se em torno de 1,0%). A Procura Externa terá um contributo nulo para o crescimento económico traduzindo ganhos de quota de mercado pelas Exportações norte-americanas, e a manutenção das procura mundial. O défice orçamental deverá registar degradação ligeira em função de menor ritmo de crescimento das Receitas Fiscais e aumento dos Gastos Públicos. A FED deverá manter a vigilância apertada sobre a evolução da inflação apesar de antecipar uma diminuição das pressões sobre os preços e considerar que as expectativas sobre a inflação estão contidas – as estimativas apontam para uma Inflação em torno de 2,4%. Antecipa-se um período alargado de estabilidade das condições monetárias. O Desemprego deverá manter-se em níveis baixos, marginalmente abaixo de 5,0%, embora se antecipem dificuldades em manter o ritmo de criação de novos postos de trabalho. A produtividade tenderá, acredita-se, a registar acréscimos cada vez menores.

PORTUGAL

Portugal deverá crescer em 2007 a um ritmo superior ao verificado em 2006, algo em torno de 1,8%. Será mais um ano de correcção dos desequilíbrios estruturais da economia nacional e de implementação de reformas de Médio Longo Prazo, logo, de evolução condicionada e inferior ao potencial de crescimento de longo prazo. A Procura Externa Líquida deverá continuar a liderar o contributo para o crescimento embora se anteveja a desaceleração das Exportações. A evolução favorável das economias espanhola e angolana terá um impacto positivo, compensando o abrandamento de outros mercados de destino das exportações nacionais. O esforço de consolidação das Contas Públicas, essencialmente via Despesa Pública, limitará o potencial de crescimento económico induzido por esta via, apontando as previsões para uma variação nula a nível do Consumo Público. As autoridades nacionais tudo farão para que o Défice Público diminua para o nível objectivo de 3,7% do PIB. Ainda assim, antecipa-se que, lenta e gradualmente, a melhoria na confiança dos agentes económicos se traduza em incremento do Investimento Privado. A taxa de Desemprego deverá manter-se praticamente inalterada em 2007 (as previsões centram-se em 7,5%), face ao observado no ano anterior, garantindo às Famílias um enquadramento mais favorável que compense o impacto negativo decorrente de custos financeiros mais elevados. Estima-se que o Consumo Privado registre um incremento próximo de 1,5%. A Procura Interna deverá, neste sentido, contribuir positivamente, ainda que de forma moderada, para a expansão económica, apontando-se para um ganho de 1,1% a nível desta rubrica. A Inflação deverá observar decréscimo para níveis em torno de 2,3% ajustando à saída do Índice dos efeitos decorrentes do aumento do IVA em Julho 2005. A Balança Corrente continuará a espelhar o padrão económico português e a dependência do financiamento externo, com um défice marginalmente inferior a 9,0% do PIB – um dos maiores do Mundo – expondo a economia a desenvolvimentos dos mercados financeiros internacionais.

ACTIVIDADES OPERACIONAIS

MATÉRIAS-PRIMAS

Em 2007 prosseguir-se-á com uma estratégia de compra sustentada e contínua de cortiça amadia, tendo em vista minimizar a pressão na obtenção da quantidade necessária, obedecendo aos parâmetros, de qualidade e preço, considerados mais adequados à actividade das UN da CORTICEIRA AMORIM.

O aumento do preço de compra da matéria-prima verificado em 2006, embora parcialmente justificado pelo reforço nas melhores classes de cortiça, induz naturalmente a um impacto desfavorável na evolução dos custos, que deverão ser, contudo, compensados por um lado pelo aumento da actividade e, por outro, pela intensificação de esforços conducentes à melhoria dos níveis de eficiência industrial.

De salientar, no entanto, que dada a missão e objectivos desta UN, o seu desempenho estará, naturalmente, condicionado à evolução da actividade das restantes UN.

ROLHAS

Os principais operadores do mercado vinícola, nomeadamente multinacionais e os de grande dimensão nacional, deverão manter em 2007 a ênfase na redução de custos, o que não deixará, naturalmente, de ter impacto na actividade da UN. Tendo como objectivo o reforço de quota nestes clientes, o enfoque da UN incidirá no aumento da eficiência das operações e na adequação dos níveis de serviço às exigências do mercado, incluindo a cooperação com cliente no desenvolvimento de soluções técnicas.

Neste contexto, será de salientar a reestruturação industrial concluída em 2006 e cujo impacto, nomeadamente ao nível da margem bruta e dos custos operacionais, será visível na sua plenitude a partir de 2007.

Dos objectivos assumidos no planeamento estratégico e operacional para 2007, salientam-se:

- o aumento de quota rentável nas rolhas Neutrocork®, Champanhe e Naturais para vinhos topo-de-gama;
- a liderança nos principais mercados e clientes, com especial ênfase nos clientes multinacionais e de grande dimensão nacional;
- a melhoria do mix de produtos vendidos, como importante meio de crescimento das margens e da redução de custos operacionais;
- o desenvolvimento técnico da actual gama de produtos e o lançamento de novos produtos;
- a diferenciação clara, face à oferta da concorrência, ao nível da gama de produtos, da performance técnica e sensorial e do serviço a clientes;
- a implementação de acções de racionalização de processos e de redução de custos nas unidades industriais e de distribuição;
- a optimização dos níveis de serviço e da logística, tendo em vista a diminuição do capital investido.

REVESTIMENTOS

Perspectiva-se para 2007 o aumento da actividade desta UN, dando assim continuidade ao crescimento gradual e sustentado evidenciado nos últimos anos.

A suportar esta evolução estará a prossecução de uma estratégia de redução de risco geográfico, através do reforço da actividade em mercados de maior potencial de crescimento, bem como o lançamento, no início de 2007, do novo verniz HPS (para aplicação sobre PVC) e dos novos visuais *Royal* e *President*.

Por outro lado, deverá manter-se a pressão para o aumento do custo de algumas das principais matérias-primas, como é o caso do HDF, mas que, a exemplo do que tem vindo a suceder, se procurará contrariar com a eficiência do *procurement* e através da oferta de produtos de maior valor acrescentado com elevada performance técnica e visuais atractivos.

Face ao crescimento registado nos últimos anos e às perspectivas favoráveis de evolução da actividade, deverá iniciar-se, em 2007, um plano de modernização tecnológica e expansão industrial que permita à UN reforçar a sua capacidade na oferta de produtos de maior valor acrescentado.

AGLOMERADOS TÉCNICOS

O plano estratégico e operacional desta UN para 2007 apresenta três vectores fundamentais: a aposta focalizada em aplicações com potencial expressivo; a criação de valor através da diferenciação e a eficiência operacional. Estes serão os pilares que sustentam o objectivo de consolidação da liderança mundial do sector em todos os mercados geográficos e em todas as aplicações para os produtos de cortiça da UN.

Tendo o ano de 2006 confirmado as expectativas de crescimento no mercado, o desafio para 2007 passará pela reposição de valores de rentabilidade mais consentâneos com o nível de capital investido, através de acções específicas de ajuste nas condições de venda e na evolução dos custos.

Ao nível industrial, será de salientar a redução significativa nos fornecimentos à UN Rolhas, que em 2006 reforçou a sua capacidade de produção de granulados, com o conseqüente impacto ao nível da actividade.

Face à evolução registada em alguns projectos de I&D, perspectiva-se para 2007 a apresentação de resultados interessantes no que respeita à introdução de novos produtos na área da construção e ao desenvolvimento de novas aplicações industriais.

A UN iniciará, igualmente em 2007, a concretização do projecto de implantação industrial na China, o que deverá contribuir em alguma medida, e principalmente no segundo semestre, para o reforço da presença comercial naquela área do globo.

CORTIÇA COM BORRACHA

Para o ano de 2007 prevê-se um ligeiro crescimento das vendas de cortiça com borracha e de borracha reciclada, apesar da tendência desfavorável, face a 2006, que a evolução do dólar norte-americano tem vindo a registar.

No que concerne aos custos operacionais, é de salientar a tendência de agravamento do preço das matérias-primas, que deverá, contudo, ser compensada pelos ganhos de eficiência resultantes da reorganização industrial, cuja implementação deverá estar concluída no início do ano.

Neste contexto, perspectiva-se que a UN consolide em 2007 a significativa melhoria dos níveis de rentabilidade verificada em 2006.

ISOLAMENTOS

As características ecológicas dos produtos e a sua performance técnica – nomeadamente, em matéria de isolamento térmico e acústico –, deverão continuar a suportar a receptividade do mercado aos produtos desta UN.

A implementação de um conjunto de iniciativas e acções alinhadas com a estratégia global, permitirão alcançar os objectivos de crescimento rentável na generalidade dos produtos e otimizar o capital investido no negócio.

RESULTADOS

Depois do bom desempenho registado em 2006, o desafio lançado para 2007 apresenta-se bem mais exigente.

Pelo lado positivo há a salientar a reestruturação industrial da UN Rolhas, cujos efeitos se espera virem a ser sentidos em pleno durante 2007. Nesta UN, e em particular na Amorim & Irmãos, o efeito da inclusão da Trecases será sentido nos 12 meses de 2007, o que terá um impacto positivo face ao efeito de apenas meio ano de vendas durante 2006. Ainda a registar os benefícios resultantes da redução de custos operacionais na UN Cortiça com Borracha e a esperada continuação do bom desempenho da actividade das UN Revestimentos e Isolamentos.

Como contraponto, os efeitos exógenos manifestamente adversos relativos à desvalorização do USD e preços das matérias-primas de incorporação (cortiça e desperdícios). Estes aumentos, conjuntamente com a pressão existente ao nível dos custos de energia e transportes, retirarão parte significativa dos efeitos positivos mencionados. Ainda de salientar, pelos seus efeitos negativos, a continuada subida das taxas de juro.

Em resumo: o crescimento da actividade e os ganhos de eficiência industrial deverão ser suficientes para cobrir os diversos efeitos negativos apontados, permitindo um crescimento moderado, quando comparado com os apresentados em 2006, dos resultados consolidados da CORTICEIRA AMORIM.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta que o Resultado Líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 2006, é negativo no valor de € 2 668 809,32 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e nove euros e trinta e dois cêntimos) e a existência de reservas distribuíveis no montante de € 7 315 000,00 (sete milhões, trezentos e quinze mil euros), o Conselho de Administração:

propõe

1. que os Senhores Accionistas deliberem aprovar que o referido Resultado Líquido negativo, no valor de € 2 668 809,32 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e nove euros e trinta e dois cêntimos) seja transferido para a conta "Resultados Transitados".
2. que seja distribuído como dividendos o montante de € 7 315 000,00 (sete milhões, trezentos e quinze mil euros), parte do existente na rubrica "Reservas Livres", a que corresponde a um valor de € 0,055 (cinco cêntimos e meio de euro) por acção.

11. VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

De acordo com a alínea d) nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a empresa adquiriu em Bolsa, durante 2006, 12 500 acções próprias, representativas de 0,009% do seu capital social, pelo preço médio unitário de € 1,881 e global de € 23 512,62, não tendo alienado quaisquer acções próprias.

No final do exercício, permaneciam em carteira 2 548 357 acções próprias, representativas de 1,9161% do seu capital social.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2006 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da CORTICEIRA AMORIM e do conjunto das empresas filiais incluídas na Consolidação.

13. FECHO DO RELATÓRIO

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- aos Accionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada;
- ao Fiscal Único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os Colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela CORTICEIRA AMORIM, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 26 de Fevereiro de 2007
A Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

INTRODUÇÃO

O Conselho Directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários aprovou em 1999 o primeiro conjunto de recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários, tendo vindo desde então a fomentar reflexões profundas sobre o tema, em processos de consulta públicas alargadas e, em geral muito participadas por todos os agentes do mercado.

Em consequência, este primeiro conjunto de recomendações foi sendo reformulado, tendo-se algumas das recomendações transformado em obrigações e padronizando-se o conteúdo do relatório anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário implementadas.

A CORTICEIRA AMORIM acolheu as recomendações iniciais, bem como as reflexões posteriores e consequentes alterações do quadro regulamentar aplicável, como um contributo oportuno e pertinente cuja observância favorece todas as entidades, particulares ou colectivas, cujos interesses estão envolvidas na actividade societária, tendo vindo a analisar criticamente o seu posicionamento em matéria de governo da sociedade à luz destas recomendações, ponderando as vantagens efectivas da sua integral implementação e a realidade em que opera.

Globalmente, as alterações têm tido como principais objectivos reforçar o sistema de fiscalização dentro da empresa e ampliar a transparência.

A publicação do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, que aprovou a reformulação do Código das Sociedades Comerciais, vem alterar os modelos de governo de governo societário, reforçando o papel e a independência dos membros dos órgãos sociais com competências em matérias de fiscalização da actividade societária. Assim, ao longo dos últimos meses, a Comissão de Análise da Estrutura e das Práticas de Governo Societário promoveu um processo de reflexão que, à luz desta alteração legislativa, visou não só rever e aperfeiçoar as normas e procedimentos internos de governo societário, garantindo-se a sua eficiência na salvaguarda dos interesses respectivos, mas também analisar os novos modelos de estrutura e a sua adequabilidade à realidade da CORTICEIRA AMORIM.

O presente Relatório é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, incorporando as alterações introduzidas pelos Regulamentos da CMVM n.º 11/2003, 10/2005 e 3/2006.

Inclui-se ainda a informação prevista nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

CAPÍTULO 0: DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A análise efectuada permite afirmar que a CORTICEIRA AMORIM evidencia **um bom grau de adopção das Recomendações** emanadas pela CMVM sobre o Governo das Sociedades, conforme se pode inferir da explicação apresentada nas notas seguintes:

“I – Divulgação da Informação

1. A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.”

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA.

Existe na CORTICEIRA AMORIM o Departamento de Relações com o Mercado, cuja descrição se apresenta no ponto 8 do Capítulo I, que garante o cumprimento integral deste recomendação.

“II – Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas

2. Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto:

- a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis;
- b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência;
- c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência;
- d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.”

RECOMENDAÇÃO PARCIALMENTE ADOPTADA.

Conforme disposto nos estatutos da sociedade, nas Assembleias Gerais o voto dos Accionistas por correspondência é admitido apenas em situações específicas (na alteração dos estatutos da sociedade e na eleição de titulares dos órgãos sociais).

Nestes casos, a recepção da declaração de voto deve ocorrer nos cinco dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia Geral, adoptando-se, assim, o prazo preconizado pela Recomendação.

Encontra-se disponível na sede da sociedade um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, respeitando a Recomendação.

O bloqueio de acções para participação na Assembleia Geral tem de ser efectuado por um período não inferior a vinte dias.

“III – Regras Societárias

3. A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.”

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA.

A CORTICEIRA AMORIM dispõe de um manual de procedimentos de controlo interno, elaborado em colaboração com a PricewaterhouseCoopers, que define claramente as responsabilidades e procedimentos com vista à prevenção e redução de situações de risco. Encontram-se igualmente criadas as unidades orgânicas consideradas necessárias para a redução de risco e para contribuir para a qualidade e integridade da informação divulgada ao mercado, cuja descrição é apresentada no ponto 3 do Capítulo I.

“4. As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por

efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração."

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA.

Tanto quanto é do conhecimento da CORTICEIRA AMORIM, não existem limites ao exercício dos direitos de voto, restrições à transmissibilidade de acções, direitos especiais de accionista e acordos parassociais.

"IV - Órgão de administração

5. O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.

5-A. O órgão de administração deve incluir um número suficiente de administradores não executivos cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto."

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA.

O Conselho de Administração, órgão a quem compete a orientação efectiva em relação à gestão da sociedade, é constituído por sete membros, dos quais quatro são não executivos e três desempenham funções executivas, verificando-se assim a existência de um número adequado de administradores não executivos.

"6. De entre os membros não executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas exista um administrador não executivo este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto."

RECOMENDAÇÃO NÃO ADOPTADA.

Na reunião da Assembleia Geral, realizada a 31 de Março de 2005, foram eleitos os órgãos sociais da sociedade para o mandato de três anos em curso (2005-2007), dela não fazendo parte nenhum administrador independente.

Importa referir que, à data de eleição anteriormente referida, encontrava-se integralmente adoptada a recomendação da CMVM, em vigor naquela data, relativa à existência de membros independentes no órgão de administração, nomeadamente através da nomeação do Sr. Dr. José Fernando Maia de Araújo e Silva, membro do Conselho de Administração com funções executivas não associado a quaisquer grupos específicos de interesses. Contudo, face à alteração da Recomendação, em Novembro de 2005, verifica-se a não adopção da mesma, na medida em que o mencionado administrador exerce funções executivas.

"7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários."

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA.

A Sociedade dispõe de uma Comissão de Análise da Estrutura e das Práticas de Governo Societário, que promove as actividades necessárias à revisão ou aperfeiçoamento das normas e procedimentos internos de governo societário, garantindo-se a sua eficiência na salvaguarda dos interesses respectivos, bem como à análise dos novos modelos de estrutura, como os que resultam

da recente reformulação do Código das Sociedades Comerciais, e a sua adequabilidade à realidade da CORTICEIRA AMORIM.

“8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.”

RECOMENDAÇÃO PARCIALMENTE ADOPTADA.

A CORTICEIRA AMORIM divulga a remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração, identificando as remunerações auferidas pelo conjunto dos membros executivos, bem como as auferidas pelo conjunto dos membros não executivos. A sociedade considera que este nível de detalhe responde de forma adequada aos interesses e transparência que a Recomendação visa salvaguardar, não sendo por isso realizada a discriminação individualizada da remuneração auferida por cada um dos membros do Conselho de Administração.

“8-A. Deve ser submetida à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.”

RECOMENDAÇÃO NÃO ADOPTADA.

A comissão de remunerações não irá submeter à apreciação da próxima Assembleia Geral, a realizar em 30 de Março de 2007, uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais, nos termos sugeridos pela Recomendação.

“9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.”

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA.

À luz do conceito de independência definido nas Recomendações, os membros em exercício da Comissão de Remunerações reúnem as condições de independência em relação ao Conselho de Administração da sociedade.

“10. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer”.

RECOMENDAÇÃO INTEGRALMENTE ADOPTADA.

Apesar desta situação específica não se ter ainda verificado na CORTICEIRA AMORIM, é política da sociedade facultar todos os elementos relevantes para uma adequada e fundamentada apreciação das propostas apresentadas a discussão e deliberação da Assembleia Geral de Accionistas.

“10-A. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial,

caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades."

RECOMENDAÇÃO NÃO ADOPTADA.

A CORTICEIRA AMORIM não dispõe de uma política de comunicação de irregularidades nos termos desta recomendação. Contudo e atendendo à importância dos interesses que esta matéria procura salvaguardar, está a Comissão de Análise da Estrutura e das Práticas de Governo Societário a ponderar os meios mais adequados a tais comunicações, por forma a assegurar a protecção de dados e de colaboradores, bem como a atribuição de competências para a recepção de comunicações e vigilância global da política a implementar.

"V- Investidores Institucionais

11. Os investidores institucionais devem tomar em consideração as suas responsabilidades quanto a uma utilização diligente, eficiente e crítica dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que sejam titulares ou cuja gestão se lhes encontre confiada, nomeadamente quanto aos direitos de informação e de voto."

RECOMENDAÇÃO NÃO APLICÁVEL À CORTICEIRA AMORIM

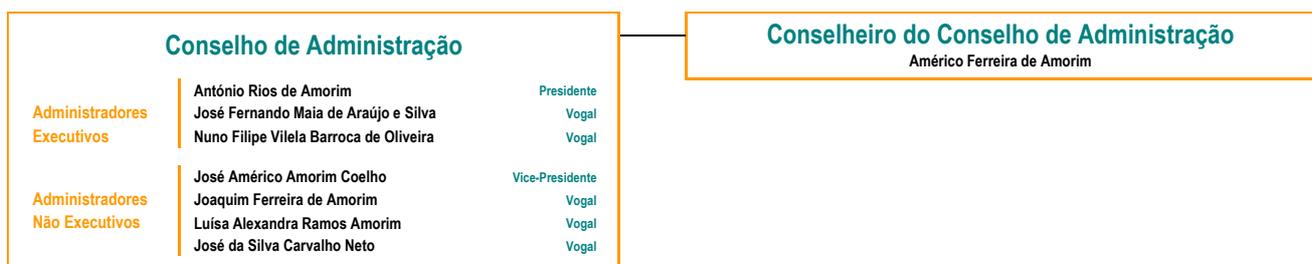
CAPÍTULO I – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1. Repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade no quadro do processo de decisão empresarial.

Cabe ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM o controlo efectivo da orientação da actividade da sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões de natureza estratégica.

Além dos membros que compõem o Conselho de Administração, as reuniões deste órgão contam com a presença do seu Conselheiro. O cargo de Conselheiro do Conselho de Administração foi criado no ano 2001, sendo desde esta data ocupado pelo Sr. Américo Ferreira de Amorim.

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM é composto por quatro membros não executivos e por três membros executivos. Além da tomada de decisões referida no primeiro parágrafo deste ponto 1., nas reuniões do Conselho de Administração é realizado o acompanhamento dos aspectos mais importantes e relevantes da actividade da sociedade, incluindo as matérias relevantes decididas, ou simplesmente analisadas, em sede de Comissão Executiva.



A actividade operacional da CORTICEIRA AMORIM está estruturada em seis Unidades de Negócios (UN).

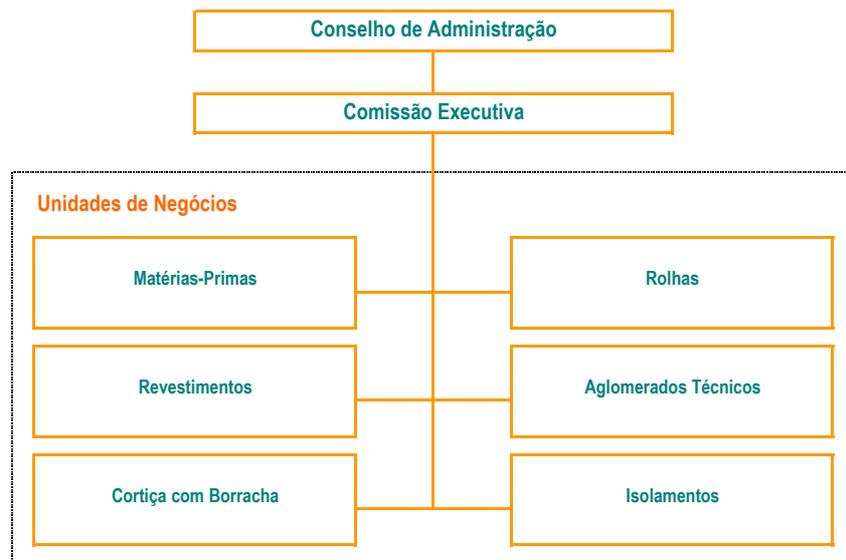
Assumindo um modelo de gestão assente num conceito de *Holding* Estratégico-Operacional, as UN são coordenadas pela Comissão Executiva da CORTICEIRA AMORIM, a qual dispõe de amplos poderes de gestão, com excepção dos que por força legal ou estatutária estão reservados ao Conselho de Administração.

A Comissão Executiva é composta por três membros, sendo constituída, a 31 de Dezembro de 2006, por:

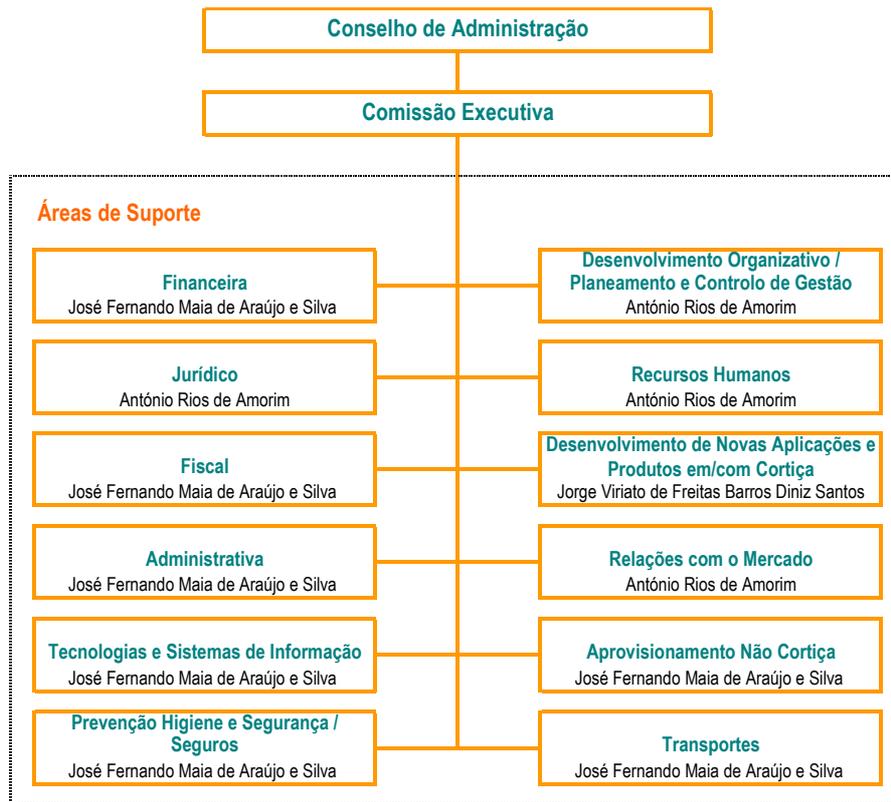
- António Rios de Amorim (Presidente);
- José Fernando Maia de Araújo e Silva;
- Jorge Viriato de Freitas Barros Diniz Santos.

O alinhamento estratégico de toda a organização é potenciado pela utilização da metodologia do *balanced scorecard* na CORTICEIRA AMORIM e nas suas UN. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM a aprovação dos objectivos estratégicos, iniciativas estratégicas e acções prioritárias ao nível da CORTICEIRA AMORIM e de cada UN.

Cada UN dispõe de um Conselho de Administração composto por membros não executivos e por membros executivos onde se inclui o Director-Geral da UN, sendo o órgão competente para a decisão de todas as matérias consideradas relevantes. O esquema abaixo apresenta a forma como actualmente se encontra organizada a estrutura de gestão do negócio:



As Áreas de Suporte estão orientadas para o acompanhamento e coordenação da actividade das UN e das respectivas áreas funcionais. Enquanto em duas destas Áreas – a Auditoria Interna e o Controlo do Capital Investido – o acompanhamento é feito pelo administrador Dr. Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, nas restantes o acompanhamento é feito pelos membros da Comissão Executiva, conforme ilustrado no esquema seguinte:



2. Comissões específicas criadas na sociedade.

A CORTICEIRA AMORIM dispõe de uma Comissão de Análise da Estrutura e das Práticas de Governo Societário que promove as actividades necessárias à revisão ou aperfeiçoamento das normas e procedimentos internos de governo societário, garantindo-se a sua eficiência na salvaguarda dos interesses respectivos.

3. Sistema de controlo de riscos implementado na sociedade.

Ao nível do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o objectivo principal consiste na visão integrada dos factores considerados críticos, pela rentabilidade e/ou riscos associados, para a criação sustentada de valor para a sociedade e o Accionista.

A um nível operacional e pelas características específicas da actividade da CORTICEIRA AMORIM são identificados dois factores críticos, cuja gestão é da responsabilidade das UN, nomeadamente os riscos de mercado e de negócio e o factor matéria-prima (cortiça).

Risco de mercado e de negócio das actividades operacionais:

A gestão dos riscos de mercado e do negócio começa por ser assegurada pelas cinco UN com intervenção no mercado de produtos finais da CORTICEIRA AMORIM, ou seja, as UN Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Técnicos, Cortiça com Borracha e Isolamentos.

No planeamento estratégico destas UN, suportado pela metodologia do *balanced scorecard*, são identificados os factores chave para criação de valor seguindo numa lógica multi-perspectiva, que engloba as perspectivas financeira, de mercado/Clientes, de processos, e infra-estruturas.

Nesta lógica, são definidos os objectivos estratégicos e respectivas metas, bem como as iniciativas a desenvolver para as atingir.

A metodologia adoptada permite reforçar o alinhamento entre a estratégia delineada e o planeamento operacional onde se definem, para um horizonte temporal mais curto, as acções prioritárias a desenvolver para a redução de riscos e criação sustentada de valor. Nas UN estão implementados os processos que permitem o acompanhamento sistemático daquelas acções, as quais são sujeitas a monitorização periódica e a apreciação mensal em sede de Conselho de Administração da UN.

Factor matéria-prima (cortiça):

Atenta a criticidade, transversal a todas as UN, deste factor, a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as actividades da CORTICEIRA AMORIM que é a matéria-prima (cortiça) está, desde 2002, reunida numa UN autónoma, permitindo:

- o a especialização de uma equipa exclusivamente dedicada à matéria-prima;
- o o aproveitamento de sinergias e integração do processamento de todos os tipos de matéria-prima (cortiça) transformadas nas restantes unidades;
- o potenciar a gestão das matérias-primas numa óptica multinacional;
- o reforçar a presença junto dos países produtores;
- o manter registo histórico (cadastro) actualizado por unidade florestal produtora de cortiça;
- o reforçar o diálogo com a produção, promovendo a certificação florestal, o aumento da qualidade técnica do produto e desenvolver parcerias nas áreas de investigação e desenvolvimento aplicadas à floresta;
- o preparar, debater e decidir no seio do Conselho de Administração a orientação ou a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver;
- o assegurar o *mix* de matéria-prima mais adequado às necessidades do mercado de produtos finais;
- o assegurar a prazo a estabilidade desta variável crítica para a actividade da CORTICEIRA AMORIM.

Na dependência do Conselho de Administração, via acompanhamento pela Comissão Executiva ou por administrador executivo, existem Áreas de Suporte com uma forte actuação na gestão de factores críticos, incluindo a prevenção e detecção de riscos, sendo de destacar neste âmbito a intervenção das Áreas Financeira, Desenvolvimento Organizativo/Planeamento e Controlo de Gestão e Auditoria Interna.

Área Financeira:

Por ser uma das empresas portuguesas mais internacionalizadas, além da gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, a CORTICEIRA AMORIM atribui especial atenção à gestão do risco cambial.

A Área Financeira enquanto responsável pela prevenção, monitorização e gestão dos referidos riscos, tem como principais objectivos o apoio na definição e implementação estratégica global ao nível financeiro e a coordenação da gestão financeira das diferentes UN.

Área de Desenvolvimento Organizativo/Planeamento e Controlo de Gestão e Área de Auditoria Interna:

Na dependência da Comissão Executiva, estas duas áreas de suporte desenvolvem um trabalho conjunto na redução dos riscos de funcionamento da Organização, sendo suas principais funções a avaliação e revisão dos sistemas de controlo interno, visando a optimização dos recursos e a salvaguarda do património, bem como o exame das actividades desenvolvidas, de forma a permitir aos órgãos de gestão um nível de segurança razoável de que os objectivos de negócio serão atingidos.

4. Descrição do comportamento bolsista das acções.

Conforme descrito no Ponto VI - B) do Relatório de Gestão.

5. Informação sobre a política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade.

Em cada exercício económico, a CORTICEIRA AMORIM pondera, face à envolvente da sua actividade, a proposta de aplicação de resultados do exercício a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

Relativamente aos exercícios de 2004 e 2005, atendendo aos resultados líquidos obtidos e ao endividamento da sociedade, foram aprovados, pela respectiva Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de um dividendo ílquido por acção de 0,035 euros e 0,05 euros, respectivamente.

No que concerne ao exercício em apreço, considerando os resultados líquidos obtidos, superiores a 20 milhões de euros, bem como a consistência observável no equilíbrio financeiro da sociedade, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral de Accionistas a distribuição de um dividendo bruto por acção de 0,055 euros.

6. Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício.

A CORTICEIRA AMORIM não adoptou nem tem vigente qualquer plano de atribuição de acções ou de atribuição de opções de aquisição de acções.

7. Negócios e operações realizados entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

Não foram realizadas operações ou negócios significativos nos termos previstos neste ponto.

8. Relações com o Mercado e Apoio ao Investidor.

A CORTICEIRA AMORIM assegura a existência de um permanente contacto com o Mercado, respeitando o princípio da igualdade de Accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos Investidores.

Assim, o Departamento de Relações com o Mercado, supervisionado pelo Representante para as Relações com o Mercado da CORTICEIRA AMORIM exerce, designadamente, as seguintes funções:

- o divulgação periódica de análise da evolução da actividade da sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública semestral realizada a partir da sede da sociedade (presencial ou em sistema de audio-conferência);
- o divulgação de factos relevantes;
- o divulgação de comunicações sobre participações qualificadas;
- o recepção e centralização de todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos facultados;
- o participação em conferências e reuniões com investidores e analistas.

O acesso a este Departamento pode ser feito pelo telefone 22 747 54 00, pelo fax 22 747 54 07 ou pelo endereço de correio electrónico corticeira.amorim@amorim.com.

A CORTICEIRA AMORIM tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da actividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões específicas levantadas pelos Investidores.

Conforme disposto no Regulamento da CMVM n.º 11/2003, a CORTICEIRA AMORIM disponibiliza no sítio www.amorim.com/cortica.html um vasto conjunto de informação sobre a sua estrutura societária, sobre a sua actividade e sobre a evolução dos seus negócios.

A função de Representante para as Relações com o Mercado da CORTICEIRA AMORIM é desempenhada pela Sra. Dra. Cristina Rios de Amorim Baptista.

Das acções desenvolvidas em 2006, no âmbito do contacto com investidores, destacam-se as seguintes:

- o Participação na conferência de Small & Mid Caps Ibéricas do BPI (Porto, Setembro);
- o A apresentação da actividade e dos resultados semestrais, em sistema de áudio-conferência, fomentando assim a interacção na divulgação daquela informação;
- o Reuniões *one-on-one* realizadas a convite e nas instalações de bancos de investimento;
- o Reuniões nas instalações da sociedade com investidores e equipas de analistas, aos quais foram apresentadas as principais unidades industriais.

9. Composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente.

A Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM é composta por um Presidente e dois Vogais, cargos ocupados a 31 de Dezembro de 2006 por:

- o Presidente - José Manuel Ferreira Rios;
- o Vogal - Álvaro José da Silva;
- o Vogal - Américo Gustavo de Oliveira Ferreira.

10. Montante da remuneração anual do auditor e de outras pessoas singulares e colectivas pertencentes à mesma rede, suportada pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo.

Serviço	Valor (mil euros)	%
Revisão legal de contas	381	86,2%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	27	6,2%
Consultoria fiscal	0	0,0%
Outros serviços	34	7,6%
Total	442	100%

A rubrica "Outros Serviços" compreende essencialmente apoio à implementação de mecanismos administrativos para o cumprimento de formalismos estabelecidos na lei. No âmbito destes serviços, estas entidades não assumem a liderança dos projectos subjacentes, a qual é sempre assumida pelo departamento apropriado da CORTICEIRA AMORIM, não se colocando portanto questões relativas à independência da actuação das mesmas.

CAPÍTULO II – EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

A CORTICEIRA AMORIM estimula a participação dos Accionistas nas Assembleias Gerais da sociedade, nomeadamente disponibilizando, conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais, a informação legalmente prevista para consulta prévia à realização da Assembleia Geral, visando permitir que o Accionista disponha da informação necessária à sua tomada de decisão nas matérias agendadas para cada Assembleia Geral, quer seja essa decisão expressa por si próprio, por correspondência ou por seu representante. Para facilitar tal acesso e conforme estipulado em Regulamento da CMVM, tal informação é também disponibilizada no sítio www.amorim.com/cortica.html.

Relativamente ao processo de representação, a Mesa da Assembleia Geral confere a validade e a conformidade dos documentos de representação apresentados, face ao estipulado na lei e nos estatutos da sociedade.

1. Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto.

A CORTICEIRA AMORIM incentiva o exercício do direito de voto dos Accionistas nas Assembleias Gerais da sociedade, seja por voto directo, por correspondência ou por representação, nomeadamente esclarecendo a tramitação legal necessária ao seu exercício.

Conforme disposto nos estatutos da sociedade, nas Assembleias Gerais o voto dos Accionistas por correspondência é admitido na alteração dos estatutos da sociedade e na eleição de titulares dos órgãos sociais.

2. Existência de modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Nas situações em que tal modalidade de voto é admitida, conforme exposto no ponto anterior, a CORTICEIRA AMORIM disponibiliza aos Accionistas, na sua sede, um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

3. Possibilidade e exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Os estatutos da CORTICEIRA AMORIM não possibilitam o voto por meios electrónicos. Ainda não foi alterada esta limitação porque se julga não se encontrarem reunidas as condições técnicas que permitam assegurar a verificação da autenticidade das declarações de voto e garantir a integridade e a confidencialidade do seu conteúdo.

4. Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio de acções para participação na Assembleia Geral.

A antecedência consagrada pelos estatutos da CORTICEIRA AMORIM é de vinte dias sobre a data designada para a Assembleia Geral.

5. Prazo mínimo entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da Assembleia Geral.

Nos casos em que é permitido o voto por correspondência, conforme exposto no ponto 1 acima, a recepção da declaração de voto deve ocorrer nos cinco dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia Geral.

6. Número de acções a que corresponde um voto.

A cada grupo de mil acções corresponde um voto.

CAPÍTULO III – REGRAS SOCIETÁRIAS

1. Existência, ao nível da organização interna, de regras específicas vocacionadas para regularem situações de conflito de interesses entre os membros do órgão de administração e a sociedade.

Embora não existam códigos de conduta e regulamentos internos formais no sentido desta nota, considera a CORTICEIRA AMORIM que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros dos órgãos societários como pelos restantes Colaboradores.

2. Procedimentos internos adoptados para o controlo do risco na actividade da sociedade.

Conforme descrito no ponto 3 do Capítulo I deste Relatório.

3. Medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

Tanto quanto é do conhecimento da CORTICEIRA AMORIM, não existem limites ao exercício dos direitos de voto, restrições à transmissibilidade de acções, direitos especiais de accionista e acordos parassociais.

IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Composição e caracterização do órgão de administração.

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM é composto pelo Presidente, Vice-Presidente e cinco Vogais, cargos exercidos a 31 de Dezembro de 2006 por:

Membros executivos:

Presidente:	António Rios Amorim
Vogal:	José Fernando Maia de Araújo e Silva
Vogal:	Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Membros não executivos:

Vice - Presidente:	José Américo Amorim Coelho
Vogal:	Joaquim Ferreira de Amorim
Vogal:	José da Silva Carvalho Neto
Vogal:	Lúisa Alexandra Ramos Amorim

Na Assembleia Geral de Accionistas, realizada a 31 de Março de 2005, foram eleitos, para um mandato de três anos, os Órgão Sociais incluindo o Conselho de Administração da sociedade. Importa referir que, a essa data, encontrava-se integralmente adoptada a recomendação da CMVM relativa à existência de membros independentes no órgão de administração, concretamente através da nomeação do Sr. Dr. José Fernando Maia de Araújo e Silva, membro do Conselho de Administração com funções executivas não associado a quaisquer grupos específicos de interesses. Contudo, face às alterações introduzidas pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, exercendo aquele administrador funções executivas, resulta a não independência dos membros não executivos, por se enquadrarem em pelo menos uma das categorias elencadas

no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 11/2003. Face à renúncia do Vogal do Conselho de Administração Sr. Rui Miguel Duarte Alegre, foi eleito, em sua substituição, por deliberação tomada na reunião da Assembleia Geral de 31 de Março de 2006, o Sr. Eng.º José da Silva Carvalho Neto, também membro não executivo e não independente, por se enquadrar em pelo menos uma das categorias elencadas no mencionado preceito legal.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM em exercício, informa-se ainda:

António Rios de Amorim (Presidente):

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da CORTICEIRA AMORIM desde Março de 2001. Foi Administrador Delegado da Amorim & Irmãos (1996-2001), Administrador da Sociedade Figueira-Praia (1993-2006), responsável operacional da Amorim - Empreendimentos Imobiliários – promotora dos projectos Torres de Lisboa e Arrábida Shopping (1993-1995), Administrador Executivo da Amorim Hotéis, SA, com responsabilidade no desenvolvimento das cadeias Ibis e Novotel em Portugal. Degree of Commerce - Faculty of Commerce and Social Sciences – Universidade de Birmingham (1989) e, complementarmente, frequência do The Executive Program in Business Administration: Managing the Enterprise - Columbia University Graduate School of Business (1992) e Managerial Skills for International Business – INSEAD (2001). Foi associado da European Round Table of Industrialists – único grupo empresarial português a integrar esta associação (1991-1995). Presidente da Associação Portuguesa da Cortiça (desde 2002) e da Confédération Européenne du Liège (desde 2003). Em Fevereiro de 2006 foi distinguido, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com a Comenda de Grande-Oficial da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial.

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 29 de Março de 1990

Data da primeira designação para Presidente do Conselho de Administração: 31 de Março de 2001

Data do termo de mandato: 31 de Dezembro de 2007

Cargos ocupados em outras sociedades:

Empresa	Cargo Exercido
Grupo CORTICEIRA AMORIM	
<i>Amorim Florestal – Indústria, Comércio e Exploração, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal España, SL</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos IV, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, SA</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, SGPS, SA</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos VI, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal – Espanha, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions – Indústria de Cortiça e Borracha I, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions – Indústria de Cortiça e Borracha II, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions – SGPS, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos II, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Revestimentos, SA</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Corticeira Amorim - Indústria, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Korken Schiesser GmbH</i>	<i>Gerente</i>
Outras Sociedades	
<i>Afaprom – Sociedade Agro-Florestal, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Capital, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Desenvolvimento, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Amorim – Serviços e Gestão, SA
 Cimorim - Sociedade Agro-Florestal, S.A.
 Corpóreo – Compra e Venda de Imóveis, SA
 Interfamília II, SGPS, SA
 Luxor, SGPS, SA
 Resiféria – Construções Urbanas, SA
 S21 – Sociedade de Investimento Imobiliário, SA

Presidente da Comissão de Remunerações
 Vogal do Conselho de Administração
 Vogal do Conselho de Administração
 Vogal do Conselho de Administração
 Vice-Presidente do Conselho de Administração
 Vogal do Conselho de Administração
 Vogal do Conselho de Administração

Outros Organismos

Associação Portuguesa da Cortiça
 Confédération Européenne du Liège

Presidente da Direcção
 Presidente do Conselho de Administração

José Américo Amorim Coelho (Vice-Presidente):

Frequentou a Faculdade de Economia do Porto (1974-1976). É Vice-Presidente do Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, não executivo a partir de Setembro de 2005. Até esta data foi Vice-Presidente da Comissão Executiva da sociedade, com responsabilidade pelo acompanhamento permanente das UN Aglomerados Técnicos, Cortiça com Borracha e Isolamentos e co-responsável no acompanhamento da UN Matérias-Primas. Nos últimos 27 anos foi administrador executivo em diversas participadas da sociedade, sendo de destacar a liderança da UN Aglomerados Técnicos (1982-1992) e da UN Revestimentos (1992-2002).

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 9 de Outubro de 1987

Data do termo de mandato: 31 de Dezembro de 2007

Cargos ocupados em outras sociedades:

Empresa	Cargo Exercido
Outras Sociedades	
Amorim – Entertainment e Gaming International, SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração
Amorim – Hotéis e Serviços, SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração
Amorim Participações Mobiliárias, SGPS, SA	Presidente do Conselho de Administração
Amorim Turismo, SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração
Bingo Plus – Turismo e Animação, SA	Vogal do Conselho de Administração
CHT – Casino Hotel de Tróia, SA	Vogal do Conselho de Administração
Ebanus – Investimentos Imobiliários e Turísticos, SA	Vogal do Conselho de Administração
Goldtur – Hotéis e Turismo,	Vogal do Conselho de Administração
Grano Salis – Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, SA	Vogal do Conselho de Administração
Having – Investimentos Hoteleiros, SA	Vogal do Conselho de Administração
IHP – Investimento Hoteleiro de Portugal, SA	Vogal do Conselho de Administração
Portis – Hotéis Portugueses, SA	Vogal do Conselho de Administração
Portotel – Sociedade de Investimento e Gestão de Hotéis, SA	Vogal do Conselho de Administração
Prifalésia – Construção e Gestão de Hotéis, SA	Vogal do Conselho de Administração
Return – Investimentos Hoteleiros e Jogo, SA	Vogal do Conselho de Administração
Soamco – Investimentos, Lda	Gerente
Sociedade Figueira Praia, SA	Vogal do Conselho de Administração
Tróia Península Investimentos, SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração
Turyleader, SGPS, SA	Vogal do Conselho de Administração
Upsite – Investimento Hoteleiro de Portugal, SA	Vogal do Conselho de Administração

Joaquim Ferreira de Amorim (Vogal):

Empresário e Administrador de empresas. Faz parte da terceira geração da Família Amorim e conta com cerca de 50 anos de actividade profissional na área da cortiça do Grupo. Integrou a equipa de gestão que nos anos 60 iniciou a verticalização do negócio da cortiça e que mais tarde, nos anos 80 e 90, investiu na internacionalização do negócio, conduzindo a CORTICEIRA AMORIM à liderança mundial do sector da cortiça.

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 9 de Outubro de 1987

Data do termo de mandato: 31 de Dezembro de 2007

Cargos ocupados em outras sociedades:

Empresa	Cargo Exercido
Grupo CORTICEIRA AMORIM	
<i>Amorim & Irmãos, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Moraga – Comércio e Serviços, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>S.A.M. Clignet & Cie</i>	<i>Presidente do Conselho Fiscal</i>
Outras Sociedades	
<i>Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, SA</i>	<i>Primeiro Vice-Presidente do Conselho Administração</i>
<i>Amorim Capital, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Desenvolvimento, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim – Entertainment e Gaming Internacional, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Turismo, SGPS, SA</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Ancarin Investimentos Imobiliários e Financeiros, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Bingo Plus – Turismo e Animação, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Casa de Mozelos Gestão de Imóveis, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>CHT – Casino Hotel de Tróia, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Evaesco, SGPS, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Famorin Sociedade Financeira e Mobiliária, SGPS, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Florinvest – Sociedade Agrícola, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Grano Salis – Investimentos Turísticos, Jogo e Lazer, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Interfamília II, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho Administração</i>
<i>Interfamília VI, SGPS, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Investife - Investimentos Imobiliários e Financeiros, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Norbrasin, Investimentos Imobiliários, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Prifalésia – Construção e Gestão de Hotéis, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Resinfe – Investimentos e Promoção Imobiliária, SA</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Return – Investimentos Hoteleiros e Jogo, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Sociedade Agrícola Triflor, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Sociedade Figueira Praia, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Tróia Península Investimentos, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Turyleader, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Vatrya – Consultadoria e Marketing, Lda</i>	<i>Gerente</i>

José Fernando Maia de Araújo e Silva (Vogal):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto (1974). Administrador executivo da CORTICEIRA AMORIM desde 2002. Foi Vice-Presidente da Sonae Indústria (1999-2002) e membro do Conselho de Administração da Spred (1998-1999), da Sonae Participações Financeiras (1996-1998) e da Tafisa (1993-1995). Responsável pela coordenação financeira e controlo de gestão da área indústria do Grupo Sonae (1989-1990) e pela coordenação financeira da Sonae Investimentos (1991-1993). Foi Administrador da Soserfin (1987-1988) e Director do departamento internacional do BESCL (1984-1986). Iniciou a sua actividade profissional na Faculdade de Economia do Porto como assistente em diversas cadeiras (1975-1983). Ainda nesta Faculdade foi responsável pela cadeira de Gestão Financeira Internacional (1987-1988) no curso de pós-graduação de Analistas Financeiros. Desde 1991, é professor convidado da Universidade Católica Portuguesa, onde é responsável pela cadeira de Gestão Financeira Internacional do curso de Gestão.

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 16 de Setembro de 2002

Data do termo de mandato: 31 de Dezembro de 2007

Cargos ocupados em outras sociedades:

Empresa	Cargo Exercido
Grupo CORTICEIRA AMORIM	
<i>Amorim & Irmãos, SGPS, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Revestimentos, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal – Indústria, Comércio e Exploração, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions – Indústria de Cortiça e Borracha I, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions – Indústria de Cortiça e Borracha II, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos II, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Champercork – Rolhas de Champanhe, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Corticeira Amorim - Indústria, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Portocork Internacional, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vogal):

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Administrador não executivo da CORTICEIRA AMORIM, desde Março de 2003 até Setembro de 2005, passou a exercer funções executivas a partir desta data. Administrador não executivo de diversas empresas do Grupo Amorim (a partir de 2000) e Administrador executivo da Barrancarnes (2000-2005). Após um ano na área comercial da Møre Codfish (Noruega), integrado no programa Comett e um estágio na Merrill Lynch (Londres), iniciou a sua actividade profissional no Grupo Banco Comercial Português onde, durante três anos, colaborou nas áreas de Estudos e Planeamento, Área Internacional e Fundos de Investimento.

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de Março de 2003

Data do termo de mandato: 31 de Dezembro de 2007

Cargos ocupados em outras sociedades:

Empresa	Cargo Exercido
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, SA</i>	<i>Vogal da Comissão de Remunerações</i>
<i>Amorim – Serviços e Gestão, SA</i>	<i>Vogal da Comissão de Remunerações</i>
<i>Natureza, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogal):

Licenciatura (DESE) em Marketing pelo ISAG. Administradora da Amorim – Investimentos e Participações (desde 2002). Direcção executiva da Natureza, S.G.P.S (desde 2002) e Direcção de Marketing da J. W. Burmester (2000-2002). Iniciou a sua actividade profissional no Grupo Amorim como Assistente de Direcção Hoteleira na Amorim Hotéis e Serviços e na Sociedade Figueira Praia (1996-1997), tendo colaborado em diversas áreas de negócios do Grupo, em Portugal e no estrangeiro, entre 1998 e 2000.

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de Março de 2003

Data do termo de mandato: 31 de Dezembro de 2007

Cargos ocupados em outras sociedades:

Empresa	Cargo Exercido
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Bucozal – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora Carmo – Sociedade Agrícola, Comercial e Turística, Lda</i>	<i>Gerente</i>

José da Silva Carvalho Neto (Vogal):

Licenciado em Engenharia Química pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Desde Janeiro de 2004, Administrador de diversas empresas do Grupo Amorim. Iniciou a sua actividade profissional na Mabor Portugal, posteriormente integrada no Grupo Continental, onde ao longo de 30 anos e meio de actividade desempenhou as seguintes funções: Chefia de Pessoal e Direcção de Recursos Humanos na Mabor Portugal (treze anos); Director de Produção da Mabor Portugal (quatro anos); Director e Administrador de Fábrica da Mabor em Luanda - Angola (dezoito meses); Director Comercial da Continental e Mabor em Portugal (dois anos); Director de Projecto de Reestruturação, Administrador e Presidente do Grupo Continental – pneumáticos -, em Portugal (oito anos) e Presidente do Grupo Continental no México.

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 31 de Março de 2006

Data do termo de mandato: 31 de Dezembro de 2007

Cargos ocupados em outras sociedades:

Empresa	Cargo Exercido
Outras Sociedades	
<i>Amorim & Ruas, SA</i>	<i>Procurador</i>
<i>Amorim Broking – Investimentos e Participações Financeiras, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Broking, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Desenvolvimento, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Energia, BV</i>	<i>Director</i>
<i>Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Trading – Comércio de Importação e Exportação, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorilmgest, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Bucozal – Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda</i>	<i>Gerente</i>

<i>Cores da Paisagem, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Época Global, SGPS, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Investimentos Ibéricos, SGPS, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Imoeuro, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Maporal – Matadouro de Porco de Raça Alentejana, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Natureza, SGPS, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Power, Oil & Gas Investments, BV</i>	<i>Director</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo – Sociedade Agrícola, Comercial e Turística, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Recato da Madeira – Investimentos Financeiros e Gestão, SA</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Resultactual, SGPS, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Tendência Verde, SA</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>

2. Outros órgãos com competência em matéria de gestão.

Assumindo um modelo de gestão assente num conceito de *Holding* Estratégico-Operacional, as UN são coordenadas pela Comissão Executiva da CORTICEIRA AMORIM, a qual dispõe de amplos poderes de gestão, com excepção dos que por força legal ou estatutária estão reservados ao Conselho de Administração.

A Comissão Executiva é composta por três membros, sendo constituída, a 31 de Dezembro de 2006, por:

- o António Rios de Amorim (Presidente);
- o José Fernando Maia de Araújo e Silva;
- o Jorge Viriato de Freitas Barros Diniz Santos.

A actividade desta Comissão permite potenciar os sistemas internos de controlo, introduzindo apreciações contínuas e implementação de acções que visam melhorar os níveis de *performance* dos negócios, bem como contribuir para a detecção mais eficaz de riscos ligados à actividade, conforme se apresenta nos pontos 1 e 3 do Capítulo I do presente Relatório.

3. Exercício de funções pelo órgão de administração da sociedade.

Cabe ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM o controlo efectivo na orientação da actividade da sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões de natureza estratégica.

Não há uma delimitação específica de competências entre o Presidente do Conselho de Administração e a Comissão Executiva, salvo a decorrente da Lei. Actualmente, o cargo de presidente destes dois organismos é desempenhado pela mesma pessoa, embora tal decorra da eleição e não de imposição legal ou estatutária.

Está vedada à Comissão Executiva as deliberações que, nos termos legais, não podem ser delegadas pelo Conselho de Administração, nomeadamente a cooptação de administradores, o pedido de convocação de assembleias gerais, os relatórios e contas anuais, a prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade, as mudanças de sede e aumentos de capital, os projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Estão garantidas as condições de procedimentos, de processos de decisão, de interacção e de *reporting* , para que o órgão de administração possa estar, a todo o tempo, informado sobre as matérias relevantes e sobre as decisões tomadas pela Comissão Executiva.

Não está definida qualquer lista de incompatibilidades entre o exercício do cargo de administrador da sociedade e outros cargos eventualmente ocupados em outras sociedades ou

organizações, tal como não está definido qualquer limite de cargos acumuláveis.

No ano de 2006 realizaram-se nove reuniões do Conselho de Administração da Sociedade e vinte e uma reuniões da Comissão Executiva.

4. Política de remuneração.

A forma como se encontra estruturada a remuneração da Administração procura promover o alinhamento dos interesses dos titulares deste órgão com os interesses da sociedade, assenta sobretudo numa base fixa, com uma componente variável que é função dos resultados da actividade desenvolvida e da situação económica e financeira da sociedade.

5. Remuneração auferida pelo conjunto dos membros do órgão de administração.

O conjunto de todos os membros do Conselho de Administração que, nos termos do ponto 1 do Capítulo IV do presente Relatório, exerce funções executivas, auferiu remunerações que ascenderam a cerca de 867 mil euros (729 mil euros de remuneração fixa e 138 mil euros de remuneração variável), pelo desempenho de funções quer no órgão de administração da CORTICEIRA AMORIM quer nos órgãos de administração das empresas associadas ou participadas que consolidam naquela sociedade. Os membros não executivos deste órgão não são remunerados.

Conforme se identifica no ponto 1 do Capítulo I: "O alinhamento estratégico de toda a organização é potenciado pela utilização da metodologia do *balanced scorecard*, na CORTICEIRA AMORIM e nas suas UN."

Assim, a componente variável da remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração corresponde a um prémio de desempenho que decorre da verificação do grau de cumprimento das metas, objectivos e iniciativas estratégicos e acções prioritárias definidos.

A adopção da metodologia referida, que pondera indicadores financeiros e não financeiros para a avaliação do desempenho, permite à Comissão de Remunerações aferir em cada exercício do grau de cumprimento objectivo dessas metas, deliberando, em função desse cumprimento, a atribuição do referido prémio.

No que concerne ao exercício de 2006, tendo-se verificado o cumprimento de tais metas, foi decidida a atribuição de um prémio aos membros executivos do Conselho de Administração no valor total de 138 mil euros.

6. Descrição das linhas gerais da política de comunicações de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade.

A CORTICEIRA AMORIM não dispõe de uma política formal de comunicação de irregularidades nos termos da recomendação da CMVM. Contudo e atendendo à importância dos interesses que esta matéria procura salvaguardar, está a Comissão de Análise da Estrutura e das Práticas de Governo Societário a ponderar os meios mais adequados a tais comunicações, por forma a assegurar a protecção de dados e de colaboradores, bem como a atribuição de competências para a recepção de comunicações e vigilância global da política a implementar.

CAPÍTULO V: OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Informação prevista no artigo 245.º- A do Código dos Valores Mobiliários

a) Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa

O capital social da CORTICEIRA AMORIM cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de acções ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos. Estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das acções emitidas pela Sociedade.

b) Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções

Os estatutos da Sociedade não prevêem qualquer restrição deste tipo, e, tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, não existe qualquer outro tipo de restrição à transmissibilidade das acções.

c) Participações qualificadas no capital social da sociedade

Relação dos Accionistas titulares de participações sociais qualificadas, à data de 31 de Dezembro de 2006:

Accionista	Número de acções	Percentagem de participação	Número de votos	Percentagem de direitos de votos
Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	90 162 161	67,791%	90 162	69,116%
Luxor - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	3 069 230	2,308%	3 069	2,353%
Millennium BPC – Investimentos - Fundos Mobiliários, S.A., em representação dos seguintes Fundos por si geridos:	3 936 855	2,960%	3 936	3,017%
<i>FIM Millennium Acções Portugal</i>	1 977 105	1,487%	1 977	1,516%
<i>FIM Millennium PPA</i>	1 959 750	1,473%	1 959	1,502%
Portus Securities – Sociedade Corretora, Lda.	7 400 000	5,564%	7 400	5,673%
<i>Directamente</i>	6 400 000	4,812%	6 400	4,906%
<i>Via Accionista/Gestor</i>	1 000 000	0,752%	1 000	0,767%

A Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., detém, à data de 31 de Dezembro de 2006, uma participação qualificada indirecta na CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., de 90 162 161 acções correspondente a 69,116% de direitos de votos. A referida participação indirecta é detida através da Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., sociedade, àquela data, detida integralmente pela Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A..

A Amorim – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., é detida, à data de 31 de Dezembro de 2006, a 100% pela Interfamília II, S.G.P.S., S.A..

De referir que em 31 de Dezembro de 2006 a Sociedade possuía 2 548 357 acções próprias.

d) Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem acções da Sociedade ou titulares de acções com direitos especiais.

e) Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não estão previstos, neste âmbito, quaisquer mecanismos de controlo.

f) Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Conforme descrito no capítulo II do presente documento.

g) Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais que possam conduzir às mencionadas restrições.

h) Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

As regras aplicáveis à **nomeação e substituição dos membros do órgão de administração** são as previstas na Lei com as seguintes especificidades previstas nos estatutos da sociedade:

A **eleição** é realizada em listas, com especificação do cargo que competir a cada membro, sendo a votação feita em duas fases:

Primeira: procede-se à eleição isolada de um administrador entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas que reünam entre 10 e 20% do capital social. Cada lista deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher, não podendo o mesmo accionista subscrever mais do que uma das listas. Se nesta eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo de accionistas, a votação incidirá primeiro sobre o conjunto das listas, e, depois, sobre as pessoas indicadas na lista vencedora. As listas podem ser apresentadas até ao início da discussão, na assembleia geral, do ponto da ordem de trabalhos relativo à eleição dos membros do Conselho de Administração;

Segunda: a assembleia geral procede à eleição dos demais administradores, podendo participar na respectiva deliberação todos os accionistas presentes, tenham ou não subscrito ou votado qualquer das listas da primeira fase. A assembleia geral não pode proceder à eleição dos restantes administradores enquanto não tiver sido eleita uma das pessoas propostas nas listas da primeira fase, salvo se não tiver sido proposta qualquer lista.

O **mandato** dos membros do Conselho de Administração dura por um ano civil, renovável automaticamente, até ao máximo de três, desde que, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, os accionistas não deliberem substituir algum ou alguns deles ou todos. De três em três anos, os accionistas procedem obrigatoriamente à eleição dos membros do Conselho de Administração, que podem reeleitos uma ou mais vezes.

As regras aplicáveis à **alteração dos estatutos da sociedade** são as previstas na Lei com a seguinte especificidade prevista nos seus Estatutos:

A Administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um a nove Vogais, podendo esta disposição estatutária ser alterada apenas por deliberação de maioria de accionistas correspondente a dois terços do capital social.

i) Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Os **poderes do Conselho de Administração** são os previstos na lei com as seguintes especificidades previstas nos estatutos da sociedade:

Compete ao Conselho de Administração compete, em geral, o exercício de todos os poderes de direcção, gestão, administração e representação da sociedade e, em especial:

- transferir a sede da sociedade para qualquer outro local permitido por lei, bem como criar, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas locais de representação da sociedade;
- adquirir, alienar e onerar acções e títulos de dívida próprios da sociedade e quaisquer direitos, bem como fazer sobre umas e outros as operações que forem julgadas convenientes;
- adquirir, alienar, permutar e locar bens imobiliários, por quaisquer actos ou contratos, bem como onerá-los, ainda que mediante a constituição de garantias reais;
- exercer e promover o exercício dos direitos da sociedade nas sociedades em que participe;
- adquirir, alienar, permutar, locar e onerar por qualquer forma bens mobiliários.
- negociar com instituições de créditos operações de financiamento, activas ou passivas, nos termos, condições e formas que reputar convenientes;
- movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, aceitar, subscrever e endossar cheques, letras, livranças, extractos de factura e outros títulos de crédito;
- confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções, bem como comprometer-se em árbitos.

O Conselho de Administração estabelece as regras do seu funcionamento, podendo delegar em qualquer dos seus elementos a execução das suas próprias decisões, a gestão corrente da sociedade, e a competência para determinadas matérias de administração. Tal delegação pode ser feita numa Comissão Executiva, cujo regime de funcionamento é definido pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração pode nomear uma Comissão Consultiva à qual competirá dar parecer, a solicitação do Conselho de Administração, sobre os planos e a estratégia da actividade da sociedade e sobre as propostas de alteração do contrato social, aumento de capital, emissão de obrigações, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade. O Conselho de Administração fixa a composição, o período de funções e o regime de funcionamento da Comissão Consultiva.

O Conselho de Administração pode designar um Secretário da sociedade e o seu suplente e solicitar a reunião da Assembleia da Geral da sociedade.

Os **poderes do órgão de administração no que respeita a deliberações de aumento de capital** são os previstos na Lei e nos estatutos da sociedade, prevendo estes últimos que o Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 000 000,00 €, competindo-lhe fixar os respectivos termos e condições, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização.

j) Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais

Acordos significativos de que a sociedade seja parte que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não existem acordos nos termos descritos nesta alínea.

l) Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição

A Sociedade não celebrou quaisquer acordos com titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam o pagamento de indemnizações em situações não exigidas por lei.

m) Sistemas de controlo interno e de risco de gestão implementados na sociedade.

Conforme descrito no ponto 3 do capítulo I do presente documento.

2. Informação prevista nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais

2.1 - Acções CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. detidas e ou transaccionadas pelos órgãos sociais da empresa

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se:

- i) o administrador Senhor José Américo Amorim Coelho mantém a posse de 20 339 acções da Sociedade, não tendo transaccionado qualquer título durante o ano de 2006;
- ii) os restantes membros dos órgãos sociais não detêm nem transaccionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade.

2.2 - Relação dos accionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa

Em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a sociedade Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detentora, à data de 31 de Dezembro de 2006, de 90 162 161 acções da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., correspondentes a 67,791% do capital social e a 69,116% dos direitos de votos.

Mozelos, 26 de Fevereiro de 2007
A Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA ANUAL

a) Balanço Consolidado

		Mil euros	
		Dezembro 2006	Dezembro 2005
	NOTAS		
Activo			
Activos Fixos Tangíveis	VI	175.719	170.387
Propriedade de Investimento		2.519	2.282
Goodwill	VII	13.253	13.618
Investimentos em Associadas	XIX	2.717	296
Activos Fixos Intangíveis	VI	0	31
Outros activos financeiros		2.053	937
Impostos diferidos	VIII	9.719	12.787
Outros Activos		306	596
Activos Não Correntes		206.285	200.934
Inventários	IX	212.139	205.346
Clientes	X	104.761	100.230
Impostos a recuperar	XI	21.311	23.550
Outros Activos	XII	13.094	11.173
Caixa e equivalentes		3.997	8.666
Activos Correntes		355.302	348.965
Total do Activo		561.588	549.899
Capitais Próprios			
Capital social	XIII	133.000	133.000
Acções próprias	XIII	-2.425	-2.402
Reservas e outras componentes do capital próprio	XIII	69.433	62.085
Resultado Líquido do Exercício		20.104	15.747
Interesses Minoritários		10.648	11.753
Capitais Próprios		230.760	220.183
Passivo			
Dívida Remunerada	XIV	153.115	122.324
Outros empréstimos obtidos e credores diversos	XV	3.172	5.734
Provisões	XXI	4.386	4.836
Impostos diferidos	VIII	4.009	4.532
Passivos Não Correntes		164.682	137.426
Dívida Remunerada	XIV	76.213	105.024
Fornecedores		43.965	41.418
Outros empréstimos obtidos e credores diversos	XV	36.520	36.373
Estado e outros entes Públicos		9.449	9.474
Passivos Correntes		166.147	192.290
Total do Passivo e Capitais Próprios		561.588	549.899

b) Demonstração de Resultados Consolidada por natureza

I. Do ano

	NOTAS	12M2006	12M2005
			Mil euros
Vendas	V	442.552	428.010
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		231.307	215.456
Variação de produção		6.179	-4.805
Margem Bruta		217.424	207.749
	XXIV	48,5%	49,1%
Fornecimento e Serviços Externos		73.783	69.764
Custos com Pessoal	XVI	91.627	93.808
Depreciações	VI	21.798	22.698
Ajustamentos de imparidade de Activos		620	936
Outros proveitos e custos operacionais	XVII	4.555	6.269
Resultados operacionais (EBIT)		34.151	26.812
Juros Líquidos	XVIII	-9.039	-7.429
Ganhos (perdas) em associadas		264	1
Resultados antes de impostos		25.377	19.384
Imposto sobre os resultados	VIII	3.979	2.865
Resultados após impostos		21.397	16.519
Interesses minoritários		1.293	773
Resultado Líquido atribuível aos accionistas da Corticeira Amorim		20.104	15.747
Resultado por acção - Básico e Diluído (euros por acção)	XXIV	0,154	0,121

II. Do quarto trimestre

Mil euros

	4T2006	4T2005
Vendas	106.999	99.822
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	59.983	50.068
Variação de produção	6.396	-840
Margem Bruta	53.412	48.914
	47,1%	49,4%
Fornecimento e Serviços Externos	19.509	17.062
Custos com Pessoal	22.617	23.758
Depreciações	4.477	5.868
Ajustamentos de imparidade de Activos	-104	-335
Outros proveitos (+) e custos operacionais (-)	4.167	3.814
Resultados operacionais (EBIT)	11.080	6.376
Juros Líquidos	-2.574	-1.887
Ganhos (perdas) em associadas	205	-11
Resultados antes de impostos	8.712	4.478
Imposto sobre os resultados	1.162	-176
Resultados após impostos	7.550	4.654
Interesses minoritários	289	248
Resultado Líquido atribuível aos accionistas da Corticeira Amorim	7.261	4.406
Resultado por acção - Básico e Diluído (euros por acção)	0,056	0,034

c) Demonstração de Resultados Consolidada por funções

	Mil euros	
	12M2006	12M2005
Vendas	442.552	428.010
Custo das Vendas	302.452	296.261
Margem Bruta	140.100	131.749
Custos de Marketing e Vendas	38.112	36.884
Custos de Distribuição	23.978	22.988
Custos das Áreas de Suporte	43.859	45.065
Resultados operacionais (EBIT)	34.151	26.812
Juros Líquidos	-9.039	-7.429
Ganhos (perdas) em associadas	264	1
Resultados antes de impostos	25.376	19.384
Imposto sobre os resultados	3.979	2.865
Resultados após impostos	21.397	16.519
Interesses minoritários	1.293	772
Resultado líquido atribuível aos accionistas da Corticeira Amorim	20.104	15.747
Resultado por acção - Básico e Diluído (euros por acção)	0,154	0,121

d) Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Mil euros

ACTIVIDADES OPERACIONAIS		Dezembro 2006	Dezembro 2005	
Recebimentos de clientes	+	461 914	461 776	
Pagamentos a fornecedores	-	363 034	- 361 204	
Pagamentos ao Pessoal	-	92 201	- 93 190	
Fluxo gerado pelas operações		6 679	7 382	
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento	-	1 958	- 1 672	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	+	33 820	25 895	
Fluxos das actividades operacionais	+	38 541		31 605
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos Corpóreos	+	5 231	3 545	
Investimentos financeiros	+	65	334	
Juros e Proveitos relacionados	+	285	0	
Subsídios de investimento	+	284	726	4 605
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos Corpóreos	-	25 413	- 17 227	
Investimentos financeiros	-	5 211	- 948	- 18 174
Fluxo das actividades de investimento		- 24 759		- 13 570
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	+	0		
Outros	+	135	135	0
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-	1 664	- 6 078	
Juros e custos similares	-	8 787	- 7 775	
Dividendos	-	6 968	- 4 928	
Aquisições de acções (quotas) próprias	-	24	- 4	
Outros	-	798	0	- 18 785
Fluxo das actividades de financiamento		- 18 106		- 18 785
Variações de caixa e seus equivalentes		- 4 324		- 749
Efeito das diferenças de câmbio		- 344		454
Varição de perímetro		0		654
Caixa e seus equivalentes no início do período		8 666		8 306
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 998		8 666

e) Demonstração Consolidada das alterações no Capital Próprio

Mil euros

	Saldo Inicial	Alterações no Perímetro	Afectação do Resultado N-1	Dividendos Distribuídos	Resultado N	Aumentos	Diminuições	Diferenças de Conversão	Mudança de Método de Integração	Saldo Final
31 de Dezembro de 2006										
Capitais Próprios :										
Capital	133.000	-	-	-	-	-	-	-	-	133.000
Acções (Quotas) Próprias - Valor Nominal	-2.535	-	-	-	-	-12	-	-	-	-2.548
Acções (Quotas) Próprias - Desc. e Prémios	134	-	-	-	-	-11	-	-	-	123
Prémios de Emissão de Acções	38.893	-	-	-	-	-	-	-	-	38.893
Ajustamento de transição para IFRS	-13.020	33	-	-	-	-	-	121	-	-12.866
Ajust. de Contabilidade de Cobertura	18	3	-	-	-	103	-301	-	-	-177
Reservas										
Reservas Legais	7.445	-	-	-	-	-	-	-	-	7.445
Outras Reservas	28.051	-	15.747	-6.523	-	-	-155	-	-	37.120
Diferença de Conversão Cambial	698	-	-	-	-	-	-	-1.680	-	-982
	192.684	36	15.747	-6.523	0	80	-456	-1.559	0	200.008
Resultado Líquido do Exercício	15.747	-	-15.747	-	20.104	-	-	-	-	20.104
Interesses Minoritários	11.752	-1149	-	-433	1.293	84	-	-899	-	10.648
Total do Capital Próprio	220.183	-1.113	0	-6.956	21.397	164	-456	-2.458	0	230.760
31 de Dezembro de 2005										
Capitais Próprios :										
Capital	133.000	-	-	-	-	-	-	-	-	133.000
Acções (Quotas) Próprias - Valor Nominal	-2.530	-	-	-	-	-60	55	-	-	-2.535
Acções (Quotas) Próprias - Desc. e Prémios	164	-	-	-	-	-12	-18	-	-	134
Prémios de Emissão de Acções	38.893	-	-	-	-	-	-	-	-	38.893
Ajustamento de transição para IFRS	-14.271	-	-	-	-	-	1.406	-155	-	-13.020
Ajust. de Contabilidade de Cobertura	-41	-	-	-	-	76	-17	-	-	18
Reservas										
Reservas Legais	6.538	-	907	-	-	-	-	-	-	7.445
Outras Reservas	19.799	-	14.253	-4.564	-	-1.437	-	-	-	28.051
Diferença de Conversão Cambial	-1.003	-	-	-	-	-	-	1.701	-	698
	180.549	0	15.160	-4.564	0	-1.433	1.426	1.546	0	192.684
Resultado Líquido do Exercício	15.160	-	-15.160	-	15.747	-	-	-	-	15.747
Interesses Minoritários	8.146	1.322	-	-245	773	-	-	1.244	512	11.752
Total do Capital Próprio	203.855	1.322	0	-4.809	16.520	-1.433	1.426	2.790	512	220.183

f) Notas às contas consolidadas para o ano de 2006

I.	NOTA INTRODUTÓRIA	53
II.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	53
III.	EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	60
IV.	CÂMBIOS UTILIZADOS NA CONSOLIDAÇÃO	62
V.	RELATO POR SEGMENTOS.....	62
VI.	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	65
VII.	GOODWILL	66
VIII.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	67
IX.	INVENTÁRIOS	69
X.	CLIENTES.....	69
XI.	IMPOSTOS A RECUPERAR	69
XII.	OUTROS ACTIVOS	70
XIII.	CAPITAL E RESERVAS	70
XIV.	DÍVIDA REMUNERADA	71
XV.	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS E CREDORES DIVERSOS	72
XVI.	CUSTOS COM PESSOAL.....	73
XVII.	OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	74
XVIII.	JUROS LÍQUIDOS.....	74
XIX.	AQUISIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES	75
XX.	TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	75
XXI.	GARANTIAS, CONTINGÊNCIAS E COMPROMISSOS	76
XXII.	CÂMBIOS CONTRATADOS COM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	76
XXIII.	REMUNERAÇÕES DOS AUDITORES	76
XXIV.	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	76

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da CORTICEIRA AMORIM SGPS e suas participadas) resultou da transformação da CORTICEIRA AMORIM, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

A CORTICEIRA AMORIM não detém directa ou indirectamente interesses em propriedades onde se faça o cultivo e exploração do sobreiro, árvore fornecedora da cortiça, principal matéria-prima usada nas suas unidades transformadoras. A aquisição da cortiça faz-se num mercado aberto, onde interagem múltiplos agentes, tanto do lado da procura como da oferta.

A actividade da CORTICEIRA AMORIM estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A CORTICEIRA AMORIM é uma empresa Portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, sendo as acções representativas do seu capital social de 133 000 000 Euros cotadas na Euronext Lisboa – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 26 de Fevereiro de 2007.

Excepto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas Notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€)

Alguns valores referidos nestas Notas poderão apresentar pequenas diferenças relativamente à soma das partes ou a valores expressos noutros pontos destas Notas; tal facto deve-se ao tratamento automático dos arredondamentos necessários à sua elaboração.

II. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

a. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidas de acordo com os princípios contabilísticos locais, ajustados no processo de consolidação de modo a que estejam em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia em vigor a 1 de Janeiro de 2006. Para o efeito foi considerado como data de transição do normativo local o dia 1 de Janeiro de 2004.

b. Consolidação

▪ Empresas do Grupo

São considerados como empresas do Grupo, muitas vezes designadas também como subsidiárias, as empresas nas quais a CORTICEIRA AMORIM detenha directa ou indirectamente mais de 50%

dos direitos de voto, ou detenha o poder de controlar a respectiva gestão, nomeadamente nas decisões da área financeira e operacional.

As empresas do Grupo são consolidadas pelo método integral (também chamado "linha-a-linha"), sendo a parte de terceiros correspondente ao respectivo Capital Próprio e Resultado Líquido apresentado no Balanço consolidado e na Demonstração de Resultados consolidada respectivamente na rubrica de "Interesses Minoritários". A data de início de consolidação ou de desconsolidação, deverá normalmente coincidir com o início ou fim do trimestre em que estiveram reunidas as condições para esse efeito.

Os prejuízos atribuíveis a minoritários durante o exercício, sê-lo-ão até à medida em que façam anular o valor constante da mesma rubrica do balanço, situação a partir da qual todo o prejuízo superveniente será absorvido pela CORTICEIRA AMORIM. Numa situação de inversão de prejuízos, a CORTICEIRA AMORIM reconhecerá a totalidade dos lucros até que a parte dos minoritários de prejuízos absorvidos pela CORTICEIRA AMORIM em exercícios anteriores tenha sido recuperada, situação a partir da qual se retomará a repartição normal dos lucros.

Nos casos excepcionais em que, havendo capacidade financeira, haja uma obrigação dos minoritários de quinhão a sua quota-parte dos prejuízos, a respectiva contrapartida, esgotada que seja o saldo do balanço, será reconhecido como um saldo a receber no activo consolidado da CORTICEIRA AMORIM.

Na aquisição de empresas do Grupo será seguido o método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos activos dados em troca, dos passivos assumidos, dos instrumentos de capital próprio emitidos para o efeito e ainda por todos os custos de transacção incorridos. Os activos e passivos identificáveis, bem como os passivos contingentes assumidos na aquisição serão mensurados inicialmente pelo justo valor à data de aquisição. O excesso do custo de aquisição sobre o justo valor da parte da CORTICEIRA AMORIM dos activos e passivos identificáveis adquiridos será reconhecido como Goodwill e reconhecido como um activo. Se o referido custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos e passivos adquiridos, deverá a respectiva diferença ser reconhecida como um ganho do exercício.

As transacções, saldos, dividendos e mais-valias internas realizadas entre empresas do Grupo são eliminadas. As menos-valias internas são também eliminadas, a não ser que haja evidência de que a transacção subjacente reflecte uma efectiva perda por imparidade.

▪ Empresas Associadas

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a CORTICEIRA AMORIM tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial (MEP). De acordo com este método os investimentos em associadas são registados, de início, ao custo, incluindo o respectivo Goodwill identificado à data de aquisição. Subsequentemente o referido custo será ajustado por quaisquer imparidades do valor do Goodwill que venham a ser apuradas, bem como pela apropriação da parte proporcional dos resultados da associada, por contrapartida de resultados de exercício na rubrica "Ganhos (perdas) em associadas". Aquele valor será também ajustado pelos dividendos recebidos da associada, bem como pela parte proporcional das variações patrimoniais registada na associada, por contrapartida da rubrica de "Reservas". Quando a parte da CORTICEIRA AMORIM nos prejuízos acumulados de uma associada exceder o valor do investimento, cessará o reconhecimento dos prejuízos, excepto se houver um compromisso de o fazer sendo, neste caso, o respectivo passivo registado numa conta de provisões para riscos e encargos.

c. Conversão Cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de euros. Sendo o euro a divisa legal em que está estabelecida a empresa-mãe, e sendo esta a divisa em que são conduzidos cerca de dois terços dos negócios, o euro é considerada a moeda funcional e de apresentação de contas da CORTICEIRA AMORIM.

Todos os activos e passivos expressos em outras divisas foram convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio das datas de balanço. As diferenças de câmbio resultantes das diferenças de taxa de cambio em vigor nas datas das transacções e as das datas das respectivas liquidações na data de balanço, foram registadas como ganho ou perda do exercício pelo seu valor líquido.

Os valores activos e passivos das demonstrações financeiras das subsidiárias cuja divisa de reporte seja diferente do euro, foram convertidas para euros, utilizando os câmbios das datas de balanço, sendo a conversão dos respectivos custos e proveitos feita à taxa média do respectivo exercício/período.

d. Activo Fixo Tangível

Os bens do activo fixo tangível são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respectivo período de construção ou instalação e que são capitalizados até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem.

Como parte da alocação do justo valor dos activos e passivos identificáveis num processo de aquisição de empresas do Grupo (IFRS 3) e relativamente aos terrenos e edifícios das empresas filiais foi efectuada, com referência a 1 de Janeiro de 1991, para as empresas já anteriormente integradas na CORTICEIRA AMORIM e na data de aquisição para as adquiridas posteriormente, uma avaliação a preços de mercado, por técnicos independentes.

Ao abrigo do parágrafo 16 do IFRS 1, e com data de 01/01/2004, foi efectuada uma revalorização de equipamentos fabris específicos e materialmente relevantes, totalmente depreciados ou que o estariam a curto prazo e dos quais se espera uma utilização produtiva a médio ou longo prazo.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

A depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento, excepto para grandes projectos de investimento para os quais o início de depreciação coincide com a respectiva entrada em laboração. Os valores residuais e as vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do balanço.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efectivação, são capitalizados.

Em caso de perda de imparidade, o valor do activo fixo tangível é ajustado em consonância, sendo o respectivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os ganhos e perdas registados na venda de um activo fixo tangível são incluídos no resultado do exercício. Os valores relativos a uma revalorização de um activo fixo tangível, incluídos numa conta de Reservas de Reavaliação, são transitados para Reservas no momento da venda desse activo.

e. Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição em empresas do Grupo e Associadas e a quota parte do justo valor dos activos líquidos identificáveis à data de aquisição dessas empresas. Se positiva, essa diferença será incluída no activo na rubrica de "Goodwill", se referente a uma empresa do Grupo e incluída no próprio valor do investimento no caso de uma Associada. Se negativo será considerada um ganho do exercício.

O Goodwill deverá ser testado anualmente para efeitos de imparidade, sendo qualquer perda imputada a custos do respectivo exercício e o respectivo valor activo ajustado nessa medida.

f. Existências

As existências encontram-se valorizadas pelo menor dos valores de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respectivo preço de compra adicionado dos gastos suportados directa e indirectamente para colocar o bem no seu estado actual e no local de armazenagem. Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pelo ajustamento para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As quantidades existentes no final do exercício/período foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas e existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição e as de produtos acabados e em curso ao custo médio de produção que inclui os custos directos e indirectos de fabrico incorridos nas próprias produções.

g. Clientes e outras dívidas a receber

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que se verificarem.

Os valores a médio e longo prazo são actualizados usando uma taxa de desconto semelhante à taxa de juro de financiamento da CORTICEIRA AMORIM para períodos semelhantes.

h. Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em "Caixa e equivalentes a caixa" incluem os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não é significativo. Os valores a descoberto de contas de depósitos bancários estão incluídos em "Dívida remunerada".

i. Dívida Remunerada

Inclui o valor dos empréstimos onerosos obtidos. Eventuais despesas atribuíveis à entidade emprestadora, são deduzidos à dívida e reconhecidos ao longo do período de vida do empréstimo, de acordo com a taxa de juro efectiva.

Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida em que são incorridos. No caso particular de investimentos em imobilizado, e somente para os projectos que à partida se espere se prolonguem por um período superior a 12 meses, os juros correspondentes à dívida resultante desse mesmo projecto, serão capitalizadas integrando assim o valor registado para esse activo específico. Essa contabilização será descontinuada no momento da finalização ou quando esse mesmo projecto se encontre numa fase de suspensão.

j. Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados consolidados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais cada uma das filiais isoladamente, à excepção dos constituintes de regimes fiscais especiais.

Reconhece-se, ao nível do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados, a diferença que aparecer resultante da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar para o conjunto das empresas referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível (método da responsabilidade de balanço).

k. Benefícios a empregados

A generalidade dos empregados portugueses da CORTICEIRA AMORIM estão abrangidos por um plano de pensões de contribuição definida, o qual é complementar ao regime geral de segurança social em vigor em Portugal. Os empregados em subsidiárias estrangeiras, (cerca de 25% do total de empregados da CORTICEIRA AMORIM), ou estão cobertos unicamente por regimes locais de segurança social, ou beneficiam de regimes complementares quer de contribuição definida quer de benefício definido.

No plano de contribuição definida, os contributos são reconhecidos como uma despesa com o pessoal quando exigíveis. O Passivo reconhecido no Balanço, relativo aos planos de benefício definido, corresponde ao valor presente das obrigações definidas menos o valor dos activos que lhe são afectos. Este valor é determinado geralmente por especialistas em fundos de pensões.

A CORTICEIRA AMORIM reconhece um passivo e o respectivo custo no exercício relativamente aos bónus atribuíveis a um conjunto alargado de quadros. Estes benefícios são baseados em formulas que têm em conta, não só o cumprimento de objectivos individuais, bem como o atingimento por parte da CORTICEIRA AMORIM de um nível de resultados fixado previamente.

l. Provisões

São reconhecidos como provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante seja fiavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

m. Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas compreendem o valor, líquido de imposto sobre o valor acrescentado, obtido pela venda de produtos acabados e mercadorias diminuído do valor das devoluções, abates e descontos concedidos, incluindo os relativos a pronto pagamento. São ainda ajustados pelos valores de correcções relativos a exercícios anteriores relativos a vendas.

Os serviços prestados são imateriais e correspondem, na generalidade, à recuperação de custos incorridos associados à venda de produtos.

O proveito relativo a uma venda é reconhecido quando os riscos e vantagens significativos decorrentes da posse do activo transaccionado são transferidos para o comprador e o seu montante possa ser estimado com fiabilidade, sendo o respectivo valor actualizado quando recebível a mais de um ano.

n. Subsídios governamentais

Os subsídios recebidos referem-se na generalidade a investimentos em activos fixos tangíveis. Se a fundo perdido são considerados como proveitos diferidos quando recebidos, sendo apresentados como outros proveitos operacionais na demonstração de resultados durante o período de vida útil estimado para os activos em causa. Se reembolsáveis e vencendo juros são considerados como Dívida remunerada, sendo considerados como Outros empréstimos obtidos quando não vencem juros. Neste caso os valores a médio longo prazo são actualizados usando uma taxa de desconto semelhante à taxa de juro de financiamento da CORTICEIRA AMORIM para prazos semelhantes.

o. Locações

Sempre que um contracto indiciê a transferência substancial dos riscos e dos benefícios inerentes ao bem em causa para a CORTICEIRA AMORIM, a locação será classificada como financeira.

Todas as outras locações são consideradas como operacionais, sendo os respectivos pagamentos registados como custos do exercício.

p. Instrumentos Financeiros derivados

A CORTICEIRA AMORIM utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza instrumentos financeiros derivados para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada, em nome das empresas individuais, pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respectiva Administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos no balanço ao seu custo inicial e depois remensurados ao seu justo valor. No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

- Coberturas de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar

o instrumento de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

- **Coberturas de Fluxos de Caixa**

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidas no capital próprio; a parte ineficaz será reconhecida directamente nos resultados.

- **Cobertura de um Investimento Líquido**

Actualmente, a empresa não considera a realização de coberturas cambiais sobre investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras (subsidiárias).

A CORTICEIRA AMORIM tem bem identificada a natureza dos riscos envolvidos, documenta exhaustiva e formalmente as relações de cobertura, garantindo através dos seus sistemas de informação, que cada relação de cobertura seja acompanhada pela descrição da política de risco da empresa; objectivo e estratégia para a cobertura; classificação da relação de cobertura; descrição da natureza do risco que está a ser coberto; identificação do instrumento de cobertura e item coberto; descrição da mensuração inicial e futura da eficácia; identificação da parte do instrumento de cobertura, se houver, que será excluída da avaliação da eficácia.

A empresa considerará o desreconhecimento nas situações em que instrumento de cobertura expirar for vendido, terminar ou exercido; a cobertura deixar de preencher os critérios para a contabilidade de cobertura; para a cobertura de fluxos de caixa, a transacção prevista deixa de ser altamente provável ou deixa de ser esperada; por razões de gestão a empresa decide cancelar a designação de cobertura.

III. Empresas incluídas na consolidação

EMPRESA	LOCALIZAÇÃO	PAÍS	2006
Matérias-Primas			
Amorim Florestal Espanha, S.A.	San Roque Cádiz	ESPAÑA	100%
Amorim Florestal - Indústria, Comércio e Exploração, S.A.	Vale de Cortiças - Abrantes	PORTUGAL	100%
Amorim Florestal Catalunya, SL	Cassa de la Selva Girona	ESPAÑA	100%
Amorim & Irmãos VII, SRL	Tempio Pausania	ITALIA	100%
Amorim & Irmãos, S.A. (Matérias Primas)	(a) Ponte Sôr / Coruche	PORTUGAL	100%
Amorim & Irmãos - IV, S.A.	Alcântara	ESPAÑA	100%
Cork Consulting	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Cork International, SARL	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Comatral - C. de Marocaine de Transf. du Liège, S.A.	Skhirat	MARROCOS	100%
Société Fabrique Liège de Tabarka, S.A.	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Matagalpa	(g) Madeira	PORTUGAL	100%
SIBL - Société Industrielle Bois Liège	Jijel	ARGÉLIA	51%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnière	(i) Tabarka	TUNÍSIA	45%
Amorim Florestal España, SL	San Roque Cádiz	ESPAÑA	100%
Rolhas			
Amorim Benelux, BV - A&I	(b) Tholen	HOLANDA	100%
Amorim Cork Deutschland GmbH & Co KG	Mainzer	ALEMANHA	100%
Amorim Cork South Africa	Cape Town	ÁFRICA DO SUL	100%
Amorim France, S.A.S.	Champfleury	FRANÇA	100%
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%
Amorim & Irmãos, S.A.	(a) Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%
Aplifin - Aplicações Financeiras, S.A.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	100%
Amorim Argentina, S.A.	Tapiales - Provincia de Buenos Aires	ARGENTINA	100%
Chamcork - Rolhas de Champanhe, S.A.	Santa Maria de Lamas	PORTUGAL	100%
M. Cignet & Cie	Bezannes	FRANÇA	100%
Carl Ed. Meyer Korken	Delmenhorst	ALEMANHA	100%
Indústria Corchera, S.A.	(j) Santiago	CHILE	50%
Amorim Cork Austrália, Pty Ltd	Vic	AUSTRÁLIA	100%
Equipar - Indústria de Cortiça, S.A.	(h) Coruche	PORTUGAL	100%
Equipar, Participações Integradas, Lda.	(h) Coruche	PORTUGAL	100%
Equipar - Rolha Natural, S.A.	(h) Coruche	PORTUGAL	100%
Amorim Cork América, Inc.	California	E. U. A.	100%
FP Cork, Inc.	California	E. U. A.	100%
Hungarocork, Amorim, RT	Budapeste	HUNGRIA	100%
Inter Champanhe - Fabricante de rolhas de Champanhe, S.A.	Montijo	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Itália, SPA	Conegliano	ITALIA	100%
KHB - Kork Handels Beteiligung, GMBH	Delmenhorst	ALEMANHA	100%
Korke Schiesser Ges.M.B.H.	Viena	AUSTRIA	69%
Oenorope	Aix-en-Provence	FRANÇA	100%
Portocork France	(g) Bordéus	FRANÇA	100%
Portocork Internacional, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%
Portocork América, Inc.	California	E. U. A.	100%
S.C.I. Friedland	Céret	FRANÇA	100%
Société Nouvelle des Bouchons Trescases	(l) Perpignan	FRANÇA	50%
Victor y Amorim, SI	(j) Navarrete - La Rioja	ESPAÑA	50%

Revestimentos

Amorim Benelux, BV - AR	(b) Tholen	HOLANDA	100%
Amorim Cork GmbH	Delmenhorts	ALEMANHA	100%
Amorim Cork Distribution Netherlands BV	Tholen	HOLANDA	100%
Amorim Revestimentos, S.A.	Lourosa	PORTUGAL	100%
Amorim Wood Supplies, GmbH	Bremen	ALEMANHA	100%
Corticeira Amorim - France SAS - AR	(c) Lavardac	FRANÇA	100%
Amorim Revestimientos, S.A.	Barcelona	ESPAÑA	100%
Amorim Deutschland, GmbH & Co. KG - AR	(d) Delmenhorts	ALEMANHA	100%
Dom Korkow, Sp. Zo. O.	(j) Kraków	POLÓNIA	50%
Amorim Flooring North America Inc	Hanover - Maryland	E. U. A.	100%
Amorim Flooring Austria GesmbH - AR	(f) Viena	AUSTRIA	100%
Amorim Flooring Nordic A/s	Greve	DENMARK	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug	SUIÇA	100%

Aglomerados

Amorim Benelux, BV - CAI	(b) Tholen	HOLANDA	100%
Corticeira Amorim - France SAS - CAI	(c) Lavardac	FRANCE	100%
Corticeira Amorim Indústria, S.A.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	100%
Amorim Deutschland, GmbH & Co. KG - CAI	(d) Delmenhorts	ALEMANHA	100%
Drauvil Europea, SL	San Vicente Alcantara	ESPAÑA	100%
Amorim Industrial Solutions Inc. - CAI	(e) Trevor Wisconsin	E. U. A.	100%
Amorim Flooring Austria GesmbH - CAI	(f) Viena	AUSTRIA	100%

Borracha

Amorim (UK) Ltd.	Horsham West Sussex	REINO UNIDO	100%
Amorim Industrial Solutions - Indústria de Cortiça e Borracha II, S.A.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	100%
Amorim Industrial Solutions - Indústria de Cortiça e Borracha I, S.A.	Corroios	PORTUGAL	100%
Amorim Industrial Solutions Inc. - BOR	(e) Trevor Wisconsin	E. U. A.	100%
Samorim (Joint Stock Company Samorim)	(i) Samara	FEDERAÇÃO RUSSA	50%
Amorim Industrial Solutions, SGPS, S.A.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	100%

Isolamentos

Amorim Isolamentos II, Lda.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	80%
Amorim Isolamentos, S.A.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	80%

Holding Cortiça

Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	100%
Ginpar, S.A. (Générale d' Investissements et Participation)	Skhirat	MARROCOS	100%
Labcork - Laboratório Central do Grupo Amorim, Lda.	Mozelos - Sta. Maria da Feira	PORTUGAL	100%
Moraga - Comércio e Serviços, S.A.	Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%
Sopac - Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda	Montijo	PORTUGAL	100%
Vatrya - Serviços de Consultadoria, Lda.	Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%

(a) – Juridicamente são uma só empresa: Amorim & Irmãos, SA

(b) – Juridicamente são uma só empresa: Amorim Benelux, BV

(c) – Juridicamente são uma só empresa: Corticeira Amorim France, SAS

(d) – Juridicamente são uma só empresa: Amorim Deutschland, GmbH & Co. KG

(e) – Juridicamente são uma só empresa: Amorim Industrial Solutions Inc

(f) – Juridicamente são uma só empresa: Amorim Flooring Austria GesmbH

(g) – Empresa constituída durante 2006.

(h) – O conjunto das empresas do Grupo Equipar foram adquiridas numa primeira fase (50%) nos princípios de 2005 e numa segunda fase (princípios de 2006) os restantes 50%.

(i) – Consolida pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(j) – Consolida pelo método integral porque a administração da Corticeira Amorim SGPS, SA detém directa ou indirectamente, o controlo da gestão operacional da entidade.

(l) – Empresa adquirida durante 2006, consolida pelo método de equivalência patrimonial.

IV. Câmbios utilizados na consolidação

CÂMBIOS CONSOLIDAÇÃO 31/12/2006			Taxa de Fecho	Taxa Média
Argentine Peso	ARS		4,03533	3,8612
Australian Dollar	AUD		1,6691	1,66681
Canadian Dollar	CAD		1,5281	1,42369
Swiss Franc	CHF		1,6069	1,57288
Chilean Peso	CLP		702,27	666,379
Danish Krone	DKK		7,456	7,4591
Algerian Dinar	DZD		92,5242	90,6885
Euro	EUR		1,000	1,000
Pound Sterling	GBP		0,6715	0,68173
Forint	HUF		251,77	264,263
Yen	JPY		156,93	146,015
Moroccan Dirham	MAD		11,1119	11,0257
Norwegian Krone	NOK		8,238	8,04719
Zloty	PLN		3,831	3,89586
Ruble	RUB		34,6715	34,1194
Swedish Kronor	SEK		9,0404	9,25439
Tunisian Dinar	TND		1,7136	1,6679
US Dollar	USD		1,317	1,2556
Rand	ZAR		9,2124	8,53118

V. RELATO POR SEGMENTOS

A CORTICEIRA AMORIM está organizada nas seguintes Unidades de Negócio:

- ◆ Rolhas
- ◆ Matérias Primas
- ◆ Revestimentos
- ◆ Aglomerados
- ◆ Cortiça com Borracha
- ◆ Isolamentos

Para efeitos do Relato por Segmentos foi eleito como segmento principal o segmento das Unidades de Negócio (UN), já que corresponde totalmente à organização do negócio, não só em termos jurídicos, como em termos da respectiva análise. No quadro seguinte apresenta-se os principais indicadores correspondentes ao desempenho de cada uma das referidas UN, bem como a reconciliação, sempre que possível, para os indicadores consolidados:

Mil euros

2006

	Mat-Primas	Rolhas	Revestim.	Aglomer.	Borracha	Isolamentos	Holding	Ajust.	Consolidado
Vendas Clientes Exterior	17.450	232.064	118.029	42.373	25.134	7.491	11		442.552
Vendas Outros Segmentos	98.820	4.615	3.533	19.021	4.089	672	654	-129.404	
Vendas Totais	114.270	236.679	121.562	61.394	29.223	8.162	665	-129.404	442.552
Resultados Operacionais (EBIT)	11.426	11.106	11.226	2.426	-285	1.215	-2.265	-698	34.152
Activo	154.890	232.843	95.429	55.221	28.501	9.472	3.010	-17.779	561.588
Passivo	23.705	48.957	19.027	13.702	7.427	1.808	24.582	191.618	330.828
Investimento Corpóreo e Incorpóreo	2.414	15.835	4.518	1.026	1.598	480	61	-	25.931
Depreciações	-3.742	-8.397	-4.641	-2.837	-1.760	-356	-65	-	-21.797
Gastos Signif. que não Impliquem Desembolsos	-676	2	349	-72	-909	4	-20	-	-1321
Ganhos (perdas) em associadas	8	229	-	-	31	-	-4	-	264

2005

	Mat-Primas	Rolhas	Revestim.	Aglomer.	Borracha	Isolamentos	Holding	Ajust.	Consolidado
Vendas Clientes Exterior	15.068	232.878	110.349	38.813	24.505	6.385	12		428.010
Vendas Outros Segmentos	95.492	6.836	2.624	19.957	2.896	1.155	623	-129.583	
Vendas Totais	110.560	239.713	112.973	58.770	27.402	7.540	635	-129.583	428.010
Resultados Operacionais (EBIT)	8.932	10.620	8.381	4.870	-4.127	921	-2.022	-761	26.812
Activo	153.368	221.452	91.913	51.470	27.571	9.891	2.196	-7.963	549.899
Passivo	25.832	39.994	19.741	10.761	7.485	1.764	1.491	222.647	329.716
Investimento Corpóreo e Incorpóreo	2.197	6.422	4.778	1.322	1.248	319	147	-	16.433
Depreciações	-3.810	-8.817	-4.749	-2.907	-2.006	-349	-60	-	-22.698
Gastos Signif. que não Impliquem Desembolsos	-39	-471	-661	-133	78	30	0	-	-1.195
Ganhos (perdas) em associadas	2	-1	-	-	-	-	-	-	1

NOTAS:

- (i) Ajustamentos = desempolamentos inter-segmentos e valores não alocados a segmentos
- (ii) EBIT = Resultado antes de juros, minoritários e imposto sobre rendimento
- (iii) Foram considerados como único gasto materialmente relevante o valor das provisões e ajustamentos de imparidades de activos.

- (iv) Os activos dos segmentos não incluem os valores relativos a IDA e saldos não comerciais com empresas do grupo.
- (v) Os passivos dos segmentos não incluem IDP, empréstimos bancários e saldos não comerciais com empresas do grupo.

A opção pela divulgação do EBIT permite uma melhor comparação do desempenho das diferentes Unidade de Negócio, dado as estruturas financeiras não homogéneas apresentadas pelas diferentes Unidade de Negócio. Este tipo de divulgação é também coerente com a distribuição de funções existentes, já que tanto a função financeira, no sentido estrito de negociação bancária, como a função fiscal, utilização de instrumentos como, por exemplo, o RETGS, são da responsabilidade da Holding.

As Rolhas têm nas diferentes famílias de rolhas o seu principal produto, sendo os países produtores e engarrafadores de vinho os seus principais mercados. De destacar nos mercados tradicionais, a França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Nos novos mercados do vinho o destaque vai para os USA, Austrália, Chile, África do Sul e Argentina.

A UN Matérias Primas é de longe a mais integrada no ciclo produtivo da CORTICEIRA AMORIM, sendo mais de 80% das suas vendas dirigidas para as outras UN, sendo de destacar as vendas de prancha e discos para a UN Rolhas.

As restantes Unidades de Negócio produzem e comercializam um conjunto alargado de produtos que utilizam a matéria prima sobranante da produção de rolhas, bem como a matéria prima cortiça que não é susceptível de ser utilizada na produção de rolhas. De destacar como produtos principais os revestimentos de solo, cortiça com borracha para a indústria automóvel e para aplicações antivibráticas, aglomerados negros para isolamento térmico e acústico, aglomerados técnicos para a indústria de construção civil e calçado bem como os granulados para a fabricação de rolhas aglomeradas, técnicas e de champanhe.

Os principais mercados dos Revestimentos e Isolamentos concentram-se na Europa e os da Cortiça com Borracha nos USA. Todas as Unidades de Negócio realizam o grosso da sua produção em Portugal, estando, por isso, neste país a quase totalidade do capital investido. A comercialização é feita através de uma rede de distribuição própria que está presente em praticamente todos os grandes mercados consumidores e pela qual são canalizados cerca de 70% das vendas consolidadas.

Os investimentos do exercício concentraram-se na sua quase totalidade, em Portugal. Os activos no estrangeiro atingem cerca de 220 milhões de euros e são compostos na sua grande maioria pelo valor das existências e do saldo de clientes nas empresas de distribuição e nas empresas de matérias-primas em Espanha e Norte de África.

Distribuição das vendas por mercado:

Mercados	2006	2005
União Europeia	277.327	263.164
<i>Dos quais: Portugal</i>	32.940	34.937
Resto Europa	20.085	17.315
Estados Unidos	71.089	73.259
Resto América	29.862	27.147
Australásia	33.659	35.940
África	10.320	10.952
Outros	210	233
	<u>442.552</u>	<u>428.010</u>

VI. Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis

	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Outros Activos Fixos Tangíveis	Adiantamentos e em Curso	Activos Fixos Tangíveis	Activos Fixos Intangíveis
Valores Brutos	209.711	224.075	42.758	6.849	483.393	105
Depreciações e Ajustamentos	-114.717	-160.246	-36.366	-	-311.330	-54
ABERTURA (1 de Janeiro 2005)	94.993	63.829	6.392	6.849	172.063	51
ENTRADAS	1.595	2.274	81	-	3.950	-
AUMENTO	1.642	6.021	1.231	7.199	16.093	9
DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO	-6.751	-13.397	-2.467	-	-22.615	-29
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	-731	-1.642	-213	-	-2.586	-
RECLASSIFICAÇÕES	1.541	7.230	-579	-6.986	1.206	-
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	762	158	56	-	976	-
SAÍDAS	517	508	161	114	1.300	0
Valores Brutos	216.257	235.828	40.469	7.176	499.729	114
Depreciações e Ajustamentos	-122.688	-170.848	-35.807	-	-329.342	-83
FECHO (31 de Dezembro 2005)	93.568	64.981	4.662	7.176	170.387	31
Valores Brutos	216.257	235.828	40.469	7.176	499.729	114
Depreciações e Ajustamentos	-122.688	-170.848	-35.807	-	-329.342	-83
ABERTURA (1 de Janeiro 2006)	93.568	64.981	4.662	7.176	170.387	31
ENTRADAS					0	-
AUMENTO	6.238	11.947	1.640	6.123	25.948	-
REAVALIAÇÃO	3.574	0	0	0	3.574	-
DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO	-6.674	-13.134	-2.048	0	-21.856	-31
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	-689	-2.349	-481	-62	-3.581	-
RECLASSIFICAÇÕES	458	7.607	640	-6.357	2.348	-
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	-433	-534	-87	-45	-1.099	-
Valores Brutos	223.392	240.624	39.118	6.834	509.968	-
Depreciações e Ajustamentos	-127.351	-172.106	-34.792	0	-334.249	-
FECHO (31 de Dezembro 2006)	96.041	68.518	4.326	6.834	175.719	0

Como parte da política contabilística referida na d) do ponto II, à data do balanço o efeito líquido da referida avaliação, atinge os 20,1 milhões de euros, dos quais 14,6 milhões se referem a terrenos. Ainda relativamente à mesma alínea a referir que o efeito nos activos fixos tangíveis da revalorização resultante da aplicação do parágrafo 16 do IFRS 1 foi de 14,4 milhões de euros à data de transição, sendo o efeito a data do Balanço de 9,3 milhões de euros.

O valor de 3 574 K€ em reavaliação de Edifícios, refere-se à diferença entre o justo valor e o valor contabilístico do edifício da Equipar Indústria de Cortiça à data de Janeiro de 2006. Este registo resultou da determinação da diferença entre o valor de aquisição dos 50% remanescentes da Equipar, efectuada àquela data, e o justo valor dos activos e passivos adquiridos. A contabilização só foi efectuada à data de fecho do Balanço dado que só no último trimestre de 2006 se tornou evidente aquela diferença. Esta evidência resultou da compra ao Fundo Imobiliário Fundimo do terreno e nave industrial que lhes estava arrendado, os quais eram bastante próximos do edifício em questão, transacção essa que apontava para valores de mercado superiores aos registados nos livros da Equipar para o edifício sua propriedade. Uma segunda evidência resultou da própria conclusão de um terceiro edifício na zona fabril, cujo custo de construção apontava na mesma direcção. Nestas circunstâncias, e após a introdução de factores prudenciais correctivos, foi calculado o valor de mercado pelo que em termos de consolidação foi o mesmo ajustado ao valor em referência tendo a contrapartida sido considerado como "badwill" de aquisição e de imediato registado como ganho do exercício.

VII. Goodwill

	ABERTURA	AUMENTO	PERDAS POR IMPARIDADE (POR RESULT.)	DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	FECHO
31 de Dezembro de 2006					
Matérias-Primas	4.089	116	-	-3	4.202
Rolhas	5.905	1.989	-3.004	-	4.890
Revestimentos	3.624	537	-	-	4.160
Goodwill	13.618	2.642	-3.004	-3	13.253

O aumento verificado no valor do Goodwill deve-se, no essencial, à anunciada aquisição de 50% da S.N.B. Trescases (K€ 1 715), sendo o remanescente resultante da aquisição adicional de capital nas subsidiárias Amorim Benelux e Amorim Cork Itália.

Valor de aquisição de 50% da Trescases (inclui aumento de capital social)	4.000
50% do justo valor dos activos e passivos adquiridos	2.285
Goodwill de aquisição	1.715

A perda por imparidade registada, refere-se ao Goodwill associado à aquisição da Interchampanhe, General Cork e Manuel Pereira de Sousa. Estas antigas subsidiárias foram integradas por fusão no final de 2002 na Amorim & Irmãos, S.A. (de notar que simultaneamente àquela fusão, foi constituída uma nova empresa com designação igual à da Interchampanhe). Os motivos que levaram ao registo desta imparidade têm a ver com a dificuldade progressiva em apurar as margens do negócio afectas àquelas ex-subsidiárias. Relativamente à ex-Interchampanhe/General Cork aquelas dificuldades foram agravadas adicionalmente neste exercício, dado que no final do primeiro semestre foram mesmo encerradas as antigas instalações fabris, estando a ser procurada uma solução para o terreno e edifícios que passa pela respectiva alienação.

Quanto à Manuel Pereira de Sousa, embora a respectiva unidade industrial esteja em plena actividade, esta deixou de ter durante o exercício qualquer semelhança com a actividade que tinha à data da aquisição. No âmbito da reestruturação industrial levada a cabo na UN Rolhas, esta unidade fabril passou a dedicar-se exclusivamente à produção de rolhas técnicas Neutrocork® e aglomeradas, quando à data de aquisição a sua especialidade era a produção e comercialização de rolhas naturais, tendo como alvo especial, o mercado dos Estados Unidos.

À data de 31 de Dezembro de 2006 foram efectuados testes de imparidade aos valores do Goodwill. Foi utilizado o método do "Discount Cash Flow", tendo sido usado a taxa de desconto de 7%. Dos referidos testes não resultou qualquer evidência de imparidade.

VIII. Imposto sobre o Rendimento

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de "Impostos sobre os resultados", de acordo com os princípios definidos na nota II j), e ascende a K€ -2 538 (2005: K€ -1 100).

O efeito no balanço consolidado provocado por esta diferença ascende no activo a K€ 9 719 (31/12/2005: K€ 12 787) e no passivo a K€ 4 009 (31/12/2005: K€ 4 532), conforme registado nas respectivas rubricas.

É convicção da Administração, expressa nos modelos de previsão possíveis a esta data, que o montante de Impostos Diferidos Activos reconhecidos corresponde ao valor expectável de materialização futura no que aos prejuízos fiscais diz respeito.

	Dez-06	Dez-05
Associados à anulação de Activos Fixos Intangíveis	901	834
Associados a Existências / Terceiros	1.305	603
Associados a Prejuízos Fiscais	6.966	11.350
Outros	547	-
Impostos Diferidos - Activos	9.719	12.787
Associados a Activos Fixos Tangíveis	2.972	3.317
Associados a Existências	784	924
Outros	252	292
Impostos Diferidos - Passivos	4.009	4.532
Imposto Corrente do Exercício	-1.441	-1.765
Imposto Diferido do Exercício	-2.538	-1.100

No quadro seguinte pretende-se justificar a taxa de imposto efectiva contabilística partindo da taxa a que estão sujeitas a generalidade das empresas portuguesas:

Reconciliação da taxa de imposto

Taxa genérica de imposto	27,50%
Efeito de lucros consolidados não tributados por isenção das empresas que o geraram, por taxa reduzida ou existência de reporte sem IDA	-3,8%
Efeito do reconhecimento de IDA no exercício relativamente a prejuízos fiscais anteriores, do efeito de redução da taxa de imposto em Portugal e do custeio de IDA não utilizado	-12,9%
Efeito da não consideração de IDA relativamente a empresas que geraram resultados contabilísticos negativos (por impossibilidade efectiva ou por prudência)	1,6%
Efeito de resultados em consolidação não considerados como resultados fiscais e de resultados fiscais não considerados como resultados contabilísticos	3,4%
Efeito da tributação autónoma	0,8%
Efeito de custos nas empresas não aceites como custos fiscais	1,4%
Efeito de benefícios fiscais	-2,9%
Outros efeitos	0,5%
Taxa de imposto efectiva contabilística (1)	15,70%

(1) IRC / RAI

A CORTICEIRA AMORIM e um conjunto alargado das suas subsidiárias com sede em Portugal, passaram a ser tributadas, a partir de 1 de Janeiro de 2001, pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 63.º do CIRC. A opção pela aplicação de referido regime é válida por um período de cinco exercícios, findo o qual pode ser renovada nos mesmos termos.

No quadro seguinte apresentam-se os reportes fiscais e respectivos exercícios limites de utilização:

	2007	2008	2009	2010	2011 e seg.	TOTAL
RETGS	1.444					1.444
Outras empresas Portuguesas	159	1.495	911	1.454	5.192	9.211
Empresas estrangeiras	98	0	217	832	19.111	20.258
Reportes Fiscais não utilizados	1.701	1.495	1.128	2.286	24.303	30.913

Considerou-se nas filiais estrangeiras o ano 2011 e seguintes para as situações em que os reportes fiscais não têm prazo limite de utilização.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM e das empresas filiais entende que as correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas a 31 de Dezembro de 2006.

IX. Inventários

	Dez-06	Dez-05
Mercadorias	11.802	11.251
Produtos Acabados e Intermédios	89.228	87.445
Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos	593	161
Produtos e Trabalhos em Curso	8.613	8.867
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	104.372	100.814
Adiantamentos por conta de Compras	1.116	289
Ajustamentos para Depreciação de Mercadorias	-752	-684
Ajustamentos para Depreciação de Produtos Acabados e Intermédios	-2.607	-2.670
Ajustamentos para Depreciação de Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	-227	-128
Total Inventários	212.139	205.346

X. Clientes

	Dez-06	Dez-05
Valor Bruto	113.807	111.413
Ajustamentos de Imparidade	-9.045	-11.184
Clientes	104.761	100.230

XI. Impostos a Recuperar

	Dez-06	Dez-05
Imposto sobre o Valor Acrescentado	17.807	21.208
Restantes Impostos	3.504	2.343
Impostos a recuperar	21.311	23.550

XII. Outros Activos

	Dez-06	Dez-05
Adiantamentos a Fornecedores / Fornecedores	3.705	3.534
Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos	3.920	4.014
Ajustamentos Contabilidade Cobertura	1.266	73
Outros Devedores Diversos	4.203	3.552
Outros Activos Correntes	13.094	11.173

XIII. Capital e reservas

o Capital Social

No final do período, o capital social está representado por 133 000 000 de acções ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1 Euro.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 000 000 de Euros.

o Acções Próprias

A empresa adquiriu em Bolsa, durante o ano de 2006 12 500 acções próprias, representativas de 0,009% do seu capital social, pelo preço médio unitário de € 1,881 e global de € 23 512,62. Durante o mesmo período de 2005 a empresa adquiriu 60 000 acções próprias, representativas de 0,045% do seu capital social, pelo preço médio unitário de € 1,1997 e global de € 71 982,27.

No exercício de 2006, a empresa não alienou acções próprias.

No ano de 2005 a empresa alienou em Bolsa 54 500 acções próprias, representativas de 0,041% do seu capital social, pelo preço médio unitário de €1,2403 e global de € 67 594,23, tendo originado um ganho de € 31 016,17.

No final do exercício, permaneciam em carteira 2 548 357 (31/12/2005: 2 535 857) acções próprias, representativas de 1,9161% (31/12/2005: 1,9071%) do seu capital social.

o Dividendos

Na Assembleia Geral da CORTICEIRA AMORIM, realizado no dia 31 de Março de 2006, foi aprovado a distribuição de € 6 650 000,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil euros) a que correspondeu um valor de € 0,05 (cinco cêntimos de euro) por acção, tendo a respectiva liquidação sido efectuada no dia 28 de Abril seguinte.

Em 2005 foi aprovado a distribuição de um dividendo de € 4 655 000,00 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil euros) a que correspondeu um valor de € 0,035 (três cêntimos e meio de euro) por acção.

	Dez-06	Dez-05
Dividendo atribuído - 2006:0,05 Euros por acção; 2005:0,035	6.650	4.655
Apropriação de dividendos Acções Próprias	127	91
Dividendos distribuídos	6.523	4.564

XIV. Dívida Remunerada

No final do exercício a dívida remunerada tinha a seguinte composição:

	Dez-06	Dez-05
Descobertos	14.835	11.842
Empréstimos Bancários	61.378	90.327
Papel Comercial	-	2.856
Dívida Remunerada Corrente	76.213	105.024

Destes totais cerca de 14% é denominada em divisa não euro (2005: 10%), dos quais o USD representa a quase totalidade.

	Dez-06	Dez-05
Empréstimos Bancários	68.327	72.324
Papel Comercial	84.788	50.000
Dívida Remunerada não Corrente	153.115	122.324

Tanto no final de 2006 como no final de 2005 a quase totalidade desta dívida era denominada em euros.

A 31 de Dezembro de 2006, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte :

Vencimento entre 1/1/2008 e 31/12/2008	479
Vencimento entre 1/1/2009 e 31/12/2009	40 237
Vencimento entre 1/1/2010 e 31/12/2010	50 853
Vencimento após 1/1/2011	61 546
Total	153 115

Ao longo do exercício de 2006, a CORTICEIRA AMORIM e suas Participadas reforçaram a contratação de instrumentos de apoio creditício mais adequados às respectivas necessidades de financiamento, em particular programas de emissão de papel comercial. A 31 de Dezembro de 2006 a situação relativamente a este instrumento de financiamento era a seguinte:

Montante contratado: cinco programas de emissão de papel comercial celebrados com duas Instituições de Crédito de referência, que totalizavam 86 milhões de euros, dos quais 68,6% correspondiam a contratos outorgados pela CORTICEIRA AMORIM e 31,4% pelas suas Participadas:

Montante utilizado: encontravam-se activas emissões de papel comercial que totalizavam 84,78 milhões de euros, dos quais 69,6% correspondiam a tomada de financiamento pela CORTICEIRA AMORIM e 30,4% pelas suas Participadas.

A dívida remunerada, corrente e não corrente, vence juros a taxa variável. O custo médio registado no exercício para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 3,9%.

Com data de 31 de Dezembro de 2006 três subsidiárias da Corticeira Amorim SGPS apresentam 2,7 milhões de euros de dívida coberto por garantias reais sobre imóveis.

À data do balanço o montante de linhas de crédito não utilizadas elevava-se a 126 milhões de euros.

XV. Outros Empréstimos Obtidos e Credores Diversos

	Dez-06	Dez-05
Subsídios não Remunerados	2.445	5.079
Outros Credores Diversos	727	655
Outros empréstimos obtidos e credores diversos - Não Correntes	3.172	5.734
Subsídios não Remunerados	2.279	3.292
Acréscimos de Custos	16.153	15.420
Proveitos Diferidos - Subsídios para o Investimento	10.541	11.237
Ajustamentos Contabilidade Cobertura	14	774
Outros Credores Diversos	7.533	5.651
Outros empréstimos obtidos e credores diversos - Correntes	36.520	36.373

Na rubrica que Acréscimos de Custos a parte relativa a remunerações a liquidar (subsídio de férias e férias vencidas) era de K€ 8 393 no final de 2006 (final de 2005: K€ 8 238).

Relativamente a Outros Credores Diversos – correntes há a salientar em 2006, o valor de 1,8 milhões de euros correspondentes ao exercício de opção de compra de um imóvel e 1,5 milhões de euros relativos à aquisição de 50% da Trescases.

	Subsídios não reembolsáveis
Saldo Inicial	11.237
Transferências para subsídios reembolsáveis	-304
Correcção exercício anterior	775
Reconhecimento proveitos do exercício	-1.924
Aumentos do exercício	756
Saldo Final	10.540

	Subsídios reembolsáveis
Saldo Inicial	8.371
Transferências de subsídios não reembolsáveis	304
Actualização justo valor (subsídios taxa zero)	144
Reembolso de subsídios	-4.095
Saldo Final	4.724

XVI. Custos com pessoal

	2006	2005
Remunerações dos Órgãos Sociais	867	751
Remunerações do Pessoal	67.592	69.554
Encargos sobre Remunerações	16.172	16.393
Indemnizações	4.779	4.990
Outros Custos com o Pessoal	2.217	2.121
Custos com Pessoal	91.627	93.808
Numero Médio Trabalhadores	3.918	4.126
Numero Final Trabalhadores	3.847	3.880

O valor custeado para efeitos do plano de pensões, conforme referido na k) da nota II, atingiu o valor de K€ 145 em 2006 (2005: K€ 148). O valor custeado relativo a subsidiárias estrangeiras foi de K€ 47 em 2006 (2005: K€ 63).

XVII. Outros Proveitos e Custos Operacionais

	2006	2005
Impostos Indirectos	-1.527	-1.571
Provisões do exercício	-702	-259
Diferenças de câmbio (líquidas)	807	162
Ganhos (Perdas) na alienação de imobilizado	-605	1.094
Subsídios à Exploração	138	606
Subsídios ao investimento	1.924	3.970
Outros Proveitos / Custos	4.520	2.267
Outros proveitos (+) e custos (-) operacionais	4.555	6.269

A rubrica "Outros Proveitos / Custos" inclui em 2006 o valor de 3 574 relativos à diferença entre o justo valor contabilístico relativo a um edifício da Equipar Indústria de Cortiça, conforme referido na nota VI. O valor de -605 registado em "Ganhos (Perdas) na alienação de imobilizado" inclui a perda de 3 004 relativa ao abate do Goodwill de duas ex-subsidiárias, conforma referido na nota VII. Nesta mesma rubrica há a destacar cerca de 2,4 milhões de euros de resultados na alienação de activos fixos tangíveis, justificados na sua maior parte pela venda do edifício da ex-subsidiária Amorim Plus.

XVIII. Juros Líquidos

	2006	2005
Juros Suportados - Empréstimos Bancários	6.355	7.009
Juros Suportados - Papel Comercial	2.201	146
Juros Suportados - Mora	1	115
Imposto de Selo sobre Juros	155	20
Imposto de Selo sobre Capital	70	57
Juros Suportados - Outros	498	304
	<u>9.280</u>	<u>7.651</u>
Juros Obtidos - Depósitos Bancários	-68	-61
Juros Obtidos - Juros Mora	-11	-105
Juros Obtidos - Outros Juros	-162	-56
	<u>-241</u>	<u>-222</u>
Juros Líquidos	9.039	7.429

XIX. Aquisições de participações

Conforme divulgação apropriada, durante o primeiro semestre de 2006, a CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. adquiriu, directa ou indirectamente, as seguintes participações materialmente relevantes:

- 50% da Equipar Participações Integradas, S.G.P.S., Lda. (os primeiros 50% tinham sido adquiridos no início de 2005)
- 50% da Société Nouvelle des Bouchons Trescases, S.A.

A aquisição da “Trescases” foi efectuada no final do semestre, estando o respectivo valor da aquisição relevado em Investimentos em Associadas (valor em 31/12/2006: K€ 2 514).

A 31 de Dezembro de 2006, os activos da Trescases montavam a 13,2 milhões de euros dos quais 5,6 milhões e 5,1 milhões de euros se referiam a existências e clientes, respectivamente; os Capitais Próprios elevavam-se a 5,0 milhões de euros; as vendas do exercício foram de 27,1 milhões de euros.

O valor total de aquisição destas duas participações atingiu os K€ 4 650.

XX. Transações com entidades relacionadas

A CORTICEIRA AMORIM consolida indirectamente na AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. (AIP) com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), holding do Grupo Amorim.

A 31 de Dezembro de 2006 a participação indirecta da AIP na CORTICEIRA AMORIM era de 69,12% dos direitos de voto.

As transacções da CORTICEIRA AMORIM com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, S.A., OSI – Organização e sistemas Informáticos, Lda.)

	Dez-06	Dez-05
Vendas	2	38
Serviços contratados	1.530	1.504
Outros proveitos	194	206

Os saldos a 31/12/2006 e de 2005 são os decorrentes do período normal pagamento (entre 30 e 60 dias) e por isso considerados imateriais.

Os serviços são normalmente negociados com as entidades relacionadas numa base de “cost plus” num intervalo entre 2% e 5%.

Durante o exercício não se registaram transacções, nem existem saldos com as partes relacionadas Amorim Capital, S.G.P.S., S.A., Vertente Financeira, S.G.P.S., S.A., Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. e Interfamília II, S.G.P.S., S.A..

O total de remunerações de curto prazo do pessoal chave da CORTICEIRA AMORIM atingiu no exercício o valor de K€ 1 960. O valor de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em acções, é nulo. Os membros integrantes do pessoal chave beneficiarão, como todos os outros trabalhadores em

Portugal, de um plano de pensões de contribuição definida, conforme referido na k) do ponto II deste anexo, não se considerando ser, contudo, este benefício futuro materialmente relevante.

XXI. Garantias, Contingências e Compromissos

No decurso da sua actividade operacional, a CORTICEIRA AMORIM prestou garantias a terceiros no montante de k euros 215 100 (31/12/2005: 226 010 k euros).

Beneficiário	Montante	Motivo
Agências Governamentais	17.291	Proj. Investimento
SIVA	1.772	Reembolso IVA
DGCI / Fazenda Pública	5.023	Processos rel. Impostos
Entidades Bancárias	188.675	Empréstimos Obtidos
Diversos	2.338	Garantias Diversas

Considera-se adequado o montante de K€ 2 927 de provisões para fazer face a processos judiciais relativos a impostos.

A 31 de Dezembro de 2006, o total de rendas vincendas referentes a contratos de aluguer de longa duração de equipamento de transporte ascende a K€ 1 033. O total de rendas vincendas relativas a equipamento e software informático ascende a K€ 323.

Os compromissos com fornecedores de imobilizado ainda não relevados à data de balanço elevavam-se a K€ 728.

Duas subsidiárias estrangeiras registam um passivo relacionado com responsabilidades de pensões de reforma no valor de K€ 351 (2005: K€ 320).

XXII. Câmbios contratados com instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2006, existiam contratos de *forwards outright* relativos a divisas usadas nas transações da CORTICEIRA AMORIM, no montante de K€ 14 458. Este montante refere-se, no essencial, a USD (53%), ZAR (17%), GBP (4%) e AUD (14%).

À mesma data existiam ainda contratos de opções em USD no montante nominal de K€ 29 403.

XXIII. Remunerações dos Auditores

O total de honorários suportados pelo conjunto de empresas da CORTICEIRA AMORIM relativamente aos serviços de auditoria das empresas do universo da PriceWaterhouseCoopers atingiu os 381 mil euros (exercício 2005: 352 mil euros).

XXIV. Outras informações

a) Cálculo da Margem Bruta percentual

A Margem Bruta percentual apresentada nas Demonstrações de Resultados por Naturezas é calculada usando como denominador o valor da Produção (Vendas + Variação de Produção).

b) Foram efectuadas reclassificações nas rubricas de Custo das Vendas, Custos de Marketing e Vendas, Custos de Distribuição e Custos das Áreas de Suporte da Demonstração de Resultados por Funções relativa ao exercício de 2005, de modo a estas rubricas serem

comparáveis com o exercício de 2006. Esta alteração resulta de uma melhor análise do conteúdo das referidas rubricas.

- c) O resultado líquido por acção é calculado atendendo ao número médio do exercício das acções emitidas deduzidas das acções próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por acção básico não difere do diluído.

	2006	2005
Acções emitidas	133 000 000	133 000 000
Nº médio de acções próprias	2 542 107	2 561 697
Nº médio de acções em circulação	130 457 893	130 438 303
Resultado líquido (mil euros)	20 104	15 747
Resultado por acção (euros)	0,154	0,121

Mozelos, 26 de Fevereiro de 2007
A Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço Consolidado, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração de alterações no Capital Próprio consolidado, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) o Relatório Consolidado de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.



Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório Consolidado de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Porto, 12 de Março de 2007

O Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório consolidado de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 561.588 milhares de euros e um total de Capital Próprio de 230.760 milhares de euros, o qual inclui Interesses Minoritários de 10.648 milhares de euros e um Resultado Líquido de 20.104 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração de alterações no Capital Próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, as alterações no Capital Próprio Consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método de equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, as alterações no Capital Próprio Consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 12 de Março de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

**CONTAS INDIVIDUAIS
(Auditadas)**

Ano 2006

CORTICEIRA AMORIM; S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta

Capital Social: EUR 133 000 000,00
Registo C.R.C. Sta. Maria da Feira n.º 554
NIPC: PT 500 077 797

Edifício Amorim I
Rua de Meladas, n.º 380
Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR
PORTUGAL

Tel.: 22 747 54 00
Fax: 22 747 54 07

Internet: www.amorim.com/cortica.html
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Senhores Accionistas,

No cumprimento do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à Vossa apreciação, o Relatório de Gestão, as Contas do Exercício de 2006 e os demais documentos de prestação de contas previstos na Lei relativos à sociedade CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM).

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA EM 2006

ECONOMIA MUNDIAL

A **Economia Mundial** terá registado em 2006 um crescimento, forte, sustentado e com reduzidas pressões inflacionistas. Estima-se que tenha atingido uma taxa de 5,1%. Foi o quinto ano consecutivo de crescimento acima de 4,0%, garantindo assim o período mais longo de crescimento forte e contínuo da história mundial. A economia dos Estados Unidos abrandou ao longo do ano como era antecipado, a japonesa consolidou os ganhos anteriores mas foi a da Zona Euro que surpreendeu, pela positiva, ao registar um crescimento acima do seu potencial de médio e longo prazo, quando há um ano atrás nada o faria supor. A Ásia Emergente continuou a registar elevadas taxas de crescimento, determinando uma alteração na ordem económica mundial. O Comércio Internacional manteve as fortes taxas de incremento dos últimos anos (8,9% em 2006, segundo FMI), tendo ultrapassado 30% do PIB mundial. A política monetária seguiu rumo altista na generalidade dos países. A inflação mostrou-se estruturalmente moderada apesar da forte valorização de todas as *Commodities*, estimando-se que tenha registado 2,6% nas economias desenvolvidas e 5,2% nas economias emergentes e/ou em desenvolvimento. Os **Estados Unidos** terão crescido em 2006 a uma taxa estimada de 3,3%, reflectindo, a partir do 2º trimestre do ano, os efeitos de uma correcção a nível do sector Imobiliário, da contracção no sector Automóvel e também do incremento continuado das taxas de juro que se iniciou em Julho de 2004 - a Reserva Federal conduziu a taxa *Fed Funds* até um máximo de 5,25% em Agosto de 2006, optando pela manutenção de condições desde então. O Consumo Privado e o Investimento Não-Residencial, suportado em bons resultados empresariais, foram as forças motrizes do crescimento, com a Procura Externa a contribuir menos negativamente para o avanço económico. O défice orçamental terá diminuído para 2,2% do PIB reflectindo o bom desempenho das receitas fiscais. O défice externo terá atingido 6,6% do PIB mas entrou em fase de estabilização. A Inflação seguiu tendência ascendente tendo terminado o ano a registar 3,3%. O Mercado de Trabalho registou evolução favorável permitindo à economia norte-americana registar uma Taxa de Desemprego de 4,7%. A **Zona Euro** surpreendeu os mais optimistas, tendo atingido, estima-se, um crescimento de 2,6%. Observou-se um comportamento diferenciado a nível das suas principais economias, com liderança clara para a Alemanha. A recuperação económica foi liderada pela Procura Externa (ganho estimado de 0,2%) e pelo Investimento (variação em torno de 4,6%) mas à medida que se avançou no ano, começou a estender-se ao próprio Consumo Privado. A evolução favorável do Emprego foi outra das realidades de 2006, projectando-se que a taxa de Desemprego tenha caído dos 8,7%, há um ano atrás, para 8,0%, agora. O BCE manteve a política de redução gradual do suporte monetário, tendo incrementado a *Refi Rate* para 3,5% no final do ano. De novo, e pelo 7º ano consecutivo, a inflação ficou acima da meta definida para a estabilidade de preços, tendo registado 2,2%. O **Japão** terá observado um crescimento em torno de 2,6%, suportado num crescimento assinalável do Investimento. O crescimento passou a ser liderado pela dinâmica auto-sustentada da Procura Doméstica ainda que se tenha observado um contributo marginal positivo da Procura Externa. O regresso à estabilidade de preços mostrou-se demorado e incerto, estimando-se que a inflação tenha registado um valor em torno de 0,2%. O Desemprego terá mantido a tendência descendente que

vinha de trás, terminando o ano a 4,1%, o valor mais baixo desde 1998. O Banco do Japão procedeu ao incremento da taxa de juro oficial para 0,25%, pondo fim, em definitivo, a política de taxas zero. O **Reino Unido** registou em 2006 uma aceleração no ritmo de crescimento, com as estimativas a apontar para um variação de 2,6%. O Consumo Privado terá evoluído de forma favorável, em torno de 2,1%, denotando incrementos sucessivos no rendimento disponível e desempenho muito favorável do mercado de Trabalho (a taxa de Desemprego terá registado 4,9%). O contributo da Procura Externa terá sido negativo – a valorização da GBP e o abrandamento dos EUA terão afectado as Exportações. O mercado Imobiliário seguiu em crescendo após a correcção verificada em 2005. A inflação terá terminado o ano a 2,3% mas com comportamento altista.

PORTUGAL

Durante 2006, a economia portuguesa evoluiu como resulta do quadro seguinte:

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Consumo Privado	2,8	1,0	0,4	-0,7	2,3	1,7	1,2
Consumo Público	3,5	2,9	2,3	0,5	2,6	1,9	-0,2
Investimento	4,7	-0,4	-5,7	-9,6	0,2	-2,6	-3,1
Procura Interna	3,1	1,1	-0,6	-2,5	2,1	0,6	0,1
Exportações	7,9	1,7	3,3	4,1	5,4	1,0	9,3
Procura Global	4,1	1,3	0,2	-0,9	2,8	0,8	1,7
Importações	5,5	0,1	-0,3	-0,5	6,8	1,6	4,3
PIB	3,5	1,8	0,4	-1,3	1,3	0,4	1,2
B.Corrente + B.Capital (1)	---	-8,4	-5,6	-3,6	-5,9	-8,1	-7,6
IHPC	---	4,4	3,7	3,3	2,5	2,1	3,0

Fonte: Banco de Portugal – Taxas de variação em %; Boletim Económico Inverno 2006, 9 Jan 2007;
(1) em % do PIB; CE, Previsões Outono, Nov 2006, para Procura Global

Em 2006, Portugal triplicou o ritmo de expansão do PIB por comparação com o verificado no ano anterior, dando início à recuperação económica. Ainda assim, o País cresceu abaixo da média europeia, algo que se repete pela sétima vez consecutiva desde a introdução do Euro. Em contraste com anos anteriores, a Procura Externa foi a força motriz do crescimento económico. O Investimento, Público e Privado, terá registado contracção superior à observada em 2005 e condicionado negativamente a performance económica enquanto a nível do Consumo Privado se terá observado desaceleração para níveis próximos de 1,0%. As Contas Públicas deverão ter evoluído de acordo com as metas oficiais presentes no PEC, obedecendo a um esforço de consolidação, pelo que o Défice Orçamental deverá ter registado 4,6% do PIB. O Desemprego terá seguido em tendência descendente, para terminar o ano com uma taxa de 7,5%.

2. ACTIVIDADES OPERACIONAIS

Para uma melhor compreensão de actividade das diferentes Unidades de Negócios (UN) que compõem a CORTICEIRA AMORIM deverá ser consultado o correspondente relatório consolidado de gestão.

Por se julgar importante segue, no entanto, uma breve descrição da actividade das referidas UN e respectivo consolidado.

Como conclusão pode afirmar-se que os bons resultados alcançados no exercício de 2006 foram o culminar de um intenso trabalho levado a cabo pela equipa de gestão da CORTICEIRA AMORIM nos últimos anos.

Relativamente à actividade, de salientar que o segundo semestre, e em especial o quarto trimestre, contribuiu de forma bastante positiva para os resultados anuais da CORTICEIRA AMORIM.

Esta tendência, já observada no exercício anterior, dever-se-á, entre, certamente, outras razões, ao maior peso que a UN Revestimentos tem vindo a apresentar nas vendas e, conseqüentemente, nos resultados consolidados. Dado que as vendas desta UN se apresentam distribuídas pelos diferentes trimestres de uma forma mais homogénea, o seu crescente peso nas vendas totais permite compensar a conhecida variação entre as vendas da primeira metade e a segunda metade do ano que tradicionalmente ocorre na UN Rolhas. Como se sabe a estação de engarrafamento nos países vinícolas do Hemisfério Norte, ainda os mais importantes, decorre durante o primeiro semestre. De notar que estas duas UN representam em conjunto cerca de 80% das vendas consolidadas da CORTICEIRA AMORIM.

Dada a sua enorme relevância, de salientar a conclusão no final de Julho, da reestruturação industrial da UN Rolhas. A entrada em laboração deu-se no início de Setembro, podendo afirmar-se que no final do exercício estavam reunidas as condições para o pleno aproveitamento dos benefícios planeados para este projecto iniciado em 2005.

Ainda de referir que, durante o exercício, conforme divulgação apropriada, foram adquiridas os restantes 50% da Equipar, tendo sido ainda adquiridos 50% da Trescases, dos quais 18,75% foram concretizadas em Janeiro de 2007. Estas aquisições representam um reforço ao nível da produção florestal (Coruche) e um reforço na distribuição junto do maior mercado mundial de rolhas (França).

A UN Matérias-Primas começou a transformar durante o 2T06 a cortiça adquirida na campanha de 2005. Este facto proporcionou uma melhoria considerável na Margem Bruta efeito de um binómio qualidade/preço francamente positivo, efeito esse que se prolongou durante todo o 2S06

Relativamente às UN Rolhas de salientar que as vendas foram afectadas, por um fraco 3º trimestre o qual foi compensado pelo desempenho das rolhas naturais e Neutrocork® e pelo crescimento verificado nos mercados da França, Estados Unidos e Chile.

Confirmando a evolução do exercício anterior a UN Revestimentos apresentou ao longo dos trimestres um conjunto de indicadores que suportam a apreciação bastante positiva desta UN.

Desempenhos positivos ao nível das UN Aglomerados Técnicos e Cortiça com Borracha.

Finalmente de destacar os excelentes resultados obtidos na actividade da UN Isolamentos.

3. CONTA DE RESULTADOS

Os custos de estrutura elevaram-se a 2 060 mil euros, dos quais 1 888 mil se referem a custos com pessoal. O saldo líquido de juros foi de - 2 250 mil euros. Após a estimativa de imposto diferido activo no valor de 1 757 mil euros, o resultado líquido atingiu os -2 669 mil euros.

4. BALANÇO

O total do Activo atingiu os 329 milhões de euros, continuando o Activo a ser um composto no essencial pelo valor das participações nas subsidiárias (256 milhões) e por suprimentos às mesmas (49 milhões).

O Passivo de 131 milhões de euros é constituído na sua quase totalidade pelo valor da dívida remunerada, cerca de 128 milhões de euros. No exercício de 2006 foi novamente reforçado o peso da dívida não corrente a qual passou de 115 milhões para 124 milhões, ao qual corresponde um montante semelhante de redução da dívida de curto prazo.

Os Capitais Próprios apresentam uma diminuição de cerca de 9 milhões de euros, a qual incorpora os resultados negativos do exercício, bem como a distribuição de dividendos ocorrido no final de Abril. No final do exercício, os Capitais Próprios elevavam-se a 197,8 milhões de euros.

5. PERSPECTIVAS PARA 2007

Economia Mundial

As perspectivas de crescimento económico mundial estão quantificadas no quadro seguinte:

	2007
Mundo	4,9
Países Industrializados	2,7
EUA	2,9
Japão	2,1
Zona Euro	2,0
Alemanha	1,3
França	2,3
Itália	1,3
Reino Unido	2,7
Canadá	3,0
Países em Desenvolvimento	7,2
África	5,9
Ásia	8,6
China	10,0
Índia	7,3
Médio Oriente	5,4
Hemisfério Ocidental	4,2
Europa Central e Leste	5,0
Rússia	6,5
Brasil	4,0

A Economia Mundial deverá registar em 2007 um ritmo de crescimento ligeiramente inferior ao verificado no ano transacto mas que ainda assim constituirá o prolongar do maior período consecutivo de crescimento mundial acima dos 4,5%. Será um arrefecimento saudável e garante do reequilíbrio económico. Os Estados Unidos deverão abrandar, o mesmo sucedendo à Zona Euro, que deverá regressar ao seu potencial de longo prazo em torno de 2,0%. Também o Japão deverá evidenciar um período de desaceleração ligeira, reflectindo a queda na procura externa e no ritmo de investimento. De novo, os países emergentes com maior potencial,

Fonte: FMI "World Economic Outlook" (Set 2006); valores em %.

Portugal

As previsões relativas à evolução da economia portuguesa constam do quadro seguinte (dados em %):

	Banco de Portugal			Comissão Europeia			OCDE		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008
PIB	1,2	1,8	2,1	1,2	1,5	1,7	1,3	1,5	1,7
Cons. Privado	1,2	1,5	1,7	1,1	1,3	1,4	1,0	1,4	1,7
Cons. Público	-0,2	0,0	0,3	0,0	0,0	-0,3	-0,3	-0,3	-0,6
Investimento	-3,1	0,0	3,9	-2,6	0,4	2,2	-2,1	2,3	4,2
Procura Interna	0,1	1,1	1,9	0,2	1,0	1,3	0,1	1,3	1,8
Exportações	9,3	6,2	6,1	7,9	5,4	5,5	8,3	5,0	5,7
Importações	4,3	3,5	4,7	2,9	3,0	3,6	3,2	3,7	5,2
IHPC	3,0	2,3	2,4	2,9	2,2	2,1	3,1	2,0	1,8
Desemprego	---	---	---	7,6	7,7	7,7	7,5	7,4	7,0
Déf. Público (1)	---	---	---	-4,6	-4,0	-3,9	-4,6	-3,7	-3,4
C. Corrente (1) (2)	-7,6	-7,3	-7,2	-9,0	-8,7	-8,3	-8,8	-9,2	-9,9

Fonte: B.Portugal, Bol. Económico Inverno, Jan 07; Comissão Europeia, Previsões Outono 2007 (Nov 2007); OCDE, Economic Outlook No.80 Nov 2007; (1) Em percentagem do PIB (2) No caso das previsões do B.Portugal, as referências dizem respeito ao saldo conjunto da Balança Corrente e Balança de Capital (endividamento externo).

Portugal deverá crescer em 2007 a um ritmo superior ao estimado para 2006, em torno de 1,8%. Será mais um ano de correcção dos desequilíbrios estruturais da economia nacional e de implementação de reformas de Médio Longo prazo, logo de evolução condicionada. A Procura Externa Líquida deverá continuar a liderar o contributo para o crescimento embora se anteveja a desaceleração das Exportações. O esforço de consolidação das Contas Públicas, essencialmente via Despesas, limitará o potencial de crescimento mas antecipa-se que, lenta e gradualmente, a melhoria na confiança dos agentes económicos se traduza em incremento do Investimento Privado. A taxa de Desemprego deverá manter-se praticamente inalterada em 2007 por comparação com o ano anterior, garantindo às Famílias um enquadramento mais favorável que compense o impacto negativo decorrente de custos financeiros mais elevados. Estima-se que o Consumo Privado registre um incremento próximo de 1,5%. A Inflação deverá observar decréscimo para níveis em torno de 2,3%.

Actividade da CORTICEIRA AMORIM

Conforme expresso no relatório consolidado, após o bom desempenho de 2006, o exercício de 2007 apresenta um grau de exigência mais elevado. Estima-se, mesmo assim, um crescimento, ainda que moderado, tanto ao nível da actividade como dos diferentes indicadores de resultados. Para este crescimento serão fundamentais o desempenho da UN Revestimentos e UN Rolhas.

Em termos sociais manter-se-á a estrutura de resultados, tanto ao nível de custos de estrutura como ao nível da função financeira. Estando previsto, contudo, o recebimento de dividendos com origem em algumas das participadas, dever-se-á fechar o exercício de 2007 com resultados positivos.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta que o Resultado Líquido, apurado no final do exercício de 2006, é negativo no valor de € 2 668 809,32 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e nove euros e trinta e dois cêntimos) e a existência de reservas distribuíveis no montante de € 7 315 000,00 (sete milhões, trezentos e quinze mil euros), o Conselho de Administração:

propõe

1. que os Senhores Accionistas deliberem aprovar que o referido Resultado Líquido negativo, no valor de € 2 668 809,32 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e nove euros e trinta e dois cêntimos) seja transferido para a conta "Resultados Transitados".
2. que seja distribuído como dividendos o montante de € 7 315 000,00 (sete milhões, trezentos e quinze mil euros), parte do existente na rubrica "Reservas Livres", a que corresponde a um valor de € 0,055 (cinco cêntimos e meio de euro) por acção.

7. VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

De acordo com a alínea d) nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a empresa adquiriu em Bolsa, durante 2006, 12 500 acções próprias, representativas de 0,009% do seu capital social, pelo preço médio unitário de € 1,881 e global de € 23 512,62, não tendo alienado quaisquer acções próprias.

No final do exercício, permaneciam em carteira 2 548 357 acções próprias, representativas de 1,9161% do seu capital social.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Posteriormente a 31 de Dezembro de 2006 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da CORTICEIRA AMORIM e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

9. FECHO DO RELATÓRIO

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- aos Accionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada;
- ao Fiscal Único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os Colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela CORTICEIRA AMORIM, aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 26 de Fevereiro de 2007
A Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.**Sociedade Gestora de Participações Sociais****Anexo ao Relatório de Gestão****Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006****1 - ACÇÕES CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. DETIDAS E OU TRANSACCIONADAS PELOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA**

Em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se:

- i) o administrador Senhor José Américo Amorim Coelho mantém a posse de 20 339 acções da Sociedade, não tendo transaccionado qualquer título durante o ano de 2006;
- ii) os restantes membros dos órgãos sociais não detêm nem transaccionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade.

2 - RELAÇÃO DOS ACCIONISTAS TITULARES DE MAIS DE UM DÉCIMO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

Em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a sociedade Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detentora, à data de 31 de Dezembro de 2006, de 90 162 161 acções da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., correspondentes a 67,791% do capital social e a 69,116% dos direitos de votos.

3 - PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUALIFICADAS

Relação dos Accionistas titulares de participações sociais qualificadas, à data de 31 de Dezembro de 2006:

Accionista	Número de acções	Percentagem de direitos de votos
Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	90 162 161	69,116%
Luxor - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	3 069 230	2,353%
Millennium BCP - Investimentos - Fundos Mobiliários, S.A., em representação dos fundos por si geridos.	3 936 855	3,017%
<i>FIM Millennium Acções Portugal</i>	1 977 105	1,516%
<i>FIM Millennium PPA</i>	1 959 750	1,502%
Portus Securities - Sociedade Corretora, Lda.	7 400 000	5,673%
<i>Directamente</i>	6 400 000	4,906%
<i>Via Accionista/Gestor</i>	1 000 000	0,767%

A Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A., detém, à data de 31 de Dezembro de 2006, uma participação qualificada indirecta na Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A., de 90 162 161 acções correspondente

a 69,116% de direitos de votos. A referida participação indirecta é detida através da Amorim Capital - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

A Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A. é detida a 100% pela Interfamília II, S.G.P.S., S.A.

De referir que, em 31 de Dezembro de 2006, a Sociedade possuía 2 548 357 acções próprias.

Mozelos, 26 de Fevereiro de 2007

O Conselho de Administração

a) BALANÇO

	Notas	Dez. 2006	Dez. 2005
ACTIVO			
Activos fixos tangíveis	4	67	63
Investimentos em subsidiárias e associadas	3	305 544	315 622
Impostos diferidos	13	250	6 023
Activos não correntes		305 861	321 708
Clientes		79	78
Impostos a recuperar		1 575	925
Outras dívidas a receber/ outros activos	6	21 456	16 766
Caixa e equivalentes		2	2
Activos correntes		23 112	17 771
Total do Activo		328 973	339 479
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital social		133 000	133 000
Acções próprias		- 2 426	- 2 402
Reservas e outras componentes do capital próprio		69 864	77 165
Resultado líquido do exercício		- 2 669	- 777
Capitais Próprios	5	197 769	206 986
PASSIVO			
Dívida remunerada	8	124 000	115 000
Passivos não correntes		124 000	115 000
Dívida remunerada		4 057	14 354
Fornecedores		37	39
Credores diversos	7	2 826	2 755
Estado e outros entes públicos		284	345
Passivos correntes		7 204	17 493
Total do Passivo e Capitais Próprios		328 973	339 479

b) DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	Dez. 2006	Dez. 2005
Prestação de serviços		235	238
Fornecimentos e serviços externos		- 378	- 379
Custos com pessoal	9	- 1 888	- 1 682
Depreciações	4	- 25	- 23
Outros custos e proveitos operacionais	10	- 120	- 423
Resultados operacionais (EBIT)		- 2 176	- 2 269
Juros líquidos	11	- 2 250	- 1 698
Ganhos (perdas) em subsidiárias e associadas	12		3 100
Resultados antes de impostos		- 4 426	- 867
Imposto sobre os resultados	13	1 757	90
Resultado líquido		- 2 669	- 777
Resultados por acção - básico e diluído (euros por acção)		-0,02	-0,01

c) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	Dez. 2006	Dez. 2005
Prestações de serviços	235	238
Custo das prestações de serviços	235	238
Resultados brutos	0	0
Custos administrativos	- 2 103	- 1 856
Outros custos e perdas operacionais	- 46	- 168
Resultados operacionais	- 2 149	- 2 024
Custo líquido de financiamento	- 2 260	- 1 698
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0	3 100
Resultados não usuais ou não frequentes	- 17	- 245
Resultados antes de impostos	- 4 426	- 867
Imposto sobre os resultados	- 1 757	- 90
Resultado líquido	- 2 669	- 777
Resultados por acção – básico e diluído (euros por acção)	- 0,02	- 0,01

A quantidade média ponderada de acções em 2006 e em 2005 é de 133 000 000.

d) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Dez. 2006	Dez. 2005	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	261	182	
Pagamentos a fornecedores	- 415	- 419	
Pagamentos ao pessoal	- 1 676	- 1 750	
Fluxo gerado pelas operações	- 1 830	- 1 987	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	4 957	- 1 747	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	- 90	- 148	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	3 037	- 3 882	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	-	-	
Pagamentos relacionado com rubricas extraordinárias	- 84	- 223	
Fluxos das actividades operacionais	2 953	- 4 105	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	23 143	49 893	
Imobilizações corpóreas	79	-	
Imobilizações incorpóreas	-	-	
Subsídios de investimento	-	-	
Juros e proveitos similares	2 091	2 737	
Dividendos	-	25 313	4 400
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	- 16 681	- 26 862	
Imobilizações corpóreas	- 82	- 80	
Imobilizações incorpóreas	-	- 16 763	- 26 942
Fluxos das actividades de investimento	8 550	30 088	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	147 520	92 477	
Aumentos de capital, presta. suplementares e prémios de emissão	-	-	
Subsídios e doações	-	-	
Vendas de acções próprias	-	67	
Cobertura de prejuízos	-	147 520	92 544
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	- 148 822	- 109 859	
Amortizações de contratos de locação financeira	-	-	
Juros e custos similares	- 3 654	- 4 030	
Dividendos	- 6 523	- 4 564	
Reduções de capital e prestações suplementares	-	-	
Aquisição de acções próprias	- 24	- 159 023	- 118 526
Fluxos das actividades de financiamento	- 11 503	- 25 982	
Variação de caixa e seus equivalentes	0	1	
Efeito das diferenças de câmbio	0	0	
Caixa e seus equivalentes no início do período	2	1	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	2	

e) DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Ano de 2006	Saldo Inicial	Movimento	Saldo Final
Capital social	133 000	-	133 000
Acções próprias - valor nominal	- 2 536	- 13	- 2 549
Acções Próprias - prémios e descontos	134	- 11	123
Prémios de emissão de acções	38 893	-	38 893
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	- 43 711	-	- 43 711
Reservas de reavaliação	4 052	-	4 052
Reservas legais	7 445	-	7 445
Reservas especiais	103	-	103
Reservas resultantes da venda de acções próprias	339	-	339
Reservas livres	62 838	- 6 523	56 315
Ajustamentos de justo valor	1	- 1	-
Resultados transitados	7 205	- 777	6 428
Resultado líquido:			
Exercício de 2005	- 777	777	-
Exercício de 2006	-	- 2 669	- 2 669
	206 986	- 9 217	197 769

Os movimentos nos capitais próprios, no montante de - 9 217, sumarizam-se como segue:

Aquisição de 12 500 acções próprias	- 24
Distribuição de dividendos	- 6 523
Ajustamentos de justo valor	- 1
Resultado líquido do exercício de 2006	- 2 669
	- 9 217

Ano de 2005	Saldo Inicial	Movimento	Saldo Final
Capital social	133 000	-	133 000
Acções próprias - valor nominal	- 2 530	- 6	- 2 536
Acções Próprias - prémios e descontos	164	- 30	134
Prémios de emissão de acções	38 893	-	38 893
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	- 26 839	- 16 872	- 43 711
Reservas de reavaliação	4 052	-	4 052
Reservas legais	6 537	908	7 445
Reservas especiais	12	91	103
Reservas resultantes da venda de acções próprias	308	31	339
Reservas livres	67 494	- 4 656	62 838
Ajustamentos de justo valor	- 41	42	1
Resultados transitados	- 2 029	9 234	7 205
Resultado líquido:			
Exercício de 2004	- 6 731	6 731	-
Exercício de 2005	-	- 777	- 777
	212 290	- 5 304	206 986

NOTAS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

1. INTRODUÇÃO

A Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim, designação que poderá também abranger o conjunto da Corticeira Amorim SGPS e suas participadas) resultou da transformação da Corticeira Amorim, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto social é gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

As empresas participadas directa e indirectamente pela Corticeira Amorim têm como actividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A Corticeira Amorim não detém directa ou indirectamente interesses em propriedades onde se faça o cultivo e exploração do sobreiro, árvore fornecedora da cortiça que é a principal matéria-prima usada nas suas unidades transformadoras. A aquisição da cortiça faz-se num mercado aberto, onde interagem múltiplos agentes, tanto do lado da procura como da oferta.

A actividade da Corticeira Amorim estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A Corticeira Amorim é uma empresa portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, sendo as acções representativas do seu capital social de 133 000 000 euros cotadas na Euronext Lisboa – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 26 de Fevereiro de 2007.

Excepto quando mencionado outra unidade, os valores numéricos referidos nestas notas são apresentados em milhares de euros.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptado na União Europeia, em vigor a 1 de Janeiro de 2006.

- Activo fixo tangível

Os bens do activo fixo tangível são registados ao custo histórico de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para efeito as taxas definidas no Decreto regulamentar número 2/90 de 12 de Janeiro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

- Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são valorizados ao custo de aquisição. Em caso de perda de imparidade, o valor do investimento financeiro é ajustado em consonância, sendo o respectivo ajuste considerado uma perda do exercício.

- Clientes e outras dívidas a receber

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que sejam reconhecidas.

- Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em “Caixa e equivalentes a caixa” incluem os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não é significativo. Os valores a descoberto de contas de depósitos bancários estão incluídos em “Dívida remunerada”.

- Dívida remunerada

Inclui o valor dos empréstimos onerosos obtidos. Eventuais despesas atribuíveis à entidade emprestadora, são deduzidos à dívida e reconhecidos ao longo do período de vida do empréstimo, de acordo com a taxa de juro efectiva.

Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida em que são incorridos.

- Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

Em consequência da opção pela aplicação do regime especial de determinação da matéria colectável em relação a todas as sociedades do grupo, consignado pelo artigo 63.º do código do IRC, o cálculo da estimativa para impostos é efectuada com base na matéria colectável consolidada, nas seguintes empresas:

- ◆ Corticeira Amorim, SGPS, SA
- ◆ Amorim Florestal – Comércio e Exploração, S.A.
- ◆ Amorim Industrial Solutions - Indústria de Cortiça e Borracha I, SA
- ◆ Amorim Industrial Solutions - Indústria de Cortiça e Borracha II, SA
- ◆ Amorim Industrial Solutions, SGPS, SA
- ◆ Amorim Irmãos, SA
- ◆ Amorim Irmãos, SGPS, SA
- ◆ Amorim Revestimentos, S.A.
- ◆ Aplifin - Aplicações Financeiras, SA
- ◆ Champcork - Rolhas de Champanhe, SA
- ◆ Corticeira Amorim - Indústria, SA
- ◆ Interchampanhe - Fabricante de Rolhas de Champanhe, SA
- ◆ Labcork - Laboratório Central do Grupo Amorim, Lda.
- ◆ Portocork Internacional, SA
- ◆ Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.

- Provisões

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante seja fiavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

- Locação

Sempre que um contrato indique a transferência substancial dos riscos e dos benefícios inerentes ao bem em causa para a CORTICEIRA AMORIM, a locação será classificada como financeira. Todas as outras locações são consideradas como operacionais, sendo os respectivos pagamentos registados como custos do exercício.

- Instrumentos financeiros derivados

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e swaps, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza instrumentos financeiros para especulação. A empresa adopta a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (hedge accounting) respeitando integralmente o disposto nos normativos respectivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respectiva administração. Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente reconhecidos no balanço ao seu custo inicial e depois remensurados ao seu justo valor.

3. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

	Saldo inicial líquido	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Ajustamentos	Saldo final líquido
Partes de capital	254 860	1 431				256 291
Empréstimos de financiamento	60 762	250		- 11 759		49 253
	315 622	1 681		- 11 759		305 544

Os aumentos em “Partes de capital” referem-se prestações suplementares à Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda..

Os movimentos em “Empréstimos de financiamento” referem-se:

- Os aumentos, a um empréstimo concedido à Amorim Isolamentos, SA.;
- As transferências e abates, a reembolsos de empréstimos concedidos à:

Amorim Florestal-Ind., Com. e Exploração, SA	600
Amorim Industrial Solutions II - I.C.B., SA	2 000
Amorim Isolamentos, SA	1 300
Amorim Revestimentos, SA	4 500
Corticeira Amorim - Indústria, SA	3 359
	<hr/> 11 759

Participação no capital de outras empresas	Sede	%	Valor de Custo	Prestações suplementares	Ajustamentos	Balanzo Dez 2006
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	S. M ^a . Feira	100%	2 494	195 900	-	198 394
Amorim Florestal-Ind., Com. e Exploração, SA.	S. M ^a . Feira	100%	60	4 248	-	4 308
Amorim Industrial Solutions, SGPS, SA	S. M ^a . Feira	100%	4 384	17 133	-15 720	5 797
Amorim Industrial Solutions - I.C.B. II, SA	S. M ^a . Feira	100%	1 266	3 000	-4 266	-
Amorim Isolamentos, SA	S. M ^a . Feira	80,00%	80	-	-	80
Amorim Revestimentos, SA	S. M ^a . Feira	100%	3 769	29 179	-	32 948
Corticeira Amorim-Indústria, SA	S. M ^a . Feira	100%	10 076	2 650	-	12 726
General Inv. & Participations Ginpar, SA	Marrocos	99,76%	205	-	-	205
Labcork-Lab. Central do Grupo Amorim, SA	S. M ^a . Feira	100%	50	339	-	389
Moraga - Comércio e Serviços, SA	Funchal	99,92%	25 025	-	-25 025	-
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda.	Funchal	100%	5	1 439	-	1 444
Total			47 414	253 888	-45 011	256 291

Empréstimos de financiamento	Balanzo Dez. 2006
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	4 000
Amorim Florestal - Indústria, Comércio e Exploração, SA.	6 800
Amorim Industrial Solutions - I.C.B. II, SA	500
Amorim Isolamentos, SA	4 553
Amorim Revestimentos, SA	29 000
Corticeira Amorim - Indústria, SA	2 500
Compagnie Marocaine de Transf. de Liégé, Comatral S.A.	1 900
Total	49 253

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Saldo inicial liquido	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Amortizações	Saldo final liquido
Equipamento de transporte	61	90	-	- 61	23	67
Equipamento administrativo	2	-	-	-	2	0
	63	90	-	- 61	25	67

5. CAPITAL E RESERVAS

A Corticeira Amorim atribuiu, em Abril de 2006, um dividendo no valor de 6 650 000 euros relativo à actividade de 2005, a que correspondeu um valor de 0,05 euros por acção.

Em 2005 atribuiu um dividendo no valor de 4 655 000 euros relativo à actividade de 2004, a que correspondeu um valor de 0,035 euros por acção..

	2006	2005
Dividendo atribuído (0,05 por acção em 2006 e 0,035 euros em 2005)	6 650	4 655
Apropriação de dividendos de acções próprias	127	91
Dividendos distribuídos	6 523	4 564

- Acções próprias

Em 2006, a Empresa adquiriu em Bolsa 12 500 acções próprias, representativas de 0,0094% do seu capital social, pelo preço médio unitário de custo de 1,8810 euros e global de 23 512,62 euros. Não alienou qualquer acção própria, durante o ano de 2006. Em 2005, adquiriu 60 000 acções próprias, representativas de 0,0451% do seu capital social pelo preço médio unitário de custo de 1,1997 euros e global de 71 982,27 euros, e alienou 54 500 acções próprias, pelo preço médio unitário de 1,2403 euros e global de 67 594,23 euros.

No final do ano de 2006, detinha 2 548 357 acções próprias (em 2005: 2 535 857), representativas de 1,9161% do seu capital social (1,9067% em 2005).

6. OUTRAS DÍVIDAS A RECEBER / OUTROS ACTIVOS

	2006	2005
Dívidas a receber:		
De filiais:		
Empréstimos	11 000	7 400
Juros de empréstimos	1 908	1 766
Impostos do RETGS	8 212	7 369
Outras dívidas	-	2
	21 120	16 537
De outras entidades	6	43
	21 126	16 580
Outros activos:		
Juros incorridos de empréstimos a filiais	273	138
Custos diferidos	57	48
	21 456	16 766

7. CREDORES DIVERSOS

	2006	2005
Créditos por acréscimos de custos:		
Remunerações que vencem a 1 de janeiro do ano seguinte	347	188
Encargos patronais sobre remunerações a vencer	37	28
Juros e outros encargos financeiros	1 489	528
Fornecimentos e serviços externos	37	78
Outros	7	5
	1 917	827
Créditos de filiais de impostos do RETGS	888	1 873
Outros créditos	21	55
	2 826	2 755

8. DÍVIDA REMUNERADA

A dívida remunerada vence juros a taxas de mercado, sendo totalmente denominada em euros.

A dívida remunerada a médio e longo prazo vence:

A mais de 2 anos	A mais de 3 anos	A mais de 4 anos	Total
40 000	50 000	34 000	124 000

A Empresa tem contratados programas de emissões de papel comercial no montante global de 59 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2006, os programas estavam utilizados no seu todo. O prazo médio ponderado das emissões de 2006 foi de 190 dias (144 dias das emissões de 2005).

9. CUSTOS COM PESSOAL

	2006	2005
Remunerações dos órgãos sociais	867	751
Remunerações do pessoal	760	702
Encargos sobre remunerações	231	202
Outros custos com o pessoal	30	27
Custos com pessoal	1 888	1 682

No ano de 2006 a empresa teve em média ao seu serviço 21 pessoas (19 em 2005).

10. OUTROS CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

	2006	2005
Serviços e taxas da Euronext e Interbolsa	-22	- 21
Indemnização	-36	- 245
Serviços bancários	-1	- 2
Donativos	-46	- 8
Outros	-34	-147
Ganhos em imobilizações corpóreas	19	-
Outros custos e proveitos operacionais	-120	- 423

11. JUROS LÍQUIDOS

	2006	2005
Juros e imposto de selo inerentes a empréstimos bancários	- 4 483	- 3 861
Juros de empréstimos de empresas do grupo	- 17	- 7
Outros custos relacionados com financiamentos obtidos	- 102	- 18
Juros obtidos de empréstimos a empresas do grupo	2 350	2 188
Juros obtidos de aplicações de tesouraria	2	-
Juros líquidos	- 2 250	- 1 698

12. GANHOS (PERDAS) EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

	2006	2005
Dividendos da Corticeira Amorim - Indústria, S.A.	-	4 400
Ajustamento à participação na Amorim Industrial Solutions, SGPS, SA	-	- 1 300
	0	3 100

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos diferidos activos no valor de 250 em 31 de Dezembro de 2006 e 6023 em 31 de Dezembro de 2005, estão associados a prejuízos fiscais determinados no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (ver nota 2), os quais poderão ser utilizados até 2007.

É convicção da Administração, expressa nos modelos de previsão possíveis a esta data, que o montante de impostos diferidos activos reconhecidos corresponde ao valor expectável de materialização futura no que aos prejuízos fiscais diz respeito.

	2006	2005
Imposto corrente	- 12	- 4
Imposto diferido	1 769	94
Imposto sobre o rendimento	1 757	90

14. RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro de 2006 encontravam-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Entidade	Natureza	Valor
- Serviço de Finanças da Feira - 2.º		Fiança	5 790
- Serviço de Finanças de Ponte de Sôr		Fiança	8
- Tribunal do Trabalho	B.C.P.	Garantia bancária	35
	B.P.I.	Garantia bancária	1 157
- Empresas interligadas	Banco Popular	Aval	6 325
	Banesto	Fiança	1 200
	Banco Simeon	Carta conforto	7 606
	ABN*AMRO	Carta conforto	35 859
	B.C.P.	Carta conforto	45 386
	B.E.S.	Carta conforto	4 289
	B.N.P. Paris	Carta conforto	500
	B.P.I.	Carta conforto	1 995
	C.G.D.	Carta conforto	18 883
	Carl Plump	Carta conforto	256
	Citibank	Carta conforto	35 046
	Fortis Bank	Carta conforto	11 350
	La Caixa	Carta conforto	301
	Mercantile Bank	Carta conforto	546
	Unibank	Carta conforto	402
	Credit Anstalt	Garantia bancária	436
	B.P.I.	Opção	7 200

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

- ◆ Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.
- ◆ Amorim Florestal, Indústria, Comércio e Exploração, S.A.
- ◆ Amorim Industrial Solutions, S.G.P.S., S.A.
- ◆ Amorim Industrial Solutions - Indústria de Cortiça e Borracha II, S.A.

- ◆ Amorim Revestimentos, S.A.
- ◆ Corticeira Amorim - Indústria, S.A.
- ◆ Labcork - Laboratório Central do Grupo Amorim, Lda.
- ◆ Moraga - Comércio e Serviços, S.A.
- ◆ Vatria - Consultadoria e Marketing, Lda.

15 . INFORMAÇÕES REQUERIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação relativa ao número 4 do artigo 5.º do Decreto- Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

i) - Relação dos créditos concedidos durante o ano de 2006 e respectivas posições devedoras à data de 31 de Dezembro de 2006:

	Data	Valor	Posição
Amorim Florestal - Comércio e Exploração, S.A.	-	-	6 800
Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.	Jun.2006	10 000	14 000
Amorim Industrial Solutions - Ind. de Cortiça e Borracha II, S.A	-	-	500
Amorim Isolamentos, S.A.	Fev.2006	250	4 553
Amorim Revestimentos, S.A	-	-	29 000
Compagnie Marocaine de Transf. de Liégé, Comatral S.A.	-	-	1 900
Corticeira Amorim – Indústria, S.A.	Fev.2006	2 500	
	Agt.2006	1 500	
	Out.2006	1 000	3 500

ii) - Relação dos créditos obtidos durante o ano de 2006 e respectivas posições credoras à data de 31 de Dezembro de 2006:

	Data	Valor	Posição
Labcork – Laboratório Central do Grupo Amorim, Lda	Jun.2006	175	
	Nov.2006	45	
	Dez. 2006	30	250
Moraga – Comércio e Serviços, S.A.	Fev. 2006	268	
	Jul. 2006	85	
	Out. 2006	100	453

16 . CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

i) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Rubrica	2006	2005
Numerário	1	1
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	1	1
Caixa e seus equivalentes	2	2
Disponibilidades constantes do balanço:		
Depósitos bancários	1	1
Caixa	1	1

ii) Outras informações

A 31 de Dezembro de 2006, havia um total de 8647 milhares de euros de facilidades de créditos não utilizados (6038 em 2005)

Mozelos, 26 de Fevereiro de 2007

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre a Fiscalização endereçado ao Conselho de Administração.

4 No âmbito das nossas funções verificámos:

- i) que o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) que o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) que a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente formulada.

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 12 de Março de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 328.973 milhares de euros e um total de capital próprio de 197.769 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.669 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no Capital Próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

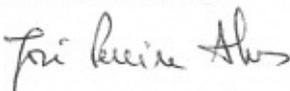
6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, as alterações no Capital Próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 12 de Março de 2007

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.